

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Carmelúcia Santana de Souza

**DESVELANDO AS PEDRINHAS: NARRATIVAS DE JOVENS ATENDIDOS PELA
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DO MENOR DA CIDADE DE
VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2015

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Carmelúcia Santana de Souza

**DESVELANDO AS PEDRINHAS: NARRATIVAS DE JOVENS ATENDIDOS PELA
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DO MENOR DA CIDADE DE
VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório, para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, discursos e narrativas

Orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2015

Catálogo na fonte: Cristiane Cardoso Sousa - CRB 5 / 1843
Campus Vitória da Conquista-BA

S696d Souza, Carmelúcia Santana de.
Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos pela Associação de Amigos da Pastoral do Menor da cidade de Vitória da Conquista – Bahia/ Carmelúcia Santana de Souza, 2015.
155f.
Orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2015.

Inclui referências: 150 – 164.

1. Juventude – Pastoral do Menor. 2. Violência – Espaço urbano – Bairro Cruzeiro – Vitória da Conquista – Ba. 3. Memória. I. Santos, João Diógenes Ferreira dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 305.23

Título em inglês: Unveiling the Pedrinhas: narratives of young people served by Associação de Amigos da Pastoral do Menor, situated in the city of Vitória da Conquista, Bahia (1999-2014)

Palavras-chaves em inglês: Youth. Memory. Violence. Urban Space

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

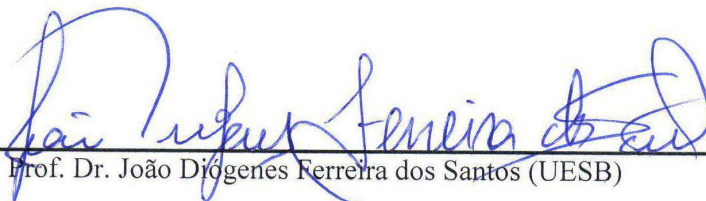
Banca Examinadora: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (presidente); Profa. Dra. Tânia Rocha Andrade Cunha (membro titular); Profa. Dra. Nerize Laurentino Ramos (membro titular).

Data da Defesa: 27 de março de 2015

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

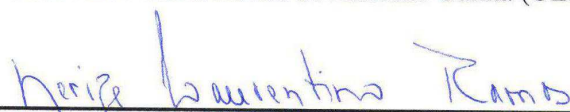
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (UESB)



Prof.^a. Dr.^a. Tânia Rocha de Andrade Cunha (UESB)



Prof.^a. Dr.^a. Nerize Laurentino Ramos (UEPB)

Suplentes

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (UESB)

Prof.^a. Dr.^a. Acácia Batista Dias (UEFS)

Local e Data: Vitória da Conquista, 27 de março de 2015.

Resultado:



À Maria Rodrigues de Santana, minha avó querida, que me ensinou, na infância, a ouvir a “linguagem” dos pássaros e a entender que a rede é o melhor “lugar” para acalantar a alma. Mesmo ela estando em outra “dimensão”, nosso vínculo permanece.

À Maria da Glória S. de Souza, minha mãe, pessoa com a qual aprendi a gostar de plantas, do colorido das flores, que faz tão bem à vida.

A Belarmino Francisco de Souza, meu pai, por, logo cedo, ter me dito que estudar é uma das vias para ser uma cidadã e que o “clarear da barra” é o melhor horário para se aprender a “lição”.

AGRADECIMENTOS

Ao universo porque acreditamos em energias e forças superiores que nos guiam e contribuem para nos manter com “coluna ereta, mente quieta e coração tranquilo”.

Produzir conhecimento não é “empreitada” fácil, assim, agradecemos, de forma muito especial, aos entrevistados desta pesquisa, que, disponibilizaram suas “lembranças”, muitas vezes, “doídas” ao narrarem experiências tão inerentes às suas vivências em um lugar que têm, profundamente, sentimento de pertença. Contudo, por serem diferentes, não por escolha, mas, por determinação das contradições do sistema que rege as relações da sociedade onde vivemos, são reconhecidos como “estranhos”, no dizer deles, como “bandidos”. Especialmente a todas “meninas e a todos meninos” das *Pedrinhas*, muito obrigada!

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Ao Professor, doutor, João Diógenes Ferreira dos Santos, “meu” orientador, pela contribuição nesta trajetória do produzir esta dissertação, foram muitas leituras, fazer e refazer capítulos para deixá-los, pelo menos, próximos do exigido para tornar nossa escrita em conhecimento. Certamente, não foi tarefa simples, porém, lembranças ficarão registradas em nossa memória das trocas, deste momento, de “fazer” ciência.

Às Professoras Doutoradas Tânia Rocha e Odilza Lines, que compuseram a banca de qualificação, pela leitura do nosso texto e pelas enriquecedoras sugestões e observações.

À professora Lívia Diana, por ter nos oportunizado a participar, como aluna ouvinte, da disciplina ministrada por ela, mas, que não nos diferenciou, nesta condição e nos garantiu ser membro daquele grupo, vivência que, também, ficou registrada em nossa memória.

À UESB, que permitiu nosso afastamento das atividades laborativas, por alguns dias, no momento do trabalho de campo, comprometendo-nos a repor, em momento oportuno.

À Associação de Amigos da Pastoral do Menor, por ter aberto suas portas no processo de mediação com os entrevistados e com os seus documentos como fonte desta pesquisa. Agradecemos, especialmente, à Sra. Lícia Tavares e ao Sr. Valdemar Santino, membros fundadores da Instituição.

Ao Professor Ruy Araújo Hermann Medeiros, pela disponibilidade em narrar fatos históricos sobre o bairro pesquisado e, também, à Sra. Inês Andrade pela sua contribuição enquanto líder comunitária do município pesquisado.

Às colegas do mestrado, Lívia, Maria Helena, Adriza, Samila, Gabriela e Rita, a esta última, especialmente, por ter traçado o caminho dos dados do DISEP que estão em nossa pesquisa. Pessoas que compunham o grupo da turma da professora Tânia Rocha, os momentos de discussão sobre as facetas da violência, também, nos permitiram, boas lembranças. Planejamos manter o grupo, nossa perspectiva é a de novos encontros e de muita discussão coletiva.

À professora, Maria Gorette Ferreira Sampaio pela disponibilidade, em condições especiais, pelo tempo dedicado na revisão desta dissertação.

Às amigas, Socorro Normanha e Fátima Pires pelo incentivo para transitar por esta experiência agora em conclusão.

À Zélia, colega de trabalho que, recentemente, passou para outra dimensão de forma abrupta, nossa gratidão por nos orientar “na relação” com a informática, a usar teclas, para nós, ainda, desconhecidas.

À família, Tiago e Lucas, filhos queridos que, além do afeto, contribuíram nos momentos de estresse para lidar com as minhas limitações, seja no âmbito do cansaço, seja, de ordem técnica para lidar com os percalços no processo de digitação desta

dissertação. A Nivaldo, pessoa que nos acompanha a “alguns” anos, além, de pai dos nossos filhos é, também, o companheiro de longas caminhadas. Agradecemos pelas leituras e pelas sugestões

Aos meus queridos irmãos Beto, Fá, Ray, Ely, Santana e Leda, que, em todos os momentos, têm nos incentivado a superar os obstáculos próprios do concreto da vida cotidiana. Especialmente, à Leda, que, no momento muito específico de sua vida, soube, ainda, compreender que, em nossas trajetórias, precisamos aceitar os percalços da vida, pois ela - vida - é feita de “trânsitos estriados”.

Corremos o risco de esquecer outras pessoas, sabemos que muitos torceram para a efetivação desta tarefa, assim, estendemos nossos agradecimentos a todos e a todas que emitiram energia positiva para o fechamento desta trajetória acadêmica.

A sorte de um final tranquilo
Melina Guterres

Quero a sorte de um final tranquilo
Onde tudo possa acontecer
Onde não haja medo
Nem perda de tempo...

Quero sorte de um final tranquilo
Que nem final de filme de cinema
E que amor cure uma vida inteira

Quero a sorte de um final tranquilo
Com o saber de fruta proibida
Quero uma vida de aventuras
E nenhuma escolhidas

Quero a surpresa, a indignação
Quero a revolta e a pacificação
Quero o novo e inalterável
Quero o alterável e o inexplicável
Quero os meus problemas todos na gaveta
Quero viver muito e não me arrepender
Quero um espelho pra me compreender

Quero dançar chula...
Quero reboliço, agitação
Carinho e compreensão
Quero o silencio e a solidão
Estar despercebido numa multidão

Quero esquecer tudo
Apagar o futuro
Quero um carro, um camelo
Quero uma casa, um novo conceito
Quero amizade e compaixão
Quero ver tudo e não saber de nada

Quero um copo, um prato cheio
Quero o louco e o desprezo
Quero o certo e o duvidoso
Quero gostar de tudo e de só um pouco
Quero ser louco, quero ser poeta
Quero criar um novo... acorde
Quero escrever todos meus poemas

Quero que meus projetos deem certo
Quero plantar qualquer coisa
Quero a caneta e o corretivo
Quero escrever um bom livro
Quero paz, mas não a estagnação
Quero alteração, visão
Quero rever tudo, mudar junto
Quero ver em mim crescer um novo pais
Eu quero apenas uma garantia que tudo
vai dar certo!
E ter a sorte de um final tranquilo

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar as narrativas dos jovens, atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor - AAPM, sobre as Pedrinhas, em Vitória da Conquista, cidade da Bahia, a partir das visões que têm de sua condição de moradores da localidade. Para a Prefeitura Municipal, essa unidade urbana está inserida no Bairro Cruzeiro, mas, historicamente, é reconhecida, por grande parte dos conquistenses, como Bairro Pedrinhas. Para realizarmos esta pesquisa, entrevistamos 12 (doze) jovens com idade entre 15 e 27 anos, sendo 06 (seis) do sexo feminino e 06 (seis) do sexo masculino, bem como fundadores e diretores da Instituição, na qual essas pessoas estavam e/ou estão envolvidas, pesquisador da história local e liderança comunitária. Além das entrevistas, numa perspectiva qualitativo-descritiva, analisamos fontes documentais, tais como: documentos do arquivo da AAPM, do Arquivo Público Municipal, do arquivo da Arquidiocese. A pesquisa foi interpretada à luz de referencial teórico que transita por caminhos conceituais sobre as seguintes categorias: juventude, espaço urbano, violência e memória. As análises apontam que os jovens avaliam que são estigmatizados e vistos pelos habitantes da cidade mencionada como “bandidos”, porque consideram Pedrinhas um espaço violento e porque acreditam que seus moradores são envolvidos com o narcotráfico. Todavia, os entrevistados observam que esse fato não determina que a localidade seja um lugar de criminosos, pois, nos outros bairros da cidade, há, também, violência e pessoas que comercializam substâncias psicoativas ilícitas. Nesse sentido, o Bairro Pedrinhas é muito visado pela mídia, pela população conquistense e se configura enquanto materialização das desigualdades e diferenças da sociedade capitalista, cujo acesso aos bens e serviços, produzidos socialmente, é desigual, o que resulta na construção de espaços diferenciados, demarcados pela condição de classe, étnico-racial e de gênero.

Palavras-chave: Juventude. Memória. Violência. Espaço Urbano.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the narratives of young people and graduates attended by the Associação de Amigos da Pastoral do MenorAAPM, on Pedrinhas, in Vitória da Conquista, a city of Bahia, from the views that they have about their status as residents of the location. For Vitória da Conquista's City Hall, this unit is inserted in the urban district called Cruzeiro, but historically is recognized by most conquistenses as the district Pedrinhas. To accomplish this research, we interviewed 12 (twelve) young people aged between 15 and 27 years, being six (06) female and six (06) male, as well as founders and directors of the institution in which these people were and / or are involved, a researcher of local history and community leadership. Besides the interviews, in a qualitative-descriptive perspective, we analyze documentary sources, such as: documents in the AAPM file, the Municipal Public file, and the files of the Archdiocese. The research was interpreted in the light of theoretical transiting conceptual ways on the following categories: youth, urban space, violence and memory. The analyzes show that young people estimate that they are stigmatized and seen by city inhabitants referred to as "bandits" because Pedrinhas is considered a violent space and because they believe that its residents are involved in drug trafficking. However, respondents note that this fact does not determine that the location is a place of criminals, as in other districts of the city, there is also violence and people who sell illegal drugs. In this sense, Pedrinhas is very targeted by the media, by the population of the city and is configured as materialization of inequalities and differences of capitalist society, whose access to goods and services produced socially, is uneven, resulting in the construction of different spaces, demarcated by the class condition, ethnic-racial and gender.

Keywords: Youth. Memory. Violence. Urban Space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Vista panorâmica do Bairro Pedrinhas, 2014	30
Foto 2 - Praça da Juventude, Bairro Guarani, 2014.....	31
Foto 3 - Moradia das Pedrinhas	52
Foto 4 - Vista panorâmica das Pedrinhas, 2015	60
Foto 5 - Campo de Futebol, Bairro Pedrinhas, 2014	148
Foto 6 - Campo de Futebol, Olívia Flores - Bairro Candeias, 2015.....	148
Foto 7 - Igreja Católica, Bairro Pedrinhas, 2015	149
Foto 8 - Igreja Irmã Dulce, Olívia flores, Bairro Candeias	149
Foto 9 - Avenida Olívia Flores, 2015	150
Foto 10 - Avenida Olívia Flores, Bairro Candeias, 2015	150
Foto 11 - Praça da Juventude, Bairro Guarani, 2014.....	151
Foto 12 - Bairro Pedrinhas.....	151
Foto 13 - Bairro Pedrinhas.....	152
Foto 14 - Bairro Pedrinhas, 2014.....	152
Foto 15 - Bairro Pedrinhas, 2014.....	153
Mapa 1- Bairro Cruzeiro, 2010.....	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAPM	Associação de Amigos da Pastoral do Menor
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Campanha da Fraternidade
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DISEP	Distrito Integrado de Segurança Pública
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAINOR	Faculdade Independente do Nordeste
FEBEN	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciência
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEB	Movimento de Educação de Base
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PM	Polícia Militar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGMLS	Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 BAIRRO PEDRINHAS: O LUGAR NA CIDADE ONDE AS PEDRAS ROLAM E SÃO SILENCIADAS	22
2.1 A CIDADE E SUA TESSITURA	22
2.2 MEDO E VIOLÊNCIA NAS PEDRINHAS: O OLHAR DE JOVENS MORADORES DO BAIRRO	37
3 BATENDO NA “PORTA DE ENTRADA”: RECONSTRUINDO A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PASTORAL DO MENOR	64
4 O SILÊNCIO QUE NÃO QUER CALAR: AS NARRATIVAS DOS JOVENS TECENDO OUTROS OLHARES SOBRE O BAIRRO	85
4.1 JUVENTUDE: UM CONSTRUCTO SOCIAL, HISTÓRICO E CULTURAL	85
4.2 JUVENTUDE DO BAIRRO PEDRINHAS: SENTIDOS DE SER IDENTIFICADA COMO “BANDIDA” E IDENTIFICADO COMO “BANDIDO”	101
4.3 PERCEPÇÕES DOS JOVENS DAS PEDRINHAS: <i>O OLHAR DE CIMA PARA BAIXO</i>	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	133
FONTES ORAIS	143
FONTES MANUSCRITAS	145
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	145
APÊNDICES	147
APÊNDICE A - Registro fotográfico	148
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista	154

1 INTRODUÇÃO

É preciso ter-se em conta que a posição de classe social e, conseqüentemente, onde e como mora em uma cidade são fatores ligados às condições estruturais da sociedade, e isso é o que enfatiza a distinção dos destinos pessoais na vida cotidiana ligados aos das classes sociais a que pertencem (Gey Espinheira).

O município de Vitória da Conquista, cidade da Bahia, um dos maiores e mais populosos do Estado, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), está localizado na microrregião do Planalto da Conquista, sudoeste do Estado, numa altitude superior a 900 metros. Sua sede está situada nas encostas da Serra do Periperi. No passado o município ocupava uma vasta área, que abrangia quase toda a região do planalto. Com a emancipação de vários de seus distritos, o território ficou bastante reduzido, sendo que a sua área hoje é de 3.704 km².

Considerada de médio porte e a terceira cidade do Estado da Bahia, Vitória da Conquista possui uma população estimada em 340.199 habitantes, segundo dados do IBGE (2014)¹. De acordo com a Prefeitura Municipal (2014), constitui-se como a quinta maior economia da Bahia e a sétima mais importante entre as médias cidades brasileiras².

Como qualquer outra cidade do seu perfil, sofre diversos problemas advindos do rápido e intenso crescimento urbano desordenado e não foge à regra da realidade de algumas cidades brasileiras com crescimento contraditório, ou seja, há desenvolvimento arquitetônico e de infraestrutura nos locais destinados à especulação imobiliária em detrimento das áreas periféricas e empobrecidas, onde habitam pessoas que vivenciam a desigualdade social desses espaços urbanos.

Somado a essa realidade, nas franjas urbanas, os bairros fora das configurações de crescimento e acessos aos bens materiais e simbólicos, em que seus moradores convivem com várias formas de fragilidades, enfrentam o estigma de serem identificados como espaços sujeitos, pobres, violentos e de “bandidos”.

Em função desse fato, esta dissertação teve como objetivo analisar as narrativas dos jovens moradores do bairro Pedrinhas da cidade de Vitória da Conquista, atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor (AAPM), sobre a realidade da unidade urbana onde moram.

¹Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

² Disponível em: <www.pmvc.ba.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2014.

Pedrinhas, segundo o mapa (IBGE, 2010) da cidade de Vitória da Conquista, é uma rua e, também, uma área situada no bairro Cruzeiro, este abrange, segundo o mapa do bairro, quatro áreas, a saber: Pedrinhas, Peru, Petrópolis e Cristo. Todavia, baseamo-nos na denominação do bairro utilizada pelos entrevistados desta dissertação, pelos demais moradores da localidade e pela população conquistense. Assim, a unidade urbana, será designada de *Pedrinhas* considerando a história do bairro e o seu significado para sua população.

A pesquisa é qualitativa: os instrumentos, técnicas e os tipos de abordagem se respaldam nesta escolha, tecendo a memória dos moradores juvenis, de 15 a 27 anos de idade, atendidos ou egressos da Instituição já mencionada. Para tanto, utilizamos como critérios de seleção dos entrevistados a idade, o gênero, o fato de estar frequentando o espaço institucional e ser egresso da AAPM. Entrevistamos doze jovens, sendo seis do sexo feminino e seis do sexo masculino. Informamos que três deles estão frequentando as atividades do espaço institucional; uma jovem só participa dos eventos realizados; um deles deixou de frequentar a AAPM há, pelo menos, dois anos; uma jovem engravidou e, às vezes, aparece por lá; e seis deles participam das oficinas de música e de esporte como monitores.

Como recurso metodológico, utilizamos com os jovens, com os diretores da Associação, com estudioso da história regional e com uma líder comunitária, entrevista semiestruturada. Além disso, buscamos fontes documentais, tais como: documentos do arquivo da AAPM, do Arquivo Público Municipal, do arquivo da Arquidiocese.

O bairro em discussão está localizado no aclave da Serra do Periperi, de lá se tem uma visão “privilegiada” da cidade. Na parte alta do bairro, encontra-se a obra Cristo Crucificado de Mário Cravo Júnior³, inaugurada na gestão do prefeito Raul Ferraz, em 1980.

Esse aspecto também impulsionou a nossa curiosidade e o interesse por analisar as visões dos jovens de um lugar que, no olhar da população, tem uma vista bela de parte do contorno urbano da cidade; em contraposição com a realidade vivenciada por eles. Apesar de estar localizado no limite com a Serra do Periperi e próximo do centro da cidade, boa parte de seus moradores se mantém afastada do bairro, devido ao medo. Voltaremos a discorrer sobre esse aspecto ao longo dos capítulos.

³ Mário Cravo Júnior é baiano de Salvador, escultor, gravador, desenhista e professor. De acordo com a Enciclopédia Itaú Cultural (s/d, p. 01), a obra de Cravo Júnior “transita entre as mais diversas tradições artísticas [...] incluem cerâmica e manifestações culturais regionais com as quais entra em contato nas inúmeras viagens que realiza, ainda muito jovem, pelo interior do Nordeste”. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br>>. Acesso: 04/03/2015.

A nossa aproximação com a realidade do bairro se deu no ano de 1999 por meio da experiência profissional como Assistente Social da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), órgão do Estado da Bahia, que possibilitou o contato com a Associação de Amigos da Pastoral do Menor (AAPM)⁴, através de convênio firmado entre as duas Instituições.

A referida experiência nos inquietou em relação à realidade vivenciada pelos jovens moradores do bairro, a de serem percebidos como “diferentes” e “estranhos” por grande parcela dos habitantes da sociedade local. O espaço urbano onde moram os participantes deste estudo, Pedrinhas, no universo da cidade de Vitória da Conquista, é, a partir de uma ótica preconceituosa e estigmatizante, visualizada como lugar de “gente” perigosa e violenta.

Partimos do contexto de que a mídia local e a sociedade conquistense consideram a área eleita para estudo como uma das mais violentas da urbe. Essa avaliação de membros da sociedade conquistense pode ser observada em afirmações divulgadas em blogs locais, como se seguem: “Uma guarnição da Polícia Militar, [...] foi recebida a tiros no Bairro das Pedrinhas, uma das áreas mais violentas de Vitória da Conquista” (BLOG DO ANDERSON OLIVEIRA, 2010, s.p.). O mesmo blog, em outra data, também informa:

Moradores do bairro Cruzeiro, Petrópolis e Pedrinhas, [...] ainda estão sem o transporte coletivo. A medida foi tomada pelo Sindicato dos Rodoviários e Cidade Verde Transportes após um atentado que resultou na destruição de um dos seus veículos, no mês passado. Enquanto os ônibus não retornam ao seu itinerário, muita gente continuará seguindo para seus destinos a pé, tendo em vista que o limite para circulação está sendo na Praça Sá Barreto. Sobre o assunto o Blog do Anderson contactou a Prefeitura Municipal e a Cidade Verde, mas até o momento não se manifestaram (BLOG DO ANDERSON OLIVEIRA, 2014, s.p.).

Outro blog da cidade, ao divulgar matérias sobre o bairro, informa:

Pedrinhas, em Vitória da Conquista, instituiu a lei do silêncio. Com medo, os moradores preferem se calar, enquanto as estatísticas aumentam assustadoramente. De acordo com a polícia, a maioria dos crimes registrados no bairro tem relação com o tráfico de drogas (BLOG DO MARCELO, 2014, s.p.).

Em outra data (21/03/2014), o Blog do Marcelo (2014, s.p.) divulga: “Um morto, quatro presos, armas e drogas apreendidas, são o saldo de operação da PM nas Pedrinhas”.

Em pesquisa no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, localizamos uma matéria em jornal local⁵ que traz informações sobre um jovem morador das Pedrinhas, cujo

⁴ No decorrer de nossa pesquisa, em 2014, a AAPM mudou sua razão social e passou, segundo a Sra. Lícia Tavares, a ter uma nova denominação: Instituto Social Pe. Benedito Soares. A mudança se efetivou em 18/08/2014, conforme registro em seu Estatuto.

⁵ Tribuna do Café de 27 de maio de 1987.

título é: “Jovem esfaqueado nas Pedrinhas”. Analisamos que a mídia, ao tratar do bairro, enfatiza as questões relacionadas com a criminalidade e a violência, o que faz parecer que, naquele lugar, não existem outras vivências e nem aspectos positivos.

Na contradição da sociedade capitalista, há a tendência para enxergar apenas o exuberante, o belo e o luxo, por conseguinte, o simples, o “feio” e o pobre, são visualizados sob duas perspectivas: como mão de obra barata para utilizar sua força de trabalho e como moradores de espaços fora do padrão da sociedade de consumo, de “marginal” e outras denominações depreciativas.

Diante do exposto, é possível afirmarmos que há na sociedade conquistense uma percepção depreciativa do bairro acima descrito. Se essa é a leitura divulgada pela mídia e, conseqüentemente, a de uma grande parcela da população, qual é a leitura dos moradores do bairro, dos moradores, da vida nessa comunidade? É sobre essa leitura que recai nosso interesse.

Para falar da realidade do bairro pesquisado, reportamo-nos aos entrevistados desta dissertação. Assim, como caminho metodológico, para o contato com os jovens do bairro, optamos pela mediação com a AAPM como “porta de entrada” para entender os pontos de vista desses jovens sobre o lugar no qual moram, como se relacionam com a cidade e como essa localidade se configura na estrutura urbana. A AAPM é uma instituição não governamental (ONG)⁶, que existe no município de Vitória da Conquista desde 1987. Historicamente, começou seu trabalho nas Pedrinhas, vinculada à Paróquia Nossa Senhora das Vitórias.

A abordagem é qualitativa e as explicações que seguem se constitui em “uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 244).

Nessa linha de interpretação, de acordo com Gonçalves e Lisboa (2007, p. 3-4):

A pesquisa qualitativa tem sido resgatada nas ciências sociais por se considerar que ela abarca uma relação inseparável entre o pensamento e a base material, entre a ação de homens e mulheres enquanto sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Esta forma de abordagem tem sido valorizada, uma vez que trabalha com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado não perceptível das relações sociais e permitindo a compreensão da realidade humana vivida socialmente.

⁶ Segundo Tenório (2005), as Organizações Não Governamentais (ONGs) são instituições com finalidade pública, sem fins lucrativos. Atuam no Terceiro Setor da sociedade civil e desenvolvem ações em diferentes áreas.

As autoras defendem a pesquisa qualitativa por considerar os pesquisados como sujeitos. O método dialético, para elas, é a forma de abordagem que valoriza a totalidade⁷ e aprofunda o aspecto não visível das relações sociais, possibilitando desmistificar a realidade socialmente vivida.

Lima e Miotto (2007, p. 39), nessa mesma direção, sinalizam que o método dialético induz o pesquisador a avaliar o conflito, o movimento histórico, a totalidade e a contradição. Efetivar uma pesquisa percebendo que a realidade social é dinâmica e por isso, “contraditória, histórica e ontológica implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam produzir todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação” (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 40).

Assim sendo, nosso estudo tem o interesse de possibilitar aos entrevistados se colocarem a respeito da vida cotidiana no bairro, suas vivências, visões e suas memórias coletivas sobre a localidade em que moram.

A memória coletiva, de acordo com Halbwachs (2004), envolve as memórias individuais, porém, são inconfundíveis. Afirma ele: “ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal” (HALBWACHS, 2004, p. 58). O autor salienta que recordar é um ato coletivo, pois, nunca estamos sós, sempre carregamos conosco um número considerável de pessoas inconfundíveis.

Para obtenção de uma lembrança, na perspectiva de Halbwachs, a reconstrução é acessada a partir de informações comuns que se encontram em todas as pessoas e são passadas de forma incessante e recíproca, “o que só é possível se fizeram [as pessoas] e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade” (HALBWACHS, 2004, p. 39). Segundo o autor, uma lembrança só pode ser recuperada e reconhecida desse modo. Acrescenta que a memória coletiva envolve as memórias individuais, todavia, elas não se confundem.

Peralta (2007, p. 6), nesse esteio analítico, compreende a memória coletiva como sendo “o lócus de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço”.

Diante do modo como nos alinhamos a essa abordagem teórica e analítica sobre memória, para falar do bairro, lançamos mão das narrativas dos jovens, traçando um diálogo com estudiosos da área de memória e com as outras fontes pesquisadas.

⁷ Segundo Kosik (2010, p. 50), “A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se *cria a si mesma* interação das partes”.

Nesse sentido, é importante sublinhar que, na expectativa de preservar os pesquisados, utilizamos nomes fictícios. Inclusive, ouvimos deles sugestões para seleção dos nomes que os identificariam neste estudo. Quanto aos outros entrevistados, mantemos os verdadeiros nomes, pois os mesmos autorizaram.

A pesquisa de campo foi interpretada à luz do referencial teórico que transita por caminhos conceituais a respeito das seguintes categorias: juventude, espaço urbano, violência e memória. Para tanto, buscamos contribuições em livros, artigos, monografias, dissertações e teses que versam sobre temas correlatos ao presente estudo. Acreditamos que essas fontes acompanhadas de oportuna análise fornecem elementos significativos para o desenvolvimento de nosso estudo.

Para a presente análise é de fundamental relevância conhecer a categoria juventude. Conforme Mendes (2012, p. 2),

o seu ponto de partida é o entendimento de que ela é socialmente construída, portanto, variável conforme o contexto sócio - histórico em que os sujeitos estão inseridos. Além disso, esta forma de abordagem permite estabelecer diferenças no interior da própria juventude, como: gênero, raça, classe social e etc.

Segundo a autora, são os jovens que dão vida e sentido à juventude, enquanto categoria social, histórica e cultural. Considera, ainda, que é indispensável adicionar outro dado: a reflexão sobre o sujeito que a compõe. Assim, na perspectiva de Mendes (2012, p. 4), “o jovem é entendido como sujeito social, que se produz e reproduz na própria realidade, na relação que estabelece com a natureza e com o lugar que ocupa na produção de sua classe”. É nessa relação que se estrutura a subjetividade do sujeito.

Enfocamos o espaço urbano, porque entendemos que é na cidade que acontecem as relações sociais. Nela, segundo Mendes (2012), evidenciam-se as desigualdades sociais entre os cidadãos e aparecem as diferenças entre os moradores em função da ausência/presença e/ou da boa/ruim qualidade dos serviços públicos. A cidade é, para a pesquisadora, ao mesmo tempo, espaço de vida onde as práticas cotidianas se desenvolvem em torno das relações de moradia, trabalho, lazer, entre outras, e espaço vivido, que é “ilimitado, reconstruído e representado pelo sujeito no seu imaginário” (MENDES, 2013, p. 9).

Elegemos a violência como mais uma categoria a ser tratada em nossa dissertação, pela sua relação direta com nosso objeto de estudo. Santos (2007) salienta que entende, inicialmente, como um fenômeno multifacetado, heterogêneo que se substancia nas contradições do sistema capitalista, este tem produzido historicamente a questão social.

Baseando-se em Chauí (1994), o autor enfatiza que no Brasil existe uma grande disparidade, dois extremos: um, da riqueza absoluta; e o outro, da carência absoluta. Esse mote é nomeado pela autora como a “polarização da pobreza”, assim, viver em uma realidade transcorrida pelas deficiências e negação do suprimento das necessidades básicas significa negação da cidadania, possibilitando, desse modo, toda forma de violência.

Para Santos (2007, p. 17-18), a violência precisa ser compreendida no tecido social. O autor, tomando como referência Oliveira (1999 b) considera que a violência, enquanto fenômeno social, “brota das entranhas das desigualdades econômicas e dos traços persistentes da cultura política, arraigados há tempos na sociedade brasileira e se exprimem de maneira reeditada no contexto atual moldando as relações sociais e as instituições”. Logo, na visão do autor, a violência se consubstancia na lógica capitalista que produz espaços diferenciados e acessos distintos, marcados pelos conflitos entre as classes.

No presente estudo, então, por meio da escuta dos jovens em questão, à luz das chaves interpretativas brevemente mencionadas acima, interessa-nos tecer suas histórias sobre os espaços, as práticas sociais, suas visões sobre o bairro onde moram.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, intitulado *Bairro Pedrinhas: o lugar na cidade onde as pedras rolam e são silenciadas*, trabalhamos com a história do bairro estabelecendo um diálogo com os pesquisados por meio das suas narrativas. Analisamos as visões que eles têm sobre o sentido de pertencerem a uma unidade urbana identificada pelo imaginário da cidade como local de “bandido” e de violência. O segundo capítulo, *Batendo à “porta de entrada”: reconstruindo a história da Associação de Amigos da Pastoral do Menor*, tece a história do espaço que media a relação com os sujeitos deste estudo, delineando a trajetória histórica da AAPM, a partir da influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁸, no município de Vitória da Conquista. Assim, pelas veredas da memória das pessoas integrantes do grupo fundador do espaço institucional, reconstruímos a história dessa Instituição, instalada no bairro em discussão.

⁸As CEBs surgem no Brasil, segundo Teixeira (2003, p. 20-21), numa conjuntura de retomada da mobilização social a partir “de uma política de base, sem vinculações com a política partidária formal [...]. Foi uma maneira bem popular de contrariar toda a lógica capitalista [...]. Neste contexto de organização social, as CEBs destacaram-se pela capacidade de organização e presença no meio do povo. [...] As CEBs tiveram um papel mobilizador, facilitando outros movimentos dos excluídos; elas criaram um grande impacto ético – social. [...]. As CEBs começaram a surgir, aqui e acolá, em 1969, logo depois da grande repressão sobre os movimentos populares, das perseguições aos líderes operários vítimas do AI-5. A Diocese de Vitória da Conquista foi pioneira nesse trabalho, graças à eficiente equipe de padres e leigos, da qual Edivanda fazia parte”. Medeiros (2003, p. 29) também tece comentários sobre as CEBs: “Sem fazer barulho, sem ligação com forças políticas partidárias, começava em Vitória da Conquista o maior trabalho de conscientização e organização popular havido até agora. [...] As CEBs começaram nos bairros mais populares da cidade (Rua da Corrente, Pedrinhas, Cruzeiro, Jurema e depois em outros) e, aos poucos, se espalharam pela zona rural”.

Por fim, o terceiro e último capítulo, *O silêncio que não quer calar: as narrativas dos jovens tecendo outros olhares sobre o bairro*, discorremos sobre a temática da juventude, especificamente, sobre os jovens das Pedrinhas atendidos e egressos da AAPM. Abrimos, assim, a possibilidade para que os pesquisados expressassem o olhar sobre o bairro onde vivem no contexto da cidade de Vitória da Conquista.

Segundo Freire (1987, p. 44), “Não é no silêncio⁹ que os homens se fazem, mas, na *palavra*”. Assumindo essa afirmação do autor, consideramos a relevância deste estudo no trato com as especificidades trazidas no trabalho da memória do grupo juvenil ao narrarem sobre suas vivências no cotidiano das Pedrinhas, na relação com os diversos “traçados nas tramas” da urbe. O exercício da pesquisa, portanto, contribui para interrogar a realidade onde os interlocutores vivem e para informar-nos sobre a “tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão, mas, também, os campos de gravitação da experiência urbana nesse cenário tão modificado” (TELLES; CABANES, 2006, p. 15).

Na cidade, geralmente nos acomodamos à vida cotidiana, ao que está diretamente relacionado conosco, fechamo-nos em nossas realidades e nos abstraímos da efervescência da vida do contexto da cidade onde se embrincam as relações sociais. Apenas saímos da “zona de conforto” quando somos diretamente afetados por algo que nos trará consequências negativas. A experiência profissional tem nos possibilitando participar de outra realidade movida pelos “impulsos” da violência, do viver em trajetórias perpassadas pelas tramas do sistema que vai delineando a vida na cidade, nomeando os lugares e as pessoas a partir do que podem consumir e pagar.

Embora na contemporaneidade, esteja estabelecido um embate entre as pessoas por causa de suas diferenças, comungamos com Bauman (2008) ao afirmar ser imprescindível um encontro entre os cidadãos, porque os espaços urbanos fechados têm contribuído para o afastamento, para a segregação entre eles. A forma como são delineadas as cidades são respostas produzidas para os medos também edificados, mas, de acordo com o autor, o homem deve se empenhar para agir na expectativa de tornar a comunidade onde vive num lugar onde todos os sujeitos possam conviver socialmente.

Estudar as trajetórias dos jovens entrevistados nos permitiu conhecer, em parte, a sua realidade, a situação que não é divulgada pelas mídias brasileiras e, nesse caso, pelas mídias locais. Por conseguinte, a pesquisa empírica nos possibilitou o registro de outra história diferente da contada pela classe dominante do município de Vitória da Conquista: nas Pedrinhas

⁹ Freire (1987, p. 44) o diferencia do silêncio da meditação, mas, para ele, este só tem sentido: “quando os homens nela se encontram ‘molhados’ de realidade”.

as pessoas pensam, trabalham, relacionam-se e administram suas vidas, porém, de modo diferente, como quaisquer moradores dos demais bairros da cidade. Acreditamos, assim, que esta dissertação possa contribuir, pelo menos, para outra leitura do bairro onde moram os participantes deste estudo, o que poderá auxiliar aos jovens e às jovens das Pedrinhas a se perceberem mais e/ou melhor cidadãos que afirmaram ser e a conseguirem se respeitar na condição de moradores de uma unidade urbana que tem um papel preponderante na história da cidade de Vitória da Conquista, como nos narrou o pesquisador Ruy Medeiros:

Então começou a se precisar, a necessitar de pedra britada, pedrinhas, ai é que vem o nome das Pedrinhas porque ali se desenvolvia essa atividade de caráter econômico e de feição bem artesanal, os homens e as mulheres muitas vezes pegava a pedra maior colocava dentro de um aro feito de flande [...].Então essa atividade vai se desenvolvendo e vai fixando famílias ali.

Ao informar sobre um morador do bairro de nome Altino que cedia sua casa para as reuniões com as CEBs, o referido professor questiona e, ao mesmo tempo responde:

Quem era esse cidadão que emprestava a casa para as reuniões? Era uma pessoa que possuía uma carroça com a carroceria toda de flande, fechada com uma abertura em cima e uma torneira no fundo porque ele vivia de vender água, era um aguadeiro, pegava água no Poço Escuro e saía vendendo na cidade ou então, as aguadeiras pegavam latas e jogavam no túnel da casa das pessoas.¹⁰

Afinal, foi por meio das pedras quebradas, britadas, das latas d'água na cabeça das “aguadeiras” e na carroça de flande do Sr. Altino que o Arraial da Vila da Vitória foi se delineando para, hoje, se tornar esta Conquista de tantas contradições, como as demais cidades brasileiras.

¹⁰Entrevista concedida em 09/05/2014. Ruy Hermann Araújo Medeiros é professor da UESB, advogado e pesquisador da história regional.

2 BAIRRO PEDRINHAS: O LUGAR NA CIDADE ONDE AS PEDRAS ROLAM E SÃO SILENCIADAS

As cidades, como sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa [...] (Italo Calvino).

No presente capítulo discorreremos sobre o Bairro Pedrinhas na perspectiva dos jovens moradores da localidade e atendidos pela Associação de Amigos da Pastoral do Menor (AAPM). Para tanto, abordamos, primeiramente, de forma panorâmica, Vitória da Conquista, cidade da qual o bairro em questão faz parte. Cidade aqui é compreendida como lugar onde se dão as relações sociais, por isso, constitui-se como um espaço dinâmico, contraditório porque percebido, ao mesmo tempo, como ambiente de desenvolvimento e como local marcado por desigualdades sociais concretas. Assim, as unidades urbanas expressam as diferenças, tanto por meio do espaço físico quanto pelos sujeitos, pois é na urbe que as pessoas vivem e trocam experiências.

2.1 A CIDADE E SUA TESSITURA

A cidade nos dias atuais constitui, para Carlos (1997), o aspecto mais incisivo do processo de produção das relações sociais desencadeadas pela sociedade capitalista. A autora compreende a unidade urbana como o lugar onde acontece a fragmentação das relações sociais, a disjunção entre homem-natureza e as desigualdades sociais expressivas.

Nesse contexto, a urbanização e a industrialização são acontecimentos mundiais. O século XIX é reconhecido como o período de relevância histórica na formação das sociedades modernas. Segundo Rizzini (2008), esse século foi arena de confrontos contínuos entre ideologias e dogmas, que incitaram uma revolução nas mentalidades. A passagem do século XIX para o século XX é marcada pelo processo de industrialização e pelo crescimento urbano, fenômeno que vai acarretar um aumento demográfico e, conseqüentemente, surgem inúmeros problemas na ordem do urbano em toda cidade de médio ou grande porte.

Vitória da Conquista, município da Bahia, é uma cidade que está inscrita nessa realidade. De acordo com Ferraz (2001), no transcorrer do século XIX, o crescimento dessa urbe se deu lentamente, perdurando até as primeiras décadas do século XX. Enfatiza a autora que a cidade cresceu, nesse período, “na direção norte/sul, acompanhando o leito de um

córrego do rio Verruga, cuja nascente situa-se na Serra do Periperi, no atual poço Escuro” (FERRAZ, 2001, p. 30). Outro aspecto que interveio para a expansão dessa unidade urbana foi, segundo o estudo referido, as estradas que cortavam a localidade.

Santos (2007), em seu estudo sobre o município citado, considera que o processo de povoamento do Arraial da Conquista, no final do século XVIII, consolidou-se por meio da criação de gado na região que lhe deu origem. Sobressaiu, no período aludido, o desbravador João Gonçalves da Costa que se fixou no Sertão da Ressaca e passou a ser um dos grandes latifundiários da Bahia.

Segundo o autor, por se situar numa localidade geográfica que ligava o litoral ao sertão, Vitória da Conquista tem uma posição privilegiada que lhe permitiu a circulação do fluxo comercial nos sentidos sertão-litoral e litoral-sertão. Para Santos (2007, p. 133), a relação da agricultura de subsistência com a pecuária constituiu um aspecto econômico que favoreceu ao referido Arraial sobressair-se e alcançar “o status de Vila em 1840, com o nome de Imperial Vila da Vitória”.

No final do século XIX, onze (11) ruas e duas (02) praças eram suficientes para abrigar o aglomerado urbano de Vitória da Conquista, afirma Ferraz (2001). Em 1891, a cidade se emancipou e, no século subsequente, vai se configurando uma cidade com outra aparência. O urbano, a partir de 1940¹¹, apresenta-se com edificações novas, que conferem à malha urbana central um aspecto mais compactado e mais denso. A autora sublinha que, no período de 1940 a 1970, surgiram o primeiro jardim, a primeira escola ginásial, o cinema, as casas de saúde, o primeiro bar, os bancos e as casas de saúde. O núcleo urbano experimentou muitas transformações que têm interferido em seu arcabouço na atualidade.

Ferraz (2001, p. 21), analisa que um dos aspectos principais que determinou a transformação da configuração territorial da cidade foi a prática de parcelamento do solo urbano. Vitória da Conquista “é palco de uma dinâmica urbana repleta de contradições e conflitos. A sua configuração territorial é resultado da ação de vários sujeitos produtores do espaço urbano, em constante luta pela conquista de seus interesses e necessidades”.

A cidade está localizada numa posição de entroncamento rodoviário, característica que é basilar para a construção da unidade urbana que é hoje. Vitória da Conquista “passou a expandir sua malha urbana num processo crescente, que se intensificou, especificamente nas

¹¹Santos e Almeida (2011, p. 3) consideram que, nessa década, começou a construção da BR-116, a conhecida Rio-Bahia “contribuiu significativamente, como via de transporte, para o desenvolvimento do município em questão e da região”.

últimas décadas, em decorrência da abertura de loteamentos e do incremento populacional vivenciado pela zona urbana do Município” (FERRAZ, 2001, p. 22).

Segundo a pesquisadora, proporciona economias de afluência e externalidades com outros municípios da região, aspecto que caracteriza o município como centro regional. Entre esses municípios estão Anagé, Planalto, Barra do Choça, Itambé, Encruzilhada, Cândido Sales e Belo Campo, com os quais faz fronteira.

Ferraz (2001) acrescenta, também, que o município de Vitória da Conquista tem em sua composição doze (12) distritos: Distrito sede – Vitória da Conquista, São Sebastião, José Gonçalves, Cabeceira do Jiboia, São João da Vitória, Dantilândia, Veredinha, Cercadinho, Inhobim, Pradoso, Iguá e Bate-Pé. Em pesquisa ao Arquivo Público Municipal (2014), constatamos que a cidade está subdividida em vinte e seis (26) bairros, e setenta (70) loteamentos.

Nos últimos anos, o alto crescimento da construção civil no município tem apresentado uma transformação visível na estrutura arquitetônica da cidade. A cidadeno pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as configurações que assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A malha urbana¹² conquistense cresce num ritmo impressionante, a cidade se expande para todos os lados, situação considerada favorável à especulação imobiliária, aspecto fundamental para a extração do lucro. Porém, é uma questão complexa que precisa ser repensada, pois esse processo vivenciado nas últimas décadas pela população do município tem trazido, também, consequências negativas.

Vitória da Conquista, da mesma forma que outras cidades de médio porte, vem passando por transformações significativas. Tem apresentado, nas últimas décadas, alterações em sua paisagem urbana que interferem na economia local, realidade que se configura com a implantação de novos equipamentos públicos e privados, com a edificação de diversos condomínios, com a acomodação de franquias, entre outros. A cidade desempenha um papel basilar na dinâmica da região do sudoeste baiano, pois, por ser um município que tem sua base econômica no setor terciário, apresenta um vasto ramo de serviços e comércio, questão que favorece o movimento de capital. Esses fatores, para Anjos (2014, p. 1), são um dos principais “motores da atual reestruturação em que a cidade tem vivenciado. Tal processo tem influenciado no aumento do fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, como também a valorização do solo urbano e o aumento na circulação do capital”.

¹²Esse tema não se constitui objeto desta dissertação, no entanto, abre caminho para outros estudos.

Segundo a autora, Vitória da Conquista desempenha um papel basilar na dinâmica da região do sudoeste baiano, pois, por ser um município que tem sua base econômica no setor terciário, apresenta um vasto ramo de serviços e comércio, questão que favorece o movimento de capital na cidade. Dessa maneira, para Anjos (2014), as transformações fundamentais que podem ser destacadas nesse processo são a instalação do Shopping Conquista Sul e suas respectivas expansões, que influenciaram o setor imobiliário e o comércio, interferindo na vida dos cidadãos. Acrescenta, ainda, que, as áreas de educação e saúde também contribuíram para modificar o panorama da mencionada cidade e que o crescimento no setor terciário teve grande influência para transformação de Vitória da Conquista, interferindo, assim, na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e no emprego da mão-de-obra.

Na contemporaneidade, são perceptíveis as mudanças ocorridas no espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista: áreas rurais são transformadas em extensões urbanas, mote este decorrente da especulação imobiliária; construções de novas avenidas; ocorreu privatização das terras e transformação em loteamentos, que podem ser adquiridos por compradores com diversos níveis de renda. Nessa nova configuração, a cidade apresenta modificações em sua estrutura arquitetônica, com construções de prédios, casas e novos pontos comerciais, surgiram grandes empreendimentos, construção de condomínios fechados, mansões de luxo em áreas e bairros bem estruturados e organizados, tanto do ponto de vista de serviços comunitários e públicos quanto particulares. Ainda foram implantadas indústrias e shoppings.

A área de educação despontou, havia uma universidade pública, agora são três, sendo uma estadual (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)) e duas federais (Instituto Federal da Bahia (IFBA), Universidade Federal da Bahia (UFBA)). Foram implantadas ainda quatro faculdades particulares: Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Faculdade Santo Agostinho e Faculdade Maurício de Nassau.

As transações da cidade nas quais estão em jogo os sentidos e as formas da vida, os fios que tecem a tapeçaria do mundo social são costurados, isto é, são tramados e são tecidos. Desse modo, as mutações que ocorrem no âmbito da cidade desativam, desarticulam e, simultaneamente, dão novas configurações a “campos políticos, relações de força, atores coletivos e suas formas de expressão, formas de conflito e suas arenas” (TELLES; CABANES, 2006, p. 45). Essas alterações são profundas e, por isso, desarticulam ou rompem o desenho de relações que limitavam a questão urbana: cidade, trabalho, Estado, e a questão nacional.

Embora Vitória da Conquista seja uma cidade de médio porte, sua realidade atual nos faz pensar na análise de Telles e Cabanes (2006, p.11) sobre as grandes cidades ao afirmarem

que elas estão passando por profundas alterações, seus espaços e artefatos estão cifrados. Os modos de circulação e distribuição da riqueza, as alterações do trabalho e das configurações de emprego e desemprego, o avanço tecnológico com seus serviços de ponta, os grandes equipamentos de consumo e os circuitos ampliados do mercado, na perspectiva dos autores, são variações que têm modificado tempos, espaços e ritmos da experiência urbana.

Nesse cenário contrastado, segundo os autores, também entram em cena a pobreza, o desemprego, a precariedade urbana e a violência, que significa “morte matada”, e, assim, a “tragédia” é concentrada nas periferias urbanas. Ressaltam, no entanto, que

todo cuidado é pouco quando se trata de lidar com as proximidades da pobreza e criminalidade, sobretudo nesses tempos em que a nossa velha e persistente, nunca superada, criminalização da pobreza vem sendo reatualizada sob formas renovadas, algumas sutis, outras nem tanto, na maior parte dos casos, aberta e declarada (TELLES; CABANES, 2006, p. 8).

Os autores discorrem sobre a realidade do mundo moderno, todavia, chamam a atenção para um aspecto relevante, o de não relacionar a situação de pobreza de grande parte da população brasileira à criminalidade; consideram que morar em áreas periféricas não é sinônimo de ser criminoso e marginal. Avaliam, portanto, as “metamorfoses da questão social” e consideram que as realidades urbanas vêm apresentando desafios consideráveis. É nas contexturas da cidade que se instala a atual complexidade, necessitando, para tanto, conhecê-la, ou no dizer dos teóricos, “auscultá-la”.

Para Telles e Cabanes (2006, p. 23), nas tramas mencionadas, os lances da vida são jogados, é aí que se processam as exclusões, as fraturas, os bloqueios e também as capturas na hoje extensa e multifacetada malha de ilegalidades, que perpassam a cidade inteira e que operam como outras tantas formas de junção e conjugação da trama social. Acrescentam que é no embate estabelecido entre as várias circunstâncias que a cidade vai se “perfilando nos seus focos de tensão”. Os sujeitos, no percurso de suas vidas, cruzam espaços sociais diversos, seus acessos passam por diversas fronteiras e esses projetos possibilitam a informação sobre a organização do mundo urbano, suas dificuldades, suas fraturas e conflitos.

Seguindo essa linha de argumentação, percebemos que, em Vitória da Conquista, no contemporâneo trajeto de crescimento do meio urbano, a situação se aproxima da análise apresentada pelos autores acima. Se considerarmos, entretanto, que o direito à cidade é de todos os cidadãos, então, essa lógica precisa ser revista. Nessa mesma vertente, Lefebvre (1961, p. 51) analisa criticamente, em seu livro *O Direito à Cidade*, a capacidade de destruição da vida urbana que a classe dominante ou burguesia efetivamente tem. Sobre essa

situação, o autor sublinha que “apenas hoje é que começamos a apreender a especificidade da cidade, dos fenômenos urbanos”.

A realidade vivenciada pela maioria da população de Vitória da Conquista e demais brasileiros e brasileiras abre caminhos para pensarmos sobre análise do autor, a qual se diferencia da delineada pelo projeto conservador das classes dominantes. O capitalismo planeja muito bem na expectativa do lucro, de quem compra e desfruta dos melhores equipamentos, construções, bens de serviços e de consumo. Assim, é o capital que define o lugar de cada um na cidade.

Por conseguinte, as transformações ocorridas, nos últimos anos, em Vitória da Conquista, localizam-se nos bairros ditos nobres em detrimento das demais localidades. Com isso, os benefícios das mudanças dos traçados urbanos não são planejados para toda a população, constroem-se espaços diferenciados e acessos restritos; eles são instituídos para as classes de maior poder aquisitivo.

Carlos (1997, p. 19), nessa esteira de reflexão, salienta que, nos dias atuais, as cidades são conformadas pelo capital: “o mundo dos homens é cada vez mais o mundo da mercadoria e do que é possível comprar. A relação das pessoas-mediada pelo dinheiro - passa pela relação das coisas”. Na sociedade de hoje, o tratamento com as pessoas se diferencia em função da aparência, das roupas, do carro, dos lugares que circulam, enfim, de tudo aquilo que o dinheiro possa garantir. O modelo arquitetônico da cidade, segundo a pesquisadora, também aparta, separa, segrega e expulsa, conseqüentemente, o acesso aos lugares de vida das cidades passa pela mercadoria.

Em entrevista, questionada sobre o bairro em que gostaria de morar, Aline¹³ (jovem egressa da AAPM, com 16 anos de idade) comentou: “Na Olívia¹⁴, é bom demais (risos), é muito sossegado. E é forte”. Ao indagarmos sobre o significado da palavra “forte”, assim respondeu: “Tem condições de vida melhores, tem carros, apartamento”.

A Olívia Flores é uma avenida do Bairro Candeias, é uma das unidades urbanas na cidade mais conceituada, economicamente, nas últimas décadas. Rodrigues (2010, p. 23) afirma que o bairro citado tem se destacado “como um dos bairros mais valorizados da cidade”, que suas habitações são “de alto padrão de qualidade”. Salienta a autora que o Candeias “tem sido palco, em uma de suas extremidades, da ocorrência de habitações verticalizadas, concentradas nas circunvizinhanças das avenidas Olívia Flores e Brasil”.

¹³ Entrevista realizada em 24/02/2014.

¹⁴ Uma das avenidas da cidade que mais cresceu nos últimos anos.

A jovem Aline, moradora do Bairro Pedrinhas, na sua forma simples de se expressar, demonstrou que também tem percepção sobre a valorização do espaço urbano da cidade onde habita e que tem o direito de fazer planos futuros para sua vida.

Telles e Cabanes discutem questões que podem ser relacionadas com esse aspecto analisado. A cidade é mais heterogênea do que se conjecturava, portanto, seus lugares são atravessados por distintas características internas. Para os autores, as ações imobiliárias novas e “equipamentos de consumo alteram as escalas de proximidade e distância entre pobres e ricos, que os investimentos públicos realizados nos últimos anos desenharam um espaço que já não corresponde ao *continuum* centro-periferia” (TELLES; CABANES, 2006, p. 53).

Nessa direção, Davis (2006, p. 103), no livro *Planeta Favela*, enfatiza que “a causa básica da favelização urbana parece ser não a pobreza urbana, mas a riqueza urbana”. O autor considera que, nesse espaço urbano, é possível se observar a existência de desigualdades engendradas na realidade capitalista.

A segregação urbana não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do ‘progresso’, do ‘embelezamento’ e até da ‘justiça social para os pobres’, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros; a elite com suas casas próprias e trabalhadores da classe média [...], a reconstrução urbana ainda luta para maximizar ao mesmo tempo o lucro particular e o controle social (DAVIS, 2006, p. 105).

Souza (2008) converge com Davis (2006) quando afirma que o Estado é produtor do espaço urbano, como tal, promove a segregação, diferencia a ocupação do solo urbano, o acesso aos equipamentos e a mobilidade.

Nessa esteira de discussão, Sposati (1999) ressalta que, na sociedade capitalista, a regulação neoliberal supõe a desregulamentação das políticas públicas. Pondera que o Estado deve ser mínimo, flexível e que, no sistema que conduz essa sociedade, quem define é o mercado: “quem tem, compra, quem não tem, é excluído ou apartado” (SPOSATI, 1999, p. 63). Assinala que é a “naturalização” da desigualdade social que origina um canal intransponível entre dois mundos: o da pobreza e o da riqueza.

A autora, compreendendo que o Estado mínimo com seu jogo neoliberal formatou uma estratégia nova, afirma:

Trata-se agora, (*sic*) de identificar os mais precarizados e criar formas de sua ‘melhoria social’ ou redução de sua indigência e não de estender a todos as condições dignas de respostas às necessidades sociais como marca de reconhecimento da cidadania. O enfrentamento da desigualdade, cuja presença é de ordem fortemente econômica, passou a ser tratado no âmbito da ordem social. Por decorrência, a democracia, embora presente como

reclamo dos movimentos sociais na gestão das políticas sociais, não alcançou abrangência ou velocidade a ponto de se confrontar com a desigualdade social e econômica que se manifestava [e manifesta ainda] na configuração das políticas sociais (SPOSATI, 2011, p. 5).

Na leitura de Sposati, o Estado neoliberal faz a “triagem” dos indivíduos mais pobres. O enfrentamento da desigualdade social é de ordem econômica, mas passou a ser tratado no âmbito da esfera social, pois, embora as reclamações dos movimentos sociais tenham reivindicado contra as políticas neoliberais, não conseguiram rever as consequências de tais políticas.

Analisamos, diante do exposto, que a cidade de Vitória da Conquista é tecida na lógica capitalista que gera desigualdades, produzindo espaços diferenciados, com infraestrutura desigual nos diversos bairros e loteamentos.

Inserido nesse contexto, o espaço urbano que estamos pesquisando situa-se em uma serra, denominada Serra do Periperi, local onde a cidade de Vitória da Conquista tem a base de sua construção, conforme salientou o professor Ruy Medeiros, em entrevista para esta dissertação:

As pessoas que preferiam não trabalhar com brita terminavam trabalhando com a chamada areia da serra ou a chamada areia grossa, [...] então se desenvolveu, as pessoas chegavam lá e compravam as britas em lata, ia se britando a pedra maior, os pedaços menores e jogando dentro da lata.

É das Pedrinhas que saíram as pedras, as britas e a areia que possibilitaram edificar as construções e contribuíram para a transformação do Arraial da Conquista em um importante núcleo urbano do Estado da Bahia, hoje, Vitória da Conquista. O bairro poderia ser interessante ponto turístico, pois, situando-nos na sua parte mais alta, temos uma visão extraordinária da cidade. Através da foto abaixo, ilustramos a visão da cidade do alto das Pedrinhas:

Na unidade urbana em questão, encontramos a estátua do Cristo Sertanejo de Mário Cravo Júnior; o Poço Escuro - ambiente de flora e fauna, que as escolas e outras instituições da cidade utilizam como espaço de ensino-aprendizagem e lazer; o grupo¹⁵ de dança: Negras

¹⁵ Esse grupo, de acordo com Daiane, jovem do universo de nossa pesquisa, é muito fechado. Inclusive, ela se reporta ao grupo identificando-o como “pessoal de Mãe Fátima”. Esta é, segundo a jovem citada, a responsável pelo Centro de Candomblé que, de acordo com Nascimento (2013), chama-se Barracão de Candomblé Angola de Mãe Fátima. Assim Daiane informa: “Só que ali é um grupo muito fechado. Eles não abrem para a comunidade, dentro da estrutura familiar deles, eles têm um grupo muito rico culturalmente”. Mas considera que o Centro permite que a comunidade participe, apenas, nos momentos festivos: “Quando tem a festa lá, eles abrem para a gente assistir, a gente pode até entrar no samba e dançar, mas, durante os ensaios, na preparação, elas não abrem para a comunidade, [...]. E ainda tem a questão do preconceito”. No que se refere ao preconceito

do Beco de Vó Dola Pedrinhas, cuja beleza irradia a cidade com suas apresentações. Desse modo, o bairro apresenta muitos aspectos que parecem despercebidos pela população conquistense, em sua maioria.

Foto 1 - Vista panorâmica do Bairro Pedrinhas, 2014



Fonte: Pesquisa de campo
Fotografia: Carmelucia Santana de Souza

De acordo com o observado em campo, no que diz respeito à infraestrutura do bairro estudado, identificamos os seguintes equipamentos públicos: uma unidade municipal de saúde; três escolas municipais, dessas, conforme dados¹⁶ da AAPM, duas são do ensino fundamental I e uma do ensino fundamental I e II; um posto policial, desativado há muito tempo por “determinação” de traficantes, segundo Daiane¹⁷ (jovem egressa da AAPM, com 25 anos de idade); uma igreja católica que, recentemente, foi reformada e reinaugurada; várias igrejas evangélicas; dois centros de candomblé.

Dessas instituições religiosas, segundo a informante, apenas a Igreja Católica tem aberto suas portas para a juventude utilizar como espaço para atividades de esporte e lazer. As igrejas evangélicas, diz Daiane, são fechadas, só aceitam os “fieis que se entregam a Jesus”. Existem, também, no bairro, duas Pastorais do Menor: Associação de Amigos da Pastoral do Menor, localizada no alto do Cruzeiro, e Pastoral do Menor Nossa Senhora das Graças,

mencionado, Daiane discorre: “Do pessoal de fora e deles, também. Por conta das vivências que já tive, ah o macumbeiro, o feiticeiro (ênfase). [...] Já cheguei lá algumas vezes e o portão tava trancado, numa situação que poderia tá aberto”.

¹⁶Diagnóstico da Área de Atuação da AAPM, janeiro de 2014.

¹⁷Entrevista realizada em 10/02/2014. Jovem que nos acompanhou em visita ao bairro.

localizada no Loteamento Pe. Palmeira, situada na parte baixa do bairro. Nas suas imediações, no Bairro Guarani, encontra-se a Praça da Juventude, localizada no entorno da Reserva Florestal do Poço Escuro. A referida praça, para alguns dos entrevistados desta dissertação, é pouco frequentada porque se situa em uma zona de conflito, na fronteira entre os bairros Guarani, Pedrinhas e Alto Maron e pela ausência de promoção de atividades de cultura lazer e esporte por parte do Poder Público.

A foto de número 2 foi registrada no final de uma sexta-feira. Poucas pessoas se faziam presentes no espaço da Praça da Juventude, lugar bonito, agradável e de estrutura de qualidade. No momento em que estivemos presentes, encontrava-se uma viatura policial no local, mas, mesmo assim, aquela área de lazer, em uma cidade com poucos espaços para essa finalidade, encontrava-se esvaziada.

Foto 2 - Praça da Juventude, Bairro Guarani, 2014



Fonte: Pesquisa de Campo
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

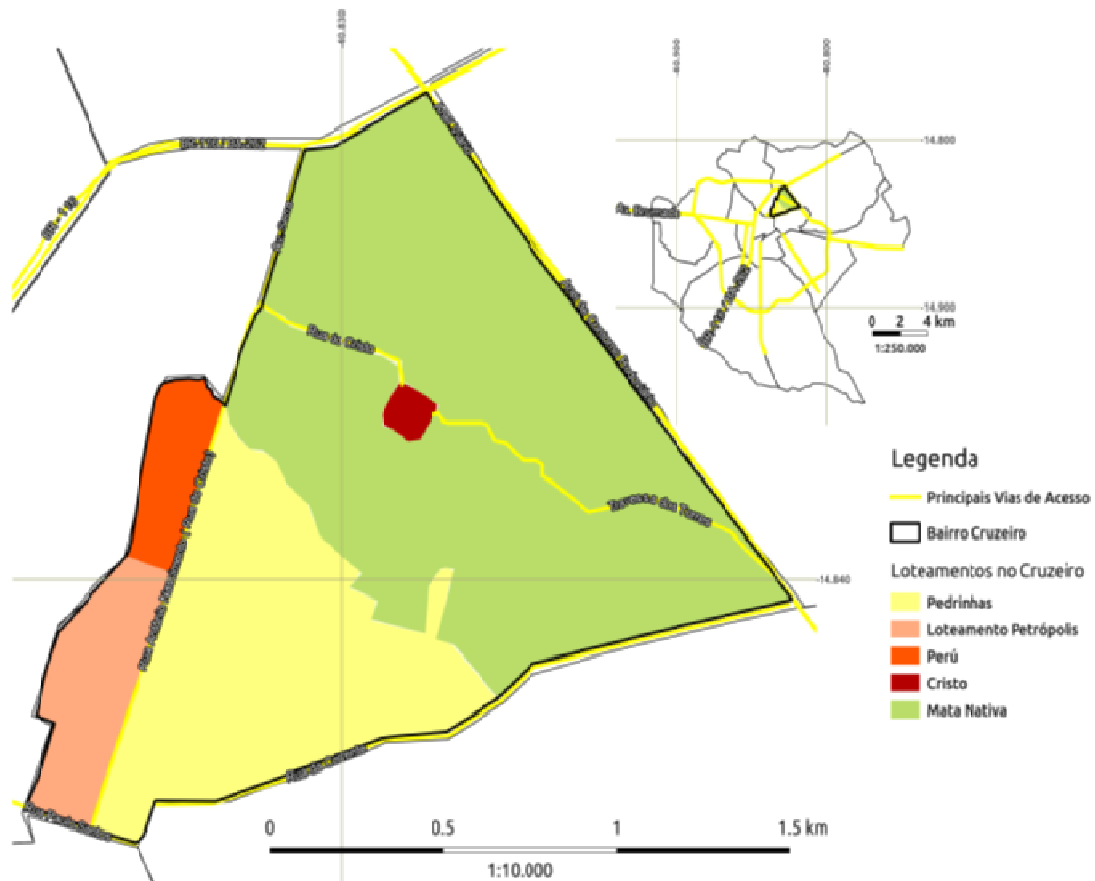
Pedrinhas, no universo infantil, certamente, são apenas *pedras pequeninas*, para o adolescente e o jovem morador da localidade, possivelmente, tenha outros significados e sentidos. Partirmos, então, para o diálogo com os entrevistados moradores do bairro, atendidos pela Associação de Amigos da Pastoral do Menor, numa relação com autores que estudam a temática e embasam, teoricamente, nossa pesquisa.

No que se refere às Pedrinhas, Nascimento (2012, p. 2) considera que

mais pelo discurso hegemônico do que pela realidade em si, muito mais complexa e rica, se constitui num bairro negro marcado por uma história que pode ser dividida em dois grandes estágios: o primeiro, da ocupação territorial, do uso do espaço e dos recursos para abrigo e sustento do grupo social. Num segundo momento, um bairro negro e mestiço transformado em um lugar de mortes anunciadas ou esperadas e da segregação social e racial.

Afirma o autor, nessa citação, que Pedrinhas é marcado por dois grandes aprendizados: primeiro, o da ocupação do espaço urbano e dos recursos para manutenção das pessoas que “ali” se alojaram; segundo, a realidade vivenciada, hoje, pela sua população, isto é, a situação diferenciada no contexto da cidade de Vitória da Conquista e a experiência das várias facetas da violência, da qual resultam as mortes “matadas” e a denominação de bairro violento, perigoso, lugar de “bandido”.

Mapa 1- Bairro Cruzeiro, 2010



Fonte: IBGE, 2010.
Elaboração: IBGE

Para melhor entender a história do bairro, elemento de nossa análise, traçamos um caminho para este estudo, cujo início ocorre com o interesse de ouvir os jovens, pois nossa perspectiva é a de que eles possam sair do “lugar” do silêncio, do somente ouvir e calar. A

respeito dessa questão, Rizzini (2008), em seu texto *O século perdido*, tece considerações quando expressa o incômodo nela causado pelo “silêncio” das vozes das classes populares. Salienta que as opiniões das crianças e dos seus familiares ou a “leitura” deles da história eram completamente ignoradas, porém, considera que não questionava essa incoerência porque ela não provocava a perplexidade que causa hoje. Assim, a autora, ressalta que, através de seu estudo sobre as raízes históricas da assistência ao público infanto-juvenil, despertou-se para o não registro de suas vozes, para o abafamento de seu eco.

Diante da realidade analisada, a autora questiona: “Será que se pode afirmar que as crianças de hoje vivem em melhores condições que as de ontem?” (RIZZINI, 2008, p. 17). Nessa direção, questionamos: se houve mudanças, elas têm contemplado todas as crianças e todos os adolescentes e todos os jovens brasileiros?

Seguindo a linha metodológica de dar voz aos jovens do Bairro Pedrinhas, ouçamos Pedro¹⁸ (jovem egresso da AAPM, com 25 anos de idade), um dos entrevistados, que apresenta sua visão sobre o bairro em que mora quando diz:

Definir o Bairro Pedrinhas? A minha definição do Bairro Pedrinhas vejamos, é a minha escola, minha faculdade, porque como você disse, meu mestrado, meu doutorado porque eu ainda tô nele, entendeu? Vivendo com ele, aprendendo com ele, entendeu? Bairro Pedrinhas pra mim é uma escola que aprendo todo dia, vou tendo conhecimentos, conhecimentos não tão bons, só que conhecimentos bons também, como todo bairro tem sua parte ruim e sua parte boa, só tento pegar pra mim, pro meu mundo só as partes boas; só coisas positivas.

O referido jovem narra sobre o seu pertencimento ao lugar onde vive, considera que o bairro tem lhe permitido aprendizagens e vivências diversas. Lembra, porém, que essa possibilidade não acontece apenas naquele bairro, mas em várias outras localidades da cidade. Pedro fala com precisão sobre os aspectos de sua experiência de habitar em um lugar estigmatizado:

Vou falar primeiro das coisas positivas porque são coisas boas né? [...], eu aprendi no bairro Pedrinhas cultura que tem até hoje, que a gente pensa que não tem, mas tem, só basta a gente procurar, respeito também, por ser um bairro marginalizado pela sociedade e por alguns moradores fica aquela coisa né? Todos os moradores são negativos, vamos falar assim, [...] E aí, as parte ruins foi o que? Foi coisas que não era para minha pessoa, pra minha família, não fazia parte da minha vida, eu passei por elas e me fiz de cego, eu vi, só que não deixei gravado na minha memória, passou. Hoje em dia as lembranças ruins eu não lembro, só ficou em mim só as positivas, só. Não faz parte de meu perfil até hoje.

¹⁸Entrevista concedida em 15/01/14.

O jovem avalia que o bairro tem sido uma “escola” para ele, pois tem lhe proporcionado experimentar diversas vivências, boas e ruins. Com relação às últimas, enfatiza, mais uma vez, que “se fez de cego”. Na sua concepção, é passado, não se permitiu registrar em sua memória fatos negativos, só os positivos.

Em se tratando desse aspecto sublinhado por Pedro, recorremos a Thomson (1997, p. 57) para entendermos a negação de aspectos da memória:

Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido, mais psicológico da composição: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade¹⁹. [...] Construimos nossa identidade através do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social.

Na perspectiva desse autor, quando narramos uma história, o processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos. Considera que identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser, ao contar uma história. As histórias lembradas por nós não são “representações exatas” de nosso passado, porém, apresentam aspectos desse passado e os adaptam para que se assentem às nossas identidades e pretensões atuais: “reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes” (THOMSON, 1997, p. 57).

Relacionamos o trecho narrado por Pedro com as análises do citado autor, visto que, quando discorre enfatizando as situações vivenciadas por ele no lugar de sua morada, salienta que teve eventos que lhe marcaram, mas preferiu não falar dos acontecimentos que denominou de “ruins”, omitiu-os porque, talvez, eles revivam memórias que possam lhe trazer sofrimento.

Ainda recorremos a Thomson (1997, p. 57) quando o mesmo enfatiza que organizamos as lembranças “para dar um sentido mais satisfatório a nossa vida”. Essa afirmação parece ter sentido, pois o entrevistado, em sua narrativa, não traz informações sobre seu envolvimento com o ilícito, porém, segundo informações da AAPM, tem vivido em um contexto de muitas complexidades por conta das suas experiências atuais na fronteira do lícito com o ilícito.

¹⁹ O autor considera que o termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade é “identidades”(THONSON, 1997, p. 57).

Outro entrevistado, Marcos Paulo²⁰ (jovem atendido pela AAPM, 15 anos de idade), também discorre sobre o lugar onde mora: “Um bairro não muito bonito por ter crescimento em desordem, violência, falta de saneamento básico, saúde precária, escolas horríveis, só isso”. Marcos Paulo fala de sua percepção, discorre em poucas palavras sobre o que pensa em relação ao lugar onde mora, mas apenas trouxe em suas lembranças os aspectos contraproducentes. Diferentemente do jovem anterior, ele demonstrou não ter identidade com as Pedrinhas, pois, ao ser questionado sobre as suas atividades de lazer, este jovem relata: “gosto muito de passear de bike pelo bairro Candeias com meus amigos”. Enquanto Pedro demonstrou prazer em relatar sobre o vivido no bairro, Marcos Paulo expressou tristeza ao falar da unidade urbana onde habita.

O relato de Pedro pode ser associado com a análise de Espinheira e Soares (2006, p, 26) sobre os bairros periféricos de Salvador. Na perspectiva dos autores, conviver com o feio, “com a degradação ambiental e com a violência gera autodesvalorização e outras consequências para a sua população”. A cidade, nesse sentido, é dividida em duas: uma é feia e pobre; a outra é bonita e rica. É assim que o sistema capitalista produz a unidade urbana em duas dimensões, o da inclusão e o da exclusão²¹.

A cidade dual, aspecto também analisado por Wacquant (2001), talvez tenha mobilizado aquele jovem a expressar o seu prazer em passear de bicicleta por outro bairro diferente do seu, um bairro de classe média, onde a estrutura é completamente distinta da organização do Bairro Pedrinhas.

Apesar de essa unidade urbana estar próxima da Praça da Juventude, que constitui um espaço de lazer com equipamentos modernos e novos, localizada em uma área de preservação ambiental. Observamos a ausência de políticas públicas em relação à infraestrutura tanto do bairro em questão quanto também de outros para que sejam, conforme mencionou Espinheira (2011), “bonito [s] e rico [s]”. Melhorias na infraestrutura poderá contribuir para o entrevistado Marcos Paulo buscar diversão no seu próprio bairro e nos circunvizinhos. Consideramos que a busca por lazer referida pelo jovem lhe possibilitará transitar para outras áreas de Vitória da Conquista e interagir não só com o bairro, mas com a cidade. Contudo, isso não deve se dar por falta de oportunidade onde mora, como nos relatou.

²⁰Entrevista concedida em 10/02/14.

²¹ WIEVIORKA (1997, p. 37) considera que a exclusão social, na relação com o consumo, favorece a violência e “traz a marca de uma subjetividade negada, arrebatada, esmagada, infeliz, frustrada, o que é expresso pelo ator que não pode existir enquanto tal, ela é a voz do sujeito não reconhecido, rejeitado e prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social e pela discriminação racial”.

Bauman (2009) enfatiza, em seu livro *Confiança e Medo na Cidade*, que a urbe assim constituída se configura como dois mundos e que não existe expectativa de aproximação entre eles e convivência entre seus moradores. Para o autor, a probabilidade é de que cada vez mais haja a construção dos muros e dos condomínios fechados, de afastamento e isolamento entre os habitantes das cidades. É esse tipo de estrutura que poderá resolver, segundo a lógica de proteção para alguns, o problema da insegurança nos médios e grandes centros urbanos. As garantias, nos moldes da sociedade capitalista, são planejadas para aqueles que podem pagar pelos serviços.

A arquitetura planejada, na contemporaneidade, tende a uma padronização, assinala Bauman (2009). Os espaços modernos são esboçados com uma uniformização dos condomínios vigiados pelas câmeras de segurança, protegidos por muros e cercas elétricas. Os ambientes urbanos de convivência e interação social perderam o seu significado no modelo de cidade delineado pela sociedade contemporânea, as cidades transformaram-se em depósitos de “lixos humanos”. O autor afirma que a mesma cidade que abriga os condomínios de luxo produz os guetos²², origina os pobres (os “desvalidos”, os “de menor valia”) associados às “classes perigosas²³”.

De acordo com a argumentação de Bauman (2009), quando procuram um lugar seguro, os cidadãos considerados de “bem” querem, de fato, distanciar-se dos membros das “classes perigosas”. A perspectiva é a de extirpar o “estrangeiro” e criar maior segurança e conforto para si próprios, porém, com isso, os membros dos condomínios fechados perderam a capacidade e a expectativa de convivência com os seus pares. Essa nova modalidade de cidades contribui para acentuar ainda mais o medo de qualquer tipo de contato com os “diferentes”, tornando impossível o entrosamento social.

A orientação pela via do risco e do medo é direcionada contra o distinto, o estrangeiro, contra o “inimigo disforme”. As cidades contemporâneas separam cada vez mais ricos de

²² Segundo Wacquant (2001, p. 50), o guetopode ser identificado como uma "formação socioespacial delimitada, racial e/ou culturalmente uniforme, baseada no banimento forçado de uma população negativamente tipificada". Mas, o gueto não é apenas uma entidade topográfica ou uma agregação de famílias e indivíduos pobres, é, também, uma configuração institucional. Porém, apesar de os guetos terem sido, historicamente, lugares de extrema pobreza, de miséria, necessariamente, não têm que ser pobres, afirma o autor.

²³ Para Chalhoub (1996, p. 20), a expressão é empregada “claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. No Brasil, o contexto histórico no qual foi adotada a noção de ‘classes perigosas’ fez com que a população negra, desde o início, fosse identificada como a principal suspeita”. De acordo com Lobo (1997 apud COIMBRA; NASCIMENTO, 2010, p. 4), o Tratado da Degenerênciaa concebia assim: “no seio dessa sociedade tão civilizada existem ‘verdadeiras variedades’ [...] que não possuem nem a inteligência do dever, nem sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer ideia de ordem religiosa. Qualquer uma destas variedades foi designada sob o justo título de classes perigosas [...] constituindo para a sociedade um estado de perigo permanente”.

pobres, e os excluídos passam a ser as “classes perigosas”. Há, na nova configuração sociourbana, uma “necessidade” exacerbada por segurança, uma “mixofobia”, para Bauman (2009), é a fobia de se misturar com outras pessoas, com os “estranhos” na medida em que a convivência com os “diferentes” é conflituosa, é incômoda.

Bauman (2009), todavia, tenta conjecturar alternativas para transformar o modelo atual de cidade e defende uma “mixofilia”, que é a tentativa de criar um ambiente onde a diferença seja respeitada e valorizada. Mesmo percebendo a dificuldade para uma interação, o autor salienta que a cidade, em suas novas manifestações, cria condições para que os indivíduos se aproximem e passem a conviver e a respeitar o “outro”. Podendo, assim, surgir uma nova composição, a do “nós”.

2.2 MEDO E VIOLÊNCIA NAS PEDRINHAS: O OLHAR DE JOVENS MORADORES DO BAIRRO

Espinheira (2005, p.464), ao tratar sobre o medo na cidade, considera que ele é socialmente construído. Afirma que a sua institucionalização é resultado do consentimento camuflado do crime “como normalidade social, como uma resposta da sociedade a questões estruturais”. O autor cita como exemplo o desemprego e o do tráfico de drogas, “complexo de atividades que gera uma diversidade de situações favoráveis às transgressões e ao crime”.

Nesse trânsito, para discorrer sobre confiança e medo na cidade, damos voz à Daiane, jovem entrevistada, para que ela possa falar do medo existente no imaginário de grande parte da sociedade conquistense em relação às Pedrinhas. Ela afirma que o bairro é ótimo, no entanto, nele existem problemas com a violência, mesmo não sendo frequente. E, “sempre que acontece alguma situação [...] é coisa entre bandidos”. Assim, descreve:

Eu particularmente não costumo ficar na porta (ênfase), porque são riscos que a gente corre em qualquer lugar. Hoje, no trabalho, eu parei pra fazer uma sindicância o rapaz desceu da moto e matou dois na esquina, lá no Kadija. Então, assim, são coisas, mas eu acho muito tranquilo. Eu não me via, sinceramente, morando em outro lugar, a gente conhece todo mundo.

Apesar de afirmar que o bairro onde mora é “muito tranquilo”, que se sente segura, Daiane, paradoxalmente, fala que os moradores, inclusive ela, precisam ter precauções quanto ao horário de chegar ao bairro e sair dele. Também admite que evita ficar na porta da sua residência. Porém, enfatiza que essa questão vale para “qualquer lugar” da cidade e considera que não se vê morando em outro espaço da cidade. Sobre a violência, a jovem nos diz:

O que é violência? Porra acho que violência tá muito ligado ao respeito e ao amor, porque tudo que você faz que não é com a intenção de ajudar, você está agindo com violência em alguma situação, em algum meio. Tudo que você faz com uma situação que não é boa, você tá violentando ali.

De acordo com Daiane, na medida em que a sociedade discrimina os moradores do bairro pela condição de serem diferentes e não se “encaixarem” no que foi estabelecido como “normalidade”, desrespeita-os e, sobretudo, violenta-os.

Conceituar a violência é uma tarefa difícil, entretanto, na atualidade, é um tema, cotidianamente, discutido por toda sociedade brasileira, seja entre os leigos ou no âmbito acadêmico. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o fenômeno estabelece “o uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002, p. 5).

Fraga (2006, p. 45), ao tratar da temática, enfatiza que a violência “está no interior da tessitura da história humana” e precisa ser analisada dialeticamente, pois tem um espaço na envergadura das contradições sociais. Minayo (1994), do mesmo modo, analisa a violência ponderando que faz parte da própria condição humana, uma vez que o homem enquanto cidadão é sujeito e objeto, ao mesmo tempo, do fenômeno.

Nessa base interpretativa, ao discorrer sobre o fenômeno, Santos (2002, p. 3) considera que, na contemporaneidade, “trata-se de uma ruptura do contrato social e dos laços sociais, provocando fenômenos de desfiliação e de ruptura nas relações de alteridade, dilacerando o vínculo entre o eu e o outro²⁴”, mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. A violência é, de acordo com o autor, a criadora da sociedade dividida e desigual e tem sua origem nas relações de dominação e de submissão, isto é, nas relações de poder.

A violência, nessa perspectiva, constitui, para Zaluar e Leal (2001), uma prática disciplinar que produz um dano social, um dispositivo de excesso de poder. As autoras consideram que, no Brasil, diversos teóricos preocuparam-se em marcar as diferenças entre poder e violência. Inspirando-se em Arendt (1995) e em sua consideração do fenômeno como um instrumento e não como um fim, pontuam que os instrumentos da violência, para essa

²⁴ Para Santos (2002), o outro é pessoa e, também, classe, gênero ou raça.

autora, seriam mudos, abdicariam do uso da linguagem que caracteriza as relações de poder, baseadas na persuasão, influência ou legitimidade.

Santos (2007) também faz referência a Arendt (1995) ao tratar sobre a questão, destacando que, pela sua própria natureza, a violência detém um caráter instrumental e, por isso, entende que ela constitui um meio para atingir uma determinada finalidade. Salaria que o fenômeno impede o diálogo entre os sujeitos, então, o indivíduo que violenta não permite ao outro o direito de argumentação e defesa. Enquanto processo, portanto, a violência retira o homem de sua condição humana.

Compreende Chauí (1985), nessa seara de análise, que a violência precisa ser analisada sob dois ângulos: primeiro como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação e opressão, ou seja, converte os diferentes em desiguais; segundo, configura-se violência quando a ação de uma pessoa é impedida, caracterizada pela passividade e pelo silêncio, assim, o ser humano é tratado como uma coisa e não como um sujeito.

Seguindo o percurso interpretativo dos autores aqui apresentados, Espinheira (2011) enfatiza que violência e crime não derivam de desvios pessoais, porém, entende que são construções sociais quando a própria sociedade não viabiliza as condições necessárias para que as pessoas possam sobreviver e existir dignamente. O autor considera por sobrevivência as necessidades básicas:

Alimentação, moradia, vestuário, acesso à saúde e à educação; por existência, avalia: moradia, saúde, segurança, lazer, educação, fruição do conforto, da higiene, da beleza e, sobretudo, da realização do que denominamos animações da vida. Tudo isso aliado a uma capacidade razoável de consumo e de devaneio, que liberta de todas as ‘prisões da vida real’ (ESPINHEIRA, 2011, p. 1).

A violência como recurso, na visão do autor, é produzida pelas faltas (carências) sociais da existência e a materializam como um modo de vida, como uma “cultura” e afirma: “Quando se reconhece que a gente vale alguma coisa quando tem alguma coisa; quando não se tem nada, a gente não vale nada”. (ESPINHEIRA, 2011, p. 2). A violência proporciona as condições de desigualdade social com a imposição de carências e da exclusão.

Desse modo, a pobreza urbana periférica, constrange, abandona e não aceita a exclusão de forma passiva, ela reage para se articular com o centro, mesmo que seja através do crime e da contravenção. “A urbanização da pobreza não é, paradoxalmente, uma construção da pobreza, mas sim da riqueza; assim como a periferia é um produto do centro” (ESPINHEIRA, 2011, p. 3).

Para Yasbec (2010, p. 01), a pobreza “é expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria”. A pobreza brasileira, assim, é resultante das relações que a produzem e reproduzem, tanto no plano socioeconômico, quanto nos planos político e cultural, compondo múltiplos mecanismos que “fixam” os pobres em seu lugar na sociedade. Essa consideração de Yasbek se afina com a análise feita por Telles e Cabanes (2006, p. 11) sobre as disjunções da cidade. Afirmam estes que,

de um lado, os artefatos da ‘cidade global’ e, de outro, os ‘pobres’ e ‘excluídos’ tipificados como público-alvo de políticas ou programas ditos de inserção social, há um entramado social que resta a conhecer, que não cabe em modelos polares de análise pautados pelas noções de dualização social, que escapa às categorias utilizadas para a caracterização da pobreza urbana e transborda por todos os lados do perímetro estreito dos ‘pontos críticos’ de vulnerabilidade social identificados por indicadores sociais.

Os autores consideram que existem duas realidades urbanas em transformação: da cidade completa, “global”; da cidade despedaçada, fissurada, onde os indivíduos são identificados, “tipificados como público alvo de políticas ou programas ditos de inserção social” (TELLES; CABANES, 2006, p. 14).

No trânsito dessa discussão, Miraglia (2006, p. 111-112) afirma que a temática ora em questão precisa ser pensada sob dois aspectos: primeiro, no âmbito do material, das necessidades básicas; segundo, na dimensão que envolve “um sistema de direitos baseado em privilégios, a pequena presença do Estado, um sentimento de injustiça, estigma e preconceito”.

A autora ressalta que o conceito de violência, em si mesmo, é um conceito “escorregadio”, que desafia esforços classificatórios e qualquer tentativa de aceitação, por isso evoca diversas imagens, cadeias, circuitos, direções, cujo rol extenso e diversificado exprime empenho variado para responder à sua dimensão multicausal e às várias facetas associadas ao fenômeno.

Ao gerar e manifestar os fenômenos sociais, a violência, conforme Miraglia (2008, p. 34), congrega, ao seu redor, símbolos relevantes, “capazes de ilustrar os pleitos de uma sociedade, para além daqueles compreendidos no ato violento em si”. Tomando como referência DaMatta (1981, p. 38), enfatiza:

Uma sociedade fala de si, quando classifica o que considera violento. Além de falar de si, neste mesmo sentido, se as versões variadas de violência são, ao mesmo tempo, produto e produtor de contextos, estabelecendo uma

relação circular entre causa e consequência, elas também ajudam a construir o inimigo – seja ele o pobre, o terrorista, o jovem, o imigrante, o guerrilheiro civil; assim, como as vítimas – mulheres, crianças, cidadãos de bem, excluídos, etc.

Essa análise de Miraglia (2008) é interessante e nos leva a apontar que, quando a sociedade conquistense considera que nas Pedrinhas há violência e que sua população representa risco para os demais habitantes ou para parcela da população da cidade, Vitória da Conquista fala de si mesma. Assim, não é o Bairro Pedrinhas que é violento, é a sociedade conquistense que é violenta, pois as facetas do fenômeno são, simultaneamente, “produto e produtor de contextos”. Salieta a autora que, enquanto tema do cotidiano, a categoria se faz presente, de forma difusa, nas cidades brasileiras; além da violência em si, seus desdobramentos: a insegurança, o medo e o aparato de proteção particular exercem uma relevante função na distinção dos centros urbanos brasileiros.

Seguindo sua interpretação sobre o tema, Miraglia (2008) enfatiza que, para entender a violência, uma referência importante é a sua compreensão em escala global. Nesse sentido, o fenômeno não pode ser entendido como manifestação de um único bairro, de uma única cidade, de um país específico ou de uma região do mundo. Contudo, ao analisarmos o fenômeno em Vitória da Conquista, tratando-o na relação com as Pedrinhas, observamos que seu morador passa a ser responsável, em parte, pela onda de violência perpassada pela cidade, ele passa a ser o “inimigo” e, caso a pessoa seja pobre e negra, mais “inimiga” será, porque, no Brasil, historicamente, a população negra sempre foi considerada como “classe inferior” e lhe foram negados seus direitos.

Sobre essa realidade, no trato com os jovens negros, Bento e Beghin (2005, p. 194), afirmam que “Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes do tempo e dos que têm maior defasagem escolar”. Dessa forma, são os jovens as vítimas principais da violência urbana, alvos preferidos dos abusos policiais e, até mesmo, das mortes.

As autoras observam que, na análise dos dados referentes a condições de vida dos jovens negros, é fundamental encarar o mote com o qual se “explicitam”, nesse caso, as diversas e extensas manifestações de discriminação racial, vivenciadas no cotidiano de suas vidas. Na trajetória dos jovens negros, primeiro, é detectado “um ambiente escolar pouco hospitaleiro para os negros, que engendra a evasão ou torna a trajetória educacional mais acidentada” e, segundo, “a grande dificuldade de inserção qualificada no mercado de trabalho” (BENTO; BEGHIN, 2005, p. 195).

Constata-se, dessa maneira, um quadro de genocídio, que, segundo as pesquisadoras, não garante uma perspectiva otimista de futuro. A partir disso, questionam: “Como confiar em si próprio, como acreditar na meritocracia, como avançar, se, de antemão, sabe-se que o tratamento será negativamente diferenciado?” (BENTO; BEGHIN, 2005, p. 195). Por fim, ressaltam que o cotidiano do público citado é atravessado por desesperança e pelo não ter com quem contar.

Arrolando a afirmação das autoras como universo de nossa pesquisa, observemos a seguir o que expõe Carla²⁵ (jovem egressa da AAPM, 19 anos de idade) quando responde sobre o quesito *relação da juventude do bairro com a criminalidade*.

Infelizmente, é uma tristeza tamanha, porque que nem eu vejo amigos meus que viveram na infância comigo, que frequentava minha casa hoje morrendo por causa de uma coisa que eles acham um meio mais fácil ou pessoas que eu convivi na minha infância que são irmãos de meus amigos, simplesmente, entrando neste mundo [...], acabar atrás das grades. Então, é triste ver essa situação, até mesmo, pelas famílias que eu conheço, o fato de chorar pela perda de um filho ou então, o desgosto de ver a sociedade criticar pelo fato daquele filho ter sido preso. [...] é uma situação, assim, que acaba nos desanimando, nos deixando muito triste.

Nesse trânsito, Zaluar (2004, 01), em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo²⁶, discorda do entendimento de que os principais agentes da violência nas grandes cidades sejam a pobreza e a desigualdade. Segundo a autora, “se a desigualdade explicasse a violência, todos os jovens pobres entrariam para o tráfico”. Enfatiza que essa conclusão é baseada em uma pesquisa por ela realizada na Cidade de Deus²⁷, onde se detectou que somente 2% da população daquela localidade se envolveram com o crime. A partir desse dado, questiona: “como explicar que a maioria das pessoas não se envolveu com o tráfico?”. De acordo com a autora, existe “algo a mais”, relacionado com essa questão, que se coliga a um “etos da hipermasculinidade”, aspecto que induz alguns jovens do sexo masculino a se aventurarem no tráfico de drogas. Por meio dessa atividade, buscam prestígio e reconhecimento e utilizam, como estratégia, a imposição do medo.

A autora salienta que, ao se instituir a pobreza como causa da violência, dá-se “um peso que ela não tem” e se promove a criminalização dos pobres. Essa questão leva a se concluir que são eles os criminosos. “Isso justificaria o fato de termos 90% de pobres entre nossos prisioneiros, quando sabemos que há juízes, banqueiros, comerciantes, deputados,

²⁵Entrevista concedida em 11/04/2014

²⁶Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 11/10/2014.

²⁷Zaluar (2004) informa que a Cidade de Deus é um conjunto habitacional favelizado, na zona oeste do Rio de Janeiro.

senadores e governantes envolvidos no mundo da atividade criminosa” (ZALUAR, 2004, p. 01).

Em se tratando de corrupção, a narrativa de Carla, que se segue, dialoga com as considerações de Zaluar:

Infelizmente, hoje em dia, no Brasil, no mundo tem corrupção em todas as áreas, não adianta querer esconder. Tem corrupção na educação, tem corrupção na saúde, [...], entre os próprios professores, entre a própria polícia e tal. Nisso, [...] muitas vezes, eles acaba esquecendo que por mais que é criminoso, [...], deve à polícia, tem que pagar pelos seus erros, tem que pagar. Mas, acaba esquecendo que ali é um ser humano, que tem pessoas que choram por ele pela perda. Ok, cometeu um crime grave, cometeu, matou outras vidas, outras mães choraram pelos filhos perdidos? Realmente sim, mas, isso não significa que eles têm que fazer justiça com as próprias mãos.

Carla está se referindo à violência policial, faceta do fenômeno retratada por quase todos os jovens do universo de nosso estudo. Quanto à abordagem policial no trato com a juventude nas Pedrinhas, ela comenta: “É, vamos dizer, assim, acaba que metendo medo literalmente na sociedade. Eu entendo não, com certeza eles estão para nos proteger, [...] eu não nego. Mas, também, muitas vezes, eles acabam abusando deste poder”.

E acrescenta:

Acaba violentando mais que defendendo, [...], em qualquer horário a gente presencia isso (risos). [...] eu, particularmente, já tenho medo, já sou medrosa. Então, foi uma cena assim, meio chocante. [...] não só pela pessoa ter sido abordada, mas, chocante pelo tratamento dado as pessoas, no caso a população, os curiosos, digamos assim, que estavam no local também.

A jovem faz sua avaliação do tratamento policial em relação aos moradores do bairro. Há excessos tanto em relação aos abordados quanto em relação às pessoas que presenciam as práticas dos agentes públicos, que têm o papel de proteger os cidadãos do bairro e da cidade, porém, assusta-os, conforme Carla.

Outra jovem, Marli²⁸ (egressa da AAPM, 25 anos de idade), posiciona-se a respeito do assunto, salientando:

Quantas vezes a gente viu policial chegando, abordando o pessoal, estupidamente, fazendo uso da farda que tem. Autoridade do poder. [...] usar de uma autoridade, abusando uma pessoa, que, às vezes, não tem instrução. Também, tem isso, nem todo mundo tem uma boa instrução; não teve um bom estudo. Nem todo mundo tem uma visão mais aberta, não sabe se comunicar bem, não sabe falar bem.

²⁸ Entrevista realizada em 13/05/2014.

Marli traz em seu relato o problema das fragilidades da população moradora das periferias no Brasil. Muitos ainda não têm informações a respeito de seus direitos; outros, por conta das posturas truculentas de muitos policiais que atuam nessas realidades, amedrontam-se frente aos vários acontecimentos diários nos bairros e se colocam no “lugar do silêncio”, como é discorrido por alguns de nossos entrevistados.

Rodrigo²⁹ (jovem egresso da AAPM, 27 anos de idade), ao tratar da atuação policial no bairro, considera que, de fato, “existe exagero de autoridade, isso existe em qualquer lugar”. Para ele, “a polícia, [...] ela abusa do seu poder, até mesmo batendo, xingando, isso, realmente, eu já presenciei”.

Essa exposição é corroborada por Daiane, para quem essa situação é, cotidianamente, experimentada nas Pedrinhas. Ressalta a entrevistada:

É o que a gente vivencia, [...] eu já vi situações [...] os meninos tão ali na esquina; muitas vezes, tem droga e tal, mas, muitas vezes também, não tem. Quer dizer que não têm direito de ficar ali na esquina³⁰? Ai, eles chegam antes de conversar, de averiguar já é tapa, já é chute, já é chamando de bandido. Então, eu presenciei. [...]. Tem que saber a forma de abordagem, porque, muitas vezes, não se justifica. Porque se você pega um menino que está em situação suspeita, tudo bem. Tem situações que nem tá, não tem justificativa.

No que se refere à violência policial, nesse mesmo viés de avaliação, Pedro afirma:

A gente sabe que acontece, todo indivíduo jovem ou que tá no bairro é suspeito pra eles, todo indivíduo. Eles abordam todo mundo com ignorância. Bate, eles não procuram saber quem é a pessoa, já vem no bairro. Acho que já fica na mentalidade do policial, o bairro, não a pessoa que ele vai abordar. Eles julgam o bairro, agem com violência, na maioria das vezes, sim; eles já chegam batendo, independentemente, do horário.

Pedro considera que basta ser jovem e morador de bairro periférico em Vitória da Conquista e, especificamente, das Pedrinhas, para ser identificado como pessoa suspeita pelos profissionais de Segurança Pública. De acordo com o jovem, ele e seus pares são, cotidianamente, abordados pela polícia por meio de posturas violentas e truculentas, inclusive, durante o dia. Essa realidade, ainda, é presenciada pela população local, que, por motivo de medo de represálias, não denuncia os policiais envolvidos, diz Pedro.

²⁹ Entrevista realizada em 20/11/2014

³⁰ Pelo exposto por vários dos nossos interlocutores, ficar numa esquina da unidade urbana pesquisada é problema, pois os moradores, principalmente, os jovens, são confundidos com “bandidos” e são violentados por membros agentes da Segurança Pública local.

Sob o olhar de Novais (2006, p. 106), além de outros critérios de diferenciação, o lugar onde mora, o endereço dos jovens “faz a diferença: abona ou desabona, amplia ou restringe acessos”. Na contemporaneidade, alguns endereços transportam consigo a marca, o estigma dos espaços urbanos dominadas pela violência e pela corrupção dos traficantes e da polícia. As áreas das quais fala a autora são lugares iguais ao lugar onde moram os jovens pesquisados: periferias, favelas, vilas, comunidades, entre outros. Considera, portanto, que à discriminação e ao preconceito de cor, de gênero e de classe, é acrescido o de moradia.

Ariel³¹ (jovem egresso da AAPM, 21 anos de idade), recentemente, teve um irmão assassinado pela polícia no bairro. No tocante ao aspecto agora discutido, comenta: “Dentro da minha própria família [...] já escutei muitas conversas, neste sentido, que a polícia de forma geral tem sido muito truculenta”. Sobre o caso de seu irmão, afirma: “A polícia neste sentido, agiu à margem do que ela mesma prega, nesta questão, se portar como defensora da vida. Apesar de já ter um histórico, a abordagem e o que resultou disso foi completamente desnecessário”.

No quesito *reação frente a uma abordagem violenta da polícia para consigo*, Ariel, mesmo sendo uma pessoa ciente dos seus direitos, inclusive, é universitário, responde: “No momento, acho que ficar calado é a melhor forma, porque já vi relatos de tentar responder a polícia, [...]. Negócio de reivindicar os direitos e acabar sofrendo mais”.

Diante do posicionamento de Ariel, perguntamos: *Digamos que a polícia fosse truculenta com você, sem motivo, permaneceria calado?* Ele enfatiza:

Olha só, acho que é uma questão um pouco difícil, você mesmo viu a questão do meu irmão. Minhas irmãs pensaram em ir na Promotoria Pública pelo que aconteceu, mas, foram orientadas a não. Porque, provavelmente, não daria nada e só pioraria a situação, no sentido de que a polícia podia tentar uma retaliação. Então, acho que tem muito receio de denunciar um policial.

A sua família se calou e preferiu o silêncio em virtude do medo da reação policial, relata Ariel. Essa questão também foi trazida em outras narrativas, como na de Marli: “A sociedade, hoje, tem gente com medo, medo mesmo. Eu acredito medo porque um policial pode correr atrás, pode matar o filho e, se não matar, pode mandar alguém para poder matar. Então a sociedade tem medo”.

Na perspectiva dessa jovem, no Brasil, a lei é:

³¹ Entrevista realizada em 28/10/2014

Muito relaxada, de certa forma, ela protege algumas pessoas e desprotege outras. [...] não que não tem que cumprir a lei, questão das pessoas que são bandidos que matam, que estupram, tem que cumprir sim, mas, que pague. Mas, quando é uma pessoa de classe alta? [...] Esses ricos, milionários, paga uma fiança e sai. Por que com o pobre, como o negro que não tem condições, fica lá mofando? Um pai que rouba uma lata de leite ninho em um supermercado, como a gente já ouviu relatos, fica lá mofando?

Segundo Marli, há dois “pesos e duas medidas” na sociedade brasileira: para os pobres uma abordagem e práticas diferenciadas das adotadas para os ricos. Acerca dessa problemática, Marcos Paulo fala de sua experiência quando foi cercado por policiais em um ponto de ônibus em seu bairro, enquanto esperava o transporte coletivo no horário de meio-dia, inclusive. Enfatizou que foi uma sensação “muito ruim”:

Mão na cabeça, mão na cabeça. E aí, eles pegaram o que eu estava comendo e jogaram no chão. [...] Era um salgadinho [...]. Mandaram eu botar as mãos na cabeça e olhar para trás, fiz isso e tal. Ai eu fiquei tão nervoso que eu não lembrava onde eu morava, eu falei: ali, ali, ali. [...] e eles me deram um murro, machucou bastante! E aí minha vó veio, conversaram com ele. Mandaram chamar ela, eu desci. E ficaram dois meninos lá, que eu acho que [...] tinha tatuagem, essas coisa. Então eu desci, [...] foi bem ruim.

Diante de várias experiências de abusos por parte da polícia, alguns deles aqui mencionados, os pesquisados afirmam que, naquela unidade urbana, não se sentem seguros com a presença dos agentes policiais, que, teoricamente, estariam ali para defender a população, mas, cotidianamente, a violenta.

Mesmo reconhecendo que, na sociedade contemporânea, a polícia tem suas falhas e que, nas Pedrinhas, muitas vezes, os “bandidos” agem com mais cuidado com a população do que os próprios agentes policiais, os interlocutores declaram que a polícia tem uma função social e que todos os cidadãos precisam de Segurança Pública. Os “bandidos”, em alguns momentos de conflitos, com a intenção de proteger os moradores, mandavam recados para não saírem de casa, pois, naquele dia, haveria tiroteio, ao passo que a polícia já chega atirando, conforme relata Marli: “Por isso que eu confio um pouco mais neles do que no policial que já chega mata e não fala nada e eles ainda avisava. [...], a polícia já chega atirando e eles chega e manda avisar”.

Novais (2006), ao tratar de Segurança Pública, afirma ser esse um fator imprescindível, pois pensar em “políticas públicas para a juventude” significa falar em combate à violência e à corrupção policial tendo como referência os direitos humanos. Destaca que relacionar juventude com criminalidade é, no mínimo, uma atitude preconceituosa, realidade que não permite reconhecer nos jovens suas habilidades, as várias

experiências de grande parcela dos grupos juvenis “moradores das áreas carentes e violentas que constroem suas trajetórias sem considerar as redes do narcotráfico alternativas para suas vidas” (NOVAIS, 2006, p. 115).

Na vereda da construção da memória sobre o bairro, os entrevistados e as entrevistadas falam sobre episódios marcantes na relação dos jovens com a polícia. Vejamos, abaixo, alguns trechos das narrativas.

- Acho que o policial, essa visão ficou em minha mente não sei porque, eu nunca tive problema nenhum e nem quero ter, graças a Deus, mas é o que vejo, o que eu vejo, entendeu?(Pedro).
- É a indignação, graças a Deus, comigo nunca aconteceu, [...], mas, a pessoa fica muito envergonhada, uma pessoa que não tem nenhum envolvimento e aí, toma tapa na cara e é chamado de bandido para todo o mundo ver, é complicado! (Daiane).
- Foi a morte dos dois meninos dentro de casa que eu achei um absurdo, a gente sabe que quem mexe com o que não presta, geralmente eles levam para o Cristo³², dão uma surra e leva para prender, dessa vez, eles mataram dentro de casa. A gente nunca viu acontecer isso. Com relação a este evento, a interlocutora informou que os jovens mortos foram arrastados como porcos; Marli: “Pra mim, marcou muito a morte desses meninos. [...], foi muito triste! O que mais me marcou, ultimamente, foi a crueldade e a frieza de como esses adolescentes foram mortos. Os dois lá perto do Peru, como eles dizem e Flavinho³³. Marcou muito, muito mesmo. [...] Mas, era uma pessoa boa, tinha uma boa convivência com o bairro, tanto ele como outros que morreram por aí (Aline).
- Janeiro de 2010, que saiu matando um monte de pessoas e as mães caíram chorando, eu vi aquilo e me marcou bastante, bem triste! Quem sofre mais é as mãe. Quem matou, matou, as pessoas que matou ali cabou, cabou. [...] algumas mudaram daqui para não lembrar até. (Marcos Paulo).

Os jovens, por meio de suas narrativas, expressam o sentimento do que é conviver, no cotidiano de suas vidas, com situações tão fortes de violência. Todavia, não deixam de avaliar, também, que, em casos excepcionais, a polícia precisa exercer o seu papel, não com truculência e com atitudes que fogem do aspecto do humano, não invadindo as casas de moradores sem apresentar mandado, como denuncia João³⁴ (jovem atendido pela AAPM, com 16 anos de idade):

³² Duas jovens entrevistadas relataram que é costume a polícia levar os garotos para a área do Cristo, de Mário Cravo Júnior, para bater neles e, depois, prendê-los.

³³ Irmão de Daiane e de Ariel. Ele participou da AAPM no início, época de sua fundação no bairro. Segundo Marli, a morte de “Flavinho” envolve questões não explicadas e afirma: “não sei te dizer certo, [...] mas a gente escuta o que o povo fala, mas, é porque talvez ele tava crescendo muito [...], pessoas grandes também. Grandes peixes na relação com ele, na relação com o tráfico, na relação de outras coisas. Então, acredito seja muito isso, porque por trás de um peixe pequeno, tem um outro maior, ainda. Quanto mais tenha um tubarão, mais vai ter uma baleia ou outro maior”.

³⁴ Entrevista realizada em 13/02/2014.

Porque alguns invadem a casa das pessoas. Eles, às vezes, invadem, [...]. Eles entram nas casa [...]. Uma vez, eles invadiram a casa da minha avó. [...]. Porque a casa de minha avó tem um beco, [...] dá para ver a mata. E eles entraram lá só para investigar, sei lá! [...]. Eles já foram entrando.

É por causa do concretamente vivido que João frisa que não associa polícia à segurança: “Porque nem todo policial te dá segurança, entendeu? Tem pessoas que fala que se sente mais segura sem policial” [ênfase].

No tocante a essa questão, Marli ressalta:

Por pior bandido que seja tem direito de se defender. E eu penso, assim, era um bandido, era negro, classe baixa, entendeu? Chegaram dentro de casa não apresentaram nada, simplesmente, metralhou a pessoa dormindo dentro de casa, matou! Se fosse um filho de um político, de um rico, se tivesse condições, se tivesse influência, [...]. Não falo nem um rico que tem classe social boa, dinheiro, financeiramente. Mas, que tenha boas convivências, bem conhecido, jamais ficaria isso, jamais chegar lá e atirar, jamais! [...]. Levar preso, lá pagava uma fiança [...] seria liberado. Esses dois adolescentes não teve nem como se defender, *nem vez, nem voz*. E um recentemente, [...], uma pessoa conhecida [...] foi morto, também, dentro de casa, entendeu? [...], ele não fugiu, ele tava dormindo também. [...], pegou ele e jogou igual a um porco³⁵. Esse eu falo porque a gente conhecia e eu tava descendo, indo para um curso.

É interessante observarmos que, mesmo depois de discorrer sobre lembranças que estão marcadas e demarcadas negativamente, como a própria jovem pontuou, ela usa de sua capacidade de resiliência³⁶ e afirma: “eu acredito que, ainda, existem muitos profissionais bom na polícia”.

Sob o ponto de vista de Daiane, a polícia da qual as Pedrinhas e toda a cidade de Vitória da Conquista precisam deveria ser

uma polícia integrada com a comunidade. Uma polícia preparada mesmo para as demandas que a gente tem, [...]. Uma polícia mesmo próxima, de bater na tua casa e pedir um copo d’água, entendeu? Não é esse distanciamento, ah, ele é polícia [...]. Acho que tá faltando isso mesmo! Aquela coisa de funcionar a polícia comunitária. Acho que seria isso, funcionar! Aqui, nas Pedrinhas, a gente teve uma experiência, aliás, duas. Uma na invasão que, também, não funcionou, foi assim: eles alugaram um

³⁵ Essa associação da forma como a polícia retirou os jovens assassinados no bairro, no ano de 2014, ao processo que se faz com porcos, após o abate, foi citada por duas jovens em suas narrativas: Aline e Marli. Esta jovem afirma: “ele não foi visto como um ser humano, foi visto como um animal, que não influencia [...], quando você abate um porco num lugar e joga, simplesmente, como você joga um objeto fora que você não queira mais, foi jogado fora!”

³⁶ De acordo com Souza (2006, p. 26 apud JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003), o conceito de resiliência traduz, conceitualmente, a possibilidade de superação num sentido dialético, isto é, representando um novo olhar, uma re-significação do problema, mas que não o elimina, pois constitui parte da história do sujeito. O caráter contextual e histórico da resiliência se expressa, seja do ponto de vista biográfico, seja do conjunto de interações dadas numa cultura determinada.

quarto com banheiro e ficaram dois policiais lá dentro trancado o tempo todo com medo. Ai, chegou um dia, os bandidos meteu bala lá e ninguém mais quis ficar. Então, assim, não é essa polícia que a gente precisa.

Ariel, na mesma linha de pensamento de Daiane, avalia que, na Segurança Pública, falta

um policiamento mais presente, [...]. E policiais mais bem preparados, [...]. Acho que, neste aspecto, se resume a isso [...] ter um bom relacionamento com a população de forma geral. Acho que tinha que ter um relacionamento mais estreito, [...] para as pessoas, de forma geral, sentirem-se mais seguras para procurá-los, manter uma relação que pudesse a ajudar ambas as partes.

Os jovens referidos, além de avaliarem, criticamente, a postura dos agentes da polícia local, apresentam propostas para um funcionamento adequado do trabalho policial nas Pedrinhas e no município de Vitória da Conquista. Entendem que deveria ser uma atuação pautada não no medo, mas no respeito mútuo, com a possibilidade de uma convivência “harmônica” e que, de fato, a polícia cumprisse com o seu papel, a saber: garantir a segurança a todos os cidadãos conquistenses.

O Estado, no cenário nacional, também se faz presente nos bairros periféricos, mas de forma limitada e, muitas vezes, deficitária. Essa nossa afirmação se baseia no “retrato” da cidade obtido quando, ao darmos uma volta pelos bairros de Vitória da Conquista, essa caracterização foi visível. O Candeias e demais bairros “nobres” do município são estruturados: os prédios exuberantes, arquitetura moderna, a “beleza” em suas construções chama a atenção, os equipamentos comunitários também apresentam aspectos diferentes.

Do mesmo modo que é possível afirmarmos essas características do Candeias, é necessário que afirmemos que Pedrinhas, nos últimos anos mudou em alguns aspectos, apresenta benfeitorias por parte do poder público, como, por exemplo, a pavimentação das ruas, construção da unidade de saúde, a limpeza pública (a cada quinze dias), implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sobre o qual expressaram descontentamento quanto à atuação.

Apesar dos avanços mencionados, os entrevistados salientaram a necessidade de investimento público para melhorar a qualidade de vida da juventude local e dos demais moradores. Não identificamos, contudo, nenhuma ação por parte da população das Pedrinhas de participação, articulação e mobilização na perspectiva de garantia dos seus direitos. Informaram, porém, que existe uma Associação de Moradores no bairro.

Embora o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) registre uma população de 8.749 habitantes no bairro, o que nos permite pensar, conforme as leis que gerem o mercado, na existência de uma demanda por estabelecimentos comerciais, a exemplo de farmácia, como nos observou Daiane em momento de trabalho de campo. Isso aponta a situação enfrentada pelos moradores, diariamente, no seu deslocamento em busca de remédios para sanar os problemas emergenciais de saúde.

Quanto ao aspecto da saúde, fizeram reclamações no tocante ao atendimento da unidade de saúde do bairro, pois só tem um médico para atender toda a demanda da comunidade.

No âmbito da segurança, como já analisado, existe uma grande insatisfação quanto à Segurança Pública. As famílias cadastradas na Associação de Amigos da Pastoral do Menor reclamam bastante da violência policial na relação com os moradores, especificamente, no trato com a juventude. Os interlocutores foram unânimes ao relatar sobre a segurança no bairro, eles expuseram o receio das abordagens da polícia. Argumentaram que ser morador daquela unidade urbana já representa medo de agressão policial e justificam esse mote com a realidade experimentada no cotidiano da população e com os casos de morte de vários jovens do bairro e do seu entorno.

Sobre o transporte público, informaram que circula apenas uma linha de ônibus a cada cinquenta minutos. À noite, o transporte coletivo funciona até às vinte e duas horas e trinta minutos, a partir desse horário, a população tem que subir a ladeira andando ou através de algum meio de condução que não seja o convencional.

Para dar continuidade à discussão sobre as Pedrinhas, entra em cena Ruan³⁷ (jovem egresso da AAPM, com 23 anos de idade), mais um dos pesquisados. Salienta que o lugar onde mora é:

Um bairro típico da periferia³⁸ onde acontece tudo, né? Acontece drogas, tem violência, anh, acho que tem prostituição também, (diminuiu o tom da voz), acho que sim, é [...]. O que mais? É um bairro mal visto pelas pessoas, quando a pessoa fala você mora nas Pedrinhas, vou até as Pedrinhas e tal; as pessoas ficam com medo (risos) de vir até aqui porque antes tinha fama de que as pessoas de outros bairros que vinham aqui eram, como é que fala? Coagidas pelos moradores, mas, acho que hoje mudou. Não tá mais assim não.

³⁷Entrevista concedida em 13/02/14.

³⁸As cidades desorganizadas do Terceiro Mundo, para Davis (2006, p. 47), “é um termo extremamente relativo e específico de um momento: a orla urbana de hoje, vizinha de campos, floresta ou desertos, pode amanhã tornar-se parte de um denso núcleo metropolitano”.

Vivemos e somos regidos por um sistema que nos coloca em lugares e posições diferentes, aniquila a capacidade de interação dos sujeitos por conta da sua condição de classe, raça, gênero, entre outros. Morar em um bairro popular, onde a infraestrutura denota diferença e carência em vários aspectos, já é uma condição desfavorável, até do ponto de vista da convivência humana, como salienta Ruan. Moradores das periferias no Brasil são culpabilizados e temidos por essa condição. Esse aspecto é enfatizado pelo entrevistado quando afirma, em sua narrativa, que Pedrinhas é um “bairro que acontece tudo” e que seus moradores, ao informar onde residem, são temidos por outros habitantes da cidade pela fama que a localidade tem carregado ao longo do tempo, a de “coagir” as pessoas “estranhas” ao bairro. Porém, “acha” que, nos dias atuais, a realidade se modificou.

Nos demais bairros de Vitória da Conquista não se verificam, também, tudo que ocorre no bairro em questão? Ruan, embora admita mudanças acaba reforçando o discurso dominante, porque existe um estigma no universo das cidades de que as questões “negativas” – o uso de drogas, pessoas de má índole, crime, violência, entre outros – existem apenas nas periferias.

A avaliação de Ruan sobre a localidade onde mora é a mesma dos demais entrevistados e pode ser relacionada com as argumentações produzidas por Zaluar (2004). Ao narrarem sobre o bairro, os jovens lembram sempre o modo como são vistos pela cidade de Vitória da Conquista. Na percepção deles, são enxergados como “marginais³⁹”. Interpretaram esse dado com bastante ênfase e emoção e ponderaram que, em virtude de morar numa periferia, num lugar que foi “definido” pela mesma sociedade que os estigmatiza e os discrimina, são tratados como pessoas perigosas.

Também podemos relacionar o sentimento expresso pelos interlocutores desse estudo às considerações de Espinheira (2011, p. 13) quando esse autor afirma que morar em bairros populares “significa ser *tolerante*, não como consentimento, mas como estratégia. Os bairros populares – leia-se pobres – são micro universos de uma sociedade (cidade) hierárquica”. Os problemas desses bairros são, ao mesmo tempo, seus e da sociedade. E ressalta o autor:

Em grande medida se está falando precisamente de lugares da cidade onde está concentrado um grande número de desafortunados. E essa *concentração* não é casual, mas uma determinação da sociedade de classe que estratifica as

³⁹ Para Castel (1998, p. 62), “a marginalidade é uma produção social que encontra sua origem nas estruturas de base da sociedade, a organização do trabalho e o sistema dos valores dominantes a partir dos se repartem as posições e se fundam as hierarquias, atribuindo a cada um sua dignidade ou sua indignidade social”. O autor enfatiza que os marginais “pagaram muito caro seu afastamento em relação ao centro destes valores dominantes”, porém, eles não foram condenados a um papel de passivo.

pessoas segundo seu capital financeiro, econômico, social e cultural, determinando seus *lugares* na sociedade e no espaço urbano (ESPINHEIRA, 2011, p. 12, grifos do autor).

A sociedade de classes, na perspectiva do autor, “trabalha com dois pesos e duas medidas” nesse processo se configura a estratificação urbana e com ela os termos periferia e popular, os quais sugerem descentralização, banimento, ou seja, “urbanização precária (serviços e infraestrutura deficientes ou inexistentes), moradia exígua e desconfortável e, muitas vezes, insegura; feiura, insalubridade e outras deficiências que atormentam os moradores”(ESPINHEIRA, 2011, p. 12).

Nas últimas décadas, apesar de o governo brasileiro haver realizado mudanças significativas na política habitacional, nas Pedrinhas, em lugar muito visível - passagem da população para o centro da cidade -, foram identificadas cinco famílias habitando em condições bastantes críticas, como pode ser observado na foto que se segue. Nessa realidade, além de crianças, havia um deficiente físico, questão que vai de encontro ao que estabelece a Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente–ECA, nos quais está postulado que essas categorias têm prioridade. A situação dessas famílias aponta a fragilidade da Rede Socioassistencial do município.

Foto 3 - Moradia das Pedrinhas



Fonte: Acervo Pessoal
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

Ruan ao ser indagado sobre a história da unidade urbana onde habita, responde:

Eu só lembro que antes, eu só sei o nome porque Pedrinhas. Na verdade o nome é Rua Afonso Pena. Ai é como chovia muito, né, ai é descia enxurrada, descia água lá da serra, do Cristo e aí trazia muitas pedras e a rua ficava cheia (ênfase) de Pedrinhas, ai o nome Pedrinhas por causa disso. [...] Isso foi logo no início, quando eu cheguei⁴⁰ ainda tinha [...] esse evento ambiental. Ainda tinha isso, mas hoje não tem mais não, não desce mais essas pedras não, era tão legal (risos). Já desceram todas, não acontece mais.

Nessa narrativa, inicialmente, o jovem enfatiza que não sabe informar sobre a história do bairro, faz uma ressalva e diz que só consegue se lembrar do nome da rua. Porém, no decorrer da entrevista, vai “escavando” em sua memória a relação com a chuva, a enxurrada e fala do evento ambiental com bastante saudosismo e ludicidade. *O descer das pedras da serra* (Serra do Periperi), no relato desse narrador, é que deu origem ao nome da localidade tão estigmatizada pela população conquistense: Pedrinhas.

Para falar de algo vivido em sua comunidade, o jovem recorre ao que Halbwachs (2004) considera como quadros sociais da memória, segundo o qual é impraticável imaginar o enigma da evocação e da localização das lembranças se não forem tomados os referidos quadros, que servem de ponto de referência para reconstrução do que se considera como memória. A precisão do evento descrito e a ênfase dada pelo entrevistado ao processo de sua memorização deixam transparecer algo de prazeroso nessa lembrança. No momento da sua narração, parecia que estávamos vivendo o que nos descrevia o entrevistado, pois, como considera Halbwachs (2004), a memória não é só individual, mas também coletiva.

Essa descrição nos levou a refletir sobre o significado daquele evento para seus moradores e, principalmente, para as crianças e jovens das Pedrinhas. Existe ainda o aspecto ambiental, pois o entrevistado pondera que as pedras “Já desceram todas, não acontece mais”. O evento descrito por Ruan está relacionado com a atividade comercial realizada em Vitória da Conquista, desde o início da formação da cidade, como afirma, em sua entrevista, o professor Ruy Medeiros:

Ali se desenvolveu uma atividade muito importante que foi a atividade de fazer brita, [...]. Então começou a se precisar, a necessitar de pedra britada, né? Pedrinhas. Ai é que vem o nome das Pedrinhas, porque ali se desenvolvia essa atividade, certo? Essa atividade de caráter econômico e de feição bem artesanal. Os homens e as mulheres, muitas vezes, pegavam a pedra maior colocava dentro de um aro feito de flande e a marreta; isso para evitar que saísse pela lateral e ferisse pessoas, etc. Ou espalhasse muito, né?

⁴⁰Ruan não nasceu no bairro, mas, segundo ele, passou a morar nas Pedrinhas a partir dos dez anos de idade.

Então, eles pegavam a marreta, quebravam aquela pedra em vários tamanhos e [...] faziam tanto a brita 1, a brita 2, etc. A brita maior ou menor de acordo com aquilo que o mercado necessitava.

Pedrinhas pode até ser apenas uma palavra que signifique pedras pequenas no imaginário de uma criança ou de um adulto que *não conhece* ou *não se interessa* pela história de uma população, ou seja, pela história de mulheres, de homens, de crianças, de adolescentes, de jovens, de idosos, enfim, de cidadãos que, desde o início da formação do bairro, vêm escrevendo-a, conforme historicizou o professor Ruy Medeiros, para quem, “realmente, Pedrinhas é lugar de trabalhador”. Nesse sentido, é por meio da labuta e peleja, resultantes do trabalho e suor daqueles habitantes de um bairro localizado em uma cidade do Sertão da Ressaca, de pessoas simples e trabalhadoras, do “homem comum imerso no cotidiano”, no dizer de Martins (2010, p. 52), que a cidade foi se constituindo.

O pesquisador, mediante sua narrativa, nos possibilita entender a origem do nome do bairro conhecido popularmente como Pedrinhas. Mas a história contada pela mídia e pela sociedade conquistense retrata apenas um bairro marginal e perigoso⁴¹. Nossos entrevistados afirmaram esse aspecto em todas as suas narrativas, às vezes, trazendo lembranças de situações desagradáveis e sofridas.

Interessante será reconstruir essa memória do bairro para que outra história seja contada. Para isso, utilizamos as narrativas dos interlocutores, tanto dos jovens quanto de outros entrevistados de nossa pesquisa, como a do professor Ruy Medeiros, que se segue:

As pessoas chegavam lá e compravam as britas em lata, ia se britando a pedra maior, os pedaços menores e jogando dentro da lata, [...] naquela região havia pedra [...] pedreira no Alto Maron [...] e havia, também, muitas pedras soltas aqui em todo esse entorno nas ruas. Era comum você chegar nas ruas e ver pedras soltas.

As pedras soltas citadas pelo entrevistado se relacionam com o que nos discorreu Ruan em sua narrativa: “Como chovia muito aí, descia enxurrada, descia água lá da serra, do Cristo, trazia muitas pedras e a rua ficava cheia de pedrinhas. Aí, o nome Pedrinhas por causa disso”.

Isso, contudo, “não acontece mais” naquela unidade urbana, de acordo com o jovem. Na atualidade, tanto Ruan quanto os demais entrevistados falam de outras “pedras”

⁴¹ Relaciona-se com o conceito de classes perigosas que, para Wacquant (2001, p. 13; 32) é “A concepção moralista das “classes perigosas”, pela qual os pobres e seus territórios até então eram identificados como ameaças a serem conjuradas por intervenções moralizadoras foi, pouco a pouco, substituída pela visão que reconhecia os mecanismos sociais como causa dos ‘problemas urbanos’”. São ainda para o autor, “os novos parias urbanos da sociedade avançada”

existentes no Bairro Pedrinhas, discorrem sobre outros tipos de pedras *para serem “quebradas”*, as da discriminação e as da violência em suas várias facetas, do desemprego ou do subemprego, do tráfico de drogas, das mortes “matadas”, enfim, as mazelas sociais perpassam a sociedade, que separa e segrega⁴² as pessoas, considerando grande parcela como perigosa. Aquelas pedras, no processo árduo de transformação, ao se fazerem britas, em suas várias dimensões, como nos relatou o professor Ruy Medeiros, permitiam às pessoas garantir a sobrevivência. As de agora desorganizam famílias e tiram-lhes vidas, deixam marcas de dor e de sangue, “vidas matadas”. Para Santos (2007, p. 128),

As vítimas desta violência possuem vivências próximas à ‘vida nua’, que podem ser descartáveis, aniquiladas, despojadas de direitos, pois perderam sua visibilidade na dimensão pública. Não são ‘ouvidos nem vistos’, como se não existissem, compelidos ao terreno da indiferença, pois as vidas desses sujeitos metamorfoseiam-se.

Nessa perspectiva, Telles e Cabanes (2006, p. 52) consideram que as direções e cenas urbanas em que as transformações das cidades transcorrem é um processo dialético. Portanto, estas podem indicar aspectos dos nexos e dinâmicas societárias dessa trajetória. Os autores enfatizam que, nas regiões periféricas da cidade, as tragédias se concentram, “é nesse panorama contrastado que crescem a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana”. E, também, a violência. Morre-se e mata-se muito na cidade de São Paulo (não só nela).

Tomando como referência Zaluar (2004), os autores afirmam que, para entender algo sobre os acontecimentos atuais a respeito das mudanças nas cidades, faz-se necessário investigar a linha de sombra que perpassa a cidade inteira, em que se articulam a sedução “encantatória” do moderno mercado de consumo e o bloqueio de chances promissoras do mercado de trabalho, as práticas ilícitas que atravessam a dita economia informal (e não só, como bem sabemos) e os circuitos do tráfico de drogas, com suas capilaridades nas práticas cotidianas e nas tramas populares da sociabilidade, traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios, suas fraturas, pontos de tensão.

Telles e Cabanes salientam que é importante indagar os sinais e evidências de uma zona de indiferenciação bastante extensa e desenvolvida “entre o lícito e [o] ilícito, [entre] o direito e o não direito, entre [o] público e [o] privado, [entre] a norma e a exceção”, pois essa realidade propõe uma fronteira de “sombra” na vida urbana, em sua totalidade. As situações

⁴² É a polarização de classes, sublinhada por Wacquant (2001, p. 28-29), que assim considera: “combinada com a segregação racial e étnica, está produzindo uma dualização da metrópole, que ameaça não apenas marginalizar os pobres como condená-los à redundância social e econômica direta”.

decorrentes dessa confusão social, segundo as autoras, “desfazem formas de vida e transformam todos e cada um, potencialmente, em ‘vida matável’” (TELLES; CABANES, 2006, p. 53).

Em várias narrativas, os jovens entrevistados, ao falarem deles numa relação com todas essas categorias discutidas pelos pesquisadores, produzem sentidos que nos remetem para essa “sombra”. Um exemplo desses sentidos pode ser observado no que narra João ao ser questionado sobre o bairro onde mora. Inicialmente, ficou um tempo calado e depois respondeu: “Eu moro (ênfase) aqui neste bairro”. Por não ter falado o nome da unidade urbana onde habita, perguntamos-lhe se era nas Pedrinhas, então, ele respondeu: “Petrópolis”. Solicitamos ao jovem que falasse sobre o bairro onde morava, questão esta que foi direcionada a todos os entrevistados, e ele assim discorreu:

Os povo chama de bairro Pedrinhas aquele lado de lá, né? Aquela lado de lá, tem mais pessoas. É um bairro classe baixa, as pessoas que vive aí é essa classe [...]. Esse lado aqui do bairro Pedrinhas e tem essa outra parte mais embaixo, que é a classe um pouquinho mais alta. Eu não sei explicar não, é muito difícil.

Esse entrevistado expressou muita dificuldade para se identificar enquanto morador da localidade, mas informou que mora no Petrópolis, mas, de fato, mora na área do Peru⁴³, lugar no qual a violência se faz muito presente, segundo os outros jovens entrevistados. Talvez, por isso, a dificuldade de João assumir o local onde mora. Recentemente, naquela localidade, foram mortos dois jovens pela polícia no horário do almoço, sendo que um foi morto dormindo, afirmaram os jovens.

João diferenciou uma área da outra, identificando-as como lugares distintos, fez alusão à diferenciação da população a partir da classe social, entretanto, disse que não sabia explicar essa diversidade. Alega as condições de vida das pessoas e faz uma comparação das estruturas das casas dos moradores das duas áreas por ele assinaladas. Não se considera, também, como membro da “classe baixa” quando afirma que as Pedrinhas “é um bairro classe baixa, as pessoas que vive aí é dessa classe” e salienta que mora no Petrópolis para se diferenciar dos moradores que moram do “lado de lá”. Esse jovem foi o que menos falou, demonstrou muita timidez para se expressar.

Outra narrativa interessante em relação à percepção do bairro é a da jovem Carla, que afirma:

⁴³ Esse dado foi certificado através dos arquivos da AAPM.

Eu particularmente não vejo muita diferença. Claro, tirando a sociedade, que vamos dizer assim, coloca uma fama no bairro, acaba que meio desmoralizando. Mas, não vejo diferença, tanto em um como em outro tem perigo, tem, mas têm pessoas que trabalham, pessoas que buscam um futuro melhor para si mesmo e para sua família.

Percebemos na fala de Carla uma preocupação com o problema da discriminação perpetrada na relação da sociedade conquistense com os moradores das Pedrinhas, aspecto identificado também em outras falas dos entrevistados. Em outro momento de seu relato, a jovem expressa:

Porque é assim, geralmente pessoas que eu conheço mesmo quando falo: moro no bairro Cruzeiro fica aquela, aquele medo. Há, para entrar lá tem que pedir permissão? Sempre fazendo essas perguntas. Pelo fato da criminalidade, o bairro, em si, acaba gerando uma fama péssima por sinal e acaba agravando não só, no caso, os vândalos. Mas, sim a sociedade que, no caso, vive naquele local.

Como observamos, a apreensão dessa jovem é embasada em vivências concretas. Ela discorre sobre experiências de sua vida cotidiana que têm marcado e demarcado suas memórias na relação com a cidade e com a sociedade conquistense. Assim, para essa moradora das Pedrinhas, certamente, há, também, criminalidade em outros bairros de Vitória da Conquista, como fica patente na sua afirmação:

Porque você mesmo vê na televisão, você mesmo vê de pessoas que são seus amigos, que moram em outros bairros falar também que existem criminalidade, de pessoas que morrem. Mas que existem pessoas de bem, não adianta focar só em um bairro só por causa do que acontece nele e esquecer que o mundo inteiro tem perigo nas ruas, seja da classe A ou da classe inferior.

O problema da violência, dessa forma, é avaliado por Carla como um assunto de dimensão muito maior do que é relatada pela mídia e pela sociedade conquistense. Para ela, é uma questão de âmbito mundial, que não está diretamente ligada a uma única classe, isto é, às classes populares. No trato com a identificação do lugar em que mora, posiciona-se distintamente dos demais jovens entrevistados, informando que mora no Bairro Pedrinhas e identificando-o da forma como está dividido pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Embora a narradora more “do lado de lá”, como foi falado por João, habitante do Peru⁴⁴, este lado do bairro citado pelo entrevistado é identificado por muitos moradores como

⁴⁴ Nesta localidade, segundo os entrevistados, também, há muita violência, inclusive, em fevereiro do ano de 2014, a polícia matou dois jovens na casa de um deles no horário de meio-dia. De acordo com as narrativas de alguns dos jovens, um dos mortos estava dormindo. Sobre esse evento Aline disse:

a área onde a violência mais se expressa no universo da população, a localidade das Pedrinhas propriamente dita.

Marli por conta de sua atuação profissional, com maior precisão, trouxe dados da localidade onde reside. Pedrinhas, conforme sua narrativa, é:

Um bairro periférico, a gente sabe que existe pessoas boas, de boas índoles etambém de pessoas más. Mas, por conta da maioria, hoje, da juventude; que eu falo a maioria tudo jovem se envolvendo com o mundo da criminalidade, com o tráfico de drogas, com tudo que o mundo te oferece de uma forma mais aberta e mais fácil. Então, hoje é um bairro assim, que tem menos jovens, porque muitos morrem cedo. Jovens, suas vidas são ceifadas cedo, tem menos jovens, tem mais idosos e adultos.

A entrevistada informa que o bairro onde mora está localizado numa área periférica e, por conta do envolvimento de membros da população juvenil com o tráfico, com o “mundo da criminalidade”, os moradores são identificados como marginais. Para ela, o envolvimento de alguns jovens das Pedrinhas com as drogas é proveniente das circunstâncias cotidianas e, também, porque eles têm garantido “ganhos” imediatos, mesmo que, para muitos deles, seja por pouco tempo, como relata: “suas vidas são ceifadas cedo”. Ressalta, ainda, que, hoje, a população do bairro é composta mais por idosos e adultos e justifica a situação descrita como decorrente da morte de muitos jovens.

Contraditoriamente, defende que, na unidade urbana na qual mora, a vida “acontece” como nos demais bairros da cidade. Fala a jovem:

É um bairro carente de um olhar [...] mais específico porque tem pessoas que vê, fala assim: moro no bairro Pedrinhas ou Cruzeiro. Cruzeiro ainda suaviza mais, quando diz moro no bairro Pedrinhas o povo vê como bairro de marginal, esquece que têm pessoas boas, famílias, tem gente boa, de condições também, de classe social um pouco maior e deixa as coisas assim ser afroitadas⁴⁵.Então, o que acontece, eu vejo assim, um bairro que poderia oferecer mais para os jovens. Hoje, a gente vê, assim, mães que são mães cedo, não tem um preparo, não tem uma vida estruturada (ênfase), vai oferecer o que para aquele jovem, para aquela criança? Então, não cobra e tudo que não é cobrado, você não vai querer cobrar de ninguém.

Marli afirma que população do bairro é discriminada tanto pela sociedade conquistense quanto pelos políticos. Considera que muitos jovens, por falta de opção, e outros, atraídos pelo resultado imediato e “fácil” que a criminalidade favorece, têm se envolvido com o tráfico, roubo e assaltos. A situação crítica descrita pela entrevistada é

“Ele foi tratado como porco, depois de morto saiu de dentro da casa arrastado” e acrescenta: “A população é testemunha ocular desse fato, porque foi à luz do dia”.

⁴⁵Para Marli, a palavra significa sem controle.

decorrente da falta de um “olhar” da sociedade conquistense, incluindo falta de políticas públicas voltadas para a juventude. A jovem avalia o alto índice de mães jovens que não estão preparadas para exercer essa função e questiona: “vai oferecer o que para aquele jovem, para aquela criança?”.

Sobre a questão da relação do bairro com as condições de vida dos moradores, vale nos atentarmos para o que comenta Mares (2011, p. 2): “a urbanização de uma cidade acarreta modificações nas suas estruturas físicas e socioeconômicas, pois é um processo em movimento que permeia e interfere em todos os aspectos da vida em/da sociedade.” Assim, a localização influi, de forma significativa, na valorização do indivíduo e do espaço em que vive, principalmente, se essa parcela da população estiver localizada em áreas marcadas pela violência.

De acordo com Mares (2011), o perfil socioeconômico da comunidade é diversificado. Sublinha que o bairro passou por processos distintos de ocupação do solo, fator este que interferiu no cotidiano de seus moradores. A ocupação do espaço, na sua amplitude, foi espontânea e a Igreja Católica, especificamente, a Catedral, Paróquia Nossa Senhora das Vitórias, era a proprietária legal de parte daquela área geográfica, que correspondia ao Loteamento Pedrinhas. A autora afirma que, no início, já havia moradores nos setores do Peru e Petrópolis, mas algumas famílias venderam lotes a terceiros. A autora faz uma comparação da realidade socioeconômica dos moradores do Peru com os das Pedrinhas.

Analisa Mares (2011) que existe uma diferenciação destes dois setores com relação ao do Petrópolis. Considera que o aspecto socioeconômico de sua população e a estruturação do loteamento é bastante visível. “O setor referente ao Petrópolis apresenta características discrepantes se comparado aos outros setores pelo perfil socioeconômico dos moradores e pela forma de como o loteamento está estruturado” (MARES, 2011, p. 8).

No que diz respeito às Pedrinhas, o professor Ruy Medeiros também discorre sobre o seu surgimento:

Bem, o bairro das Pedrinhas surge de uma forma bem vagarosa a partir da abertura da estrada de Conquista a Jequié na década de 20 do século passado. Ou seja, a estrada que liga Vitória da Conquista a Jequié e que ligava, na verdade, e que, hoje, corresponde à rua da Corrente ou rua dos Torres. Estabeleceu essa possibilidade de incorporar uma parte da encosta de parte da Serra do Periperi ao restante da cidade. Como assim? A estrada foi aberta na década de 20 e alguns, algumas pessoas se dirigiram à Igreja e adquiriram áreas de terra à margem direita e à margem esquerda da estrada de Conquista a Jequié [...] ficaram ali, portanto, alguns casebres.

O pesquisador considera, ainda, que o processo de crescimento das Pedrinhas foi semelhante ao de toda a cidade de Vitória da Conquista. Enfatiza:

Utilizava uma estrada e se abria uma rua perpendicular a essa estrada. A estrada tanto era rua quanto era rodovia e, assim, Conquista surgiu, avenidas que são rodovias. [...] Conquista surgiu, a mistura do urbano e do rural. [...] os loteamentos usavam a estrada e, perpendicularmente, abriam ruas. Pedrinhas surgiu assim, semelhante a outros, uma população de pessoas pobres. Aqui em Conquista houve essa diferença em relação a outras cidades, porque a serra aqui não é ocupada pelos ricos como em muitas cidades, a serra, aqui, é ocupada pelos pobres.

Vitória da Conquista tem a especificidade de ter uma periferia no alto da serra. Nesse sentido, da Serra do Periperi a visão panorâmica da cidade é belíssima, como já enfatizado. Do lugar considerado “feio e pobre”, conforme analisa Espinheira (2011), tem-se a dimensão do “belo e rico”. Duas realidades, dois mundos se relacionando num emaranhado de conflitos: os dilemas da sociedade e os conflitos de cada cidadão, individual e coletivamente entrelaçados. Vivemos, hoje, numa sociedade que fala muito em respeito às diferenças, aos direitos humanos, porém, no Brasil, estamos em tempos de muita discriminação por conta das especificidades de cada classe.

Foto 4 - Vista panorâmica das Pedrinhas, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo
Fotografia: Carmelucia Santana de Souza

No país, o processo de urbanização rápido e desordenado deu origem às periferias e ocupações inadequadas em espaços de valor ambiental. Essa é uma realidade das cidades de grande e médio porte, como é o caso do município de Vitória da Conquista.

Segundo Mares (2011), as diferenças percebidas no bairro têm ocasionado sua fragmentação, aspecto este que motiva estranhamento e conflitos entre seus moradores. Expõe a autora:

O bairro Cruzeiro é dividido em Peru, o loteamento Pedrinhas, esse por sua vez, ainda é novamente subdividido, e o Petrópolis, o loteamento Jardim Petrópolis, neste último, a população que nele reside não se considera parte do bairro Cruzeiro, para eles o bairro em que moram é o bairro Petrópolis (MARES, 2011, p.10).

Relacionamos essa consideração de Mares (2011, p. 10) com o posicionamento de um dos nossos entrevistados, João, morador do Peru, mas que informou residir no Petrópolis. Em sua resposta, pontuou a diferença percebida entre o setor Petrópolis e os demais loteamentos do Bairro Cruzeiro, embora tenha demonstrado dificuldade para explicar sua observação quanto à situação de classe social dos moradores do bairro.

A narrativa do jovem também tem pontos que convergem para a análise da autora quando essa sublinha que muitas pessoas que ali habitam não se reconhecem como moradores do bairro por conta do preconceito advindo da “visão, muitas vezes, preconceituosa que a cidade tem do bairro e do estigma sobre o mesmo”. (MARES, 2011, p. 10). Para fazer tal consideração, baseamo-nos na forma como João se comportou no momento de sua entrevista. Ele ficou um tanto paralisado, permaneceu calado por um tempo; depois que refizemos a pergunta, voltou a se expressar, trocando, porém, o nome do lugar que habita por não se identificar, certamente, com ele.

O silêncio do narrador pode ser comentado com base na análise feita por Pollack (1989) em seu estudo *Memória, Silêncio, Esquecimento*. O autor avalia que o silêncio tem razões bastante complexas, pois o “não dito” tem função. Aponta que,

nas lembranças de uns e de outros, existem zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento (POLLACK, 1989, p. 6).

Certamente, o emudecer, o não dizer de João tem significados. Desse modo, a demarcação entre o confessável e o inconfessável, segundo o autor, “separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória

coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (POLLACK, 1989, p. 6).

É avaliado por Mares (2011, p. 10) também que, embora o bairro tenha apresentado, ao longo dos anos, a mesma realidade, o poder público, muito recentemente, fez-se presente através de “projetos e campanhas federais”. Nessa linha de análise, Rodrigues *et al.* (2007, p. 16) considera que o Bairro Cruzeiro, “mais conhecido por Pedrinhas”, apesar de sua proximidade com o centro da cidade, faz parte da periferia e é “estigmatizado pela violência e por décadas esquecido pelos governos”

Existe, portanto, um estigma da população conquistense para com o bairro Pedrinhas, fato também evidenciado pelo professor Ruy Medeiros. Para ele, a sociedade conquistense considera que nessa localidade “[...] só mora marginal”. Chama a atenção para o aspecto de ser essa unidade urbana, ao mesmo tempo, centro e periferia, já que, apesar de sua proximidade com a área central da cidade, se “desvalorizou durante muito tempo e, hoje, a desvalorização dela vem por conta da fama de ser um bairro violento.” Mais adiante, em sua narrativa, afirma:

É um bairro pobre, né? E sendo bairro pobre tem tudo para ser estigmatizado [...]. É o caso da parte alta do Alto Maron, é o caso das Pedrinhas, Patagônia, Nossa Senhora Aparecida, Bruno Bacelar [...]. Em que basta a presença de uma, duas pessoas que tenham cometido qualquer crime e tal para se coletivizar isso, dizer que é um bairro de bandido, etc. Não, bairro de trabalhadores, com um número de desempregados, uma mão de obra não qualificada, subempregados, coisas desse tipo.

O estudioso sobre a história de Vitória da Conquista enfatiza que aquele bairro é habitado por pessoas trabalhadoras que, cotidianamente, buscam garantir a sobrevivência pessoal e de suas famílias; porém, em circunstâncias bastante específicas e marcadas pelas memórias negativas construídas a partir das condições de vida impostas pela sociedade, a quem apenas interessa acumular riqueza e garantir direitos somente para uma classe.

Reconhecer que o Bairro Pedrinhas/Cruzeiro em sua amplitude é uma unidade urbana de trabalhadores imersos e envolvidos na trama da vida cotidiana precisa ser um dever da sociedade conquistense, pois, como afirma o professor Ruy Medeiros, “é um bairro de trabalhador”. Caso contrário, teremos sempre, segundo afirmação de Wacquant (2001, p. 34), “o abismo cada vez maior entre ricos e pobres, o crescente autocercamento das elites políticas, a distância cada vez maior entre as instituições dominantes da sociedade, tudo isso alimenta a hostilidade e a desconfiança”.

No capítulo seguinte, abordamos sobre o espaço institucional de mediação com nosso objeto de estudo: a Associação de Amigos da Pastoral do Menor. Constituimos um diálogo com membros do grupo social que a fundou e com outras pessoas da sociedade conquistense, com o propósito de historicizar esse espaço, que, desde 1987, desenvolve ações diretamente com a população infanto-juvenil no Bairro Pedrinhas em Vitória da Conquista.

3 BATENDO NA “PORTA DE ENTRADA”: RECONSTRUINDO A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PASTORAL DO MENOR

Hoje se torna imperativo para nós, cidadãos deste Brasil, uma reflexão mais profunda e ousada sobre as políticas públicas de seguridade social e, em particular, sobre o significado da assistência social no enfrentamento da pobreza (Aldaiza Sposati).

Neste capítulo, discutimos sobre a história da Associação de Amigos da Pastoral do Menor (AAPM). Conforme mencionado na Introdução, essa é a Instituição que elegemos para mediar, nesta pesquisa, a relação com nosso objeto de estudo, os jovens moradores do Bairro Pedrinhas. Através das memórias do grupo, como considera Halbwachs (2004), discorreremos sobre a trajetória assistencial da AAPM no Município de Vitória da Conquista.

A Associação de Amigos da Pastoral do Menor é uma Instituição filantrópica ligada à Igreja Católica, precisamente, à Catedral – Igreja Nossa Senhora das Vitórias do Município de Vitória da Conquista, Bahia. Essa Pastoral surgiu na cidade na década de oitenta do século XX, mobilizada por uma campanha da Pastoral do Menor Nacional, cujo Slogan foi “Quem Acolhe o Menor a Mim Acolhe”.

O professor Ruy Medeiros, ao discorrer sobre o histórico dessa Instituição, afirma:

Repare como a coisa vai se processando [...] É, ali no bairro Cruzeiro, [...] foi criado um abrigo, certo? Que durante muito tempo esteve e ainda está sob a direção da Paróquia das Vitórias, bom, Nossa Senhora das Vitórias. Aí, havia aquele abrigo, um terreno muito extenso, grande e tal. [...], funcionava e me parece que ainda funciona como abrigo e quem mais tentou [...] ampliar [...] melhorar [...] foi o Pe. Benedito Soares, Bené⁴⁶, que era muito vinculado aos jovens, etc. E começou a se discutir a criação da Pastoral do Menor, quando numa dessas Campanhas da Fraternidade se discutiu a questão do menor [...]. Então começou a se desenvolver nacionalmente [...] a criação de Pastorais do Menor.

Conforme a narrativa acima, foi a Campanha da Fraternidade de 1987 que forneceu base, no cenário nacional, para criação das Pastorais do Menor. Segundo o professor, em Vitória da Conquista, a Pastoral foi criada no Bairro Cruzeiro, por meio do trabalho do Pároco Benedito Soares, da Igreja Nossa Senhora das Vitórias, que fazia, naquele período, um trabalho com a juventude da cidade.

⁴⁶ Foi Pároco da Catedral Nossa Senhora das Vitórias, no município de Vitória da Conquista, BA. Além de Ruy Medeiros, os diretores entrevistados da Instituição informaram que ele foi o grande mentor e incentivador para criação da Associação de Amigos Pastoral do Menor no município. Porém, teve pouco tempo de trabalho, pois foi assassinado em 06 de maio de 1988.

Ainda reportando ao processo de criação da AAPM, o pesquisador Ruy Medeiros acrescenta:

Aí, aqui em Conquista, o que se discutiu naquele momento? Discutiu o seguinte: uma estrutura jurídica à Pastoral. Para dar essa estrutura jurídica se criou uma associação, ao invés de fazer como em muitos lugares, e como em muitas Pastorais da Igreja, deixa-se o bispo nomear diretamente membros para coordenar aquela Pastoral. Por uma questão pragmática se criou essa associação, a Associação dos Amigos da Pastoral do Menor. Se criou e ela começou a ativar, construiu aquela sede.

Segundo o entrevistado, AAPM apresenta uma especificidade: autonomia na escolha dos membros da Direção e na sua gestão. Em outras palavras, não é o Bispo que define a Direção da Instituição, mas os seus membros. Além disso, a sede da mesma pertence à Associação.

A ação inicial da Instituição se relaciona com o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴⁷ em Vitória da Conquista, nos anos 80 do século passado. Por conseguinte, a primeira dessas comunidades surgiu, também, no Bairro Cruzeiro, conforme narra o professor Ruy Medeiros:

Portanto, ali também, nas Pedrinhas, surgiu a 1ª Comunidade Eclesial de Base [...]. Como é que surgiu? Com o trabalho do Pe. LuisMosconi, um italiano Piacenza, ligado à Diocese de Piacenza na Itália, veio para aqui e ocupou a Paróquia das Graças e começou a desenvolver aquelas ideias do Vaticano II e a promover encontros para criar Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Ele chega na rua das Pedrinhas na casa de um cidadão, Sr. Altino, começa a fazer reuniões, ele (ênfase) e uma professora que tinha trabalhado no MEB⁴⁸ que era Edivanda Teixeira⁴⁹. Começaram a trabalhar e criaram a primeira Comunidade de Base.

Os padres italianos, entre os quais se destaca a contribuição de Luís Mosconi, tiveram uma influência positiva no trabalho dos movimentos sociais em Vitória da Conquista. Fazendo referências, porém, a um período anterior às CEBs, salienta o pesquisador

⁴⁷As comunidades eclesiais de base (CEB's), para Betto (1985, p. 7), "são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto".

⁴⁸ Movimento de Educação de Base que utilizava o método de educação de Paulo Freire.

⁴⁹ Em 2003, foi publicada uma coletânea de textos sobre a sua vida, com organização do Pe. Luís Mosconi. Segundo Medeiros (2003), "A Igreja Católica, a partir de 1961, implantou o MEB (Movimento Educação de Base) em todo o país. Em Conquista, o MEB chegou em 1962, sob a responsabilidade e orientação de Edivanda Maria Teixeira e Zildete Guimarães, professoras recém-formadas".

Medeirosque, na década de 1950, a Igreja Católica já atuava junto às comunidades - ação dos Vicentinos e dos Círculos Operários Católicos. Posteriormente, em 1962-1964, “marcou presença através do MEB, graças à atuação de duas professoras: Edivanda e Zildete [...]. Mas (sic) foi, sobretudo, com a chegada dos padres italianos que o engajamento da Igreja Católica cresceu” (MEDEIROS, 2003, p. 28).

Para Prado (2012), o crescimento das CEBs foi influenciado pelo Concílio Vaticano II, este representa um dos maiores acontecimentos do século XX, período que baliza a atuação da Igreja por romper com os arcaísmos que, historicamente, haviam sido conservados. Nesse sentido, a Conferência de Medellín (na Colômbia, no ano de 1968) tem grande relevância, pois foi uma releitura dos documentos finais do mencionado Concílio “à luz da realidade em que vivia a população latino-americana”(PRADO, 2012, p. 7).

A Conferência de Medellín, ainda de acordo Prado (2012, p. 7- 8), impactou o continente latino-americano, pois fazia referência “a um Deus que estava presente na pessoa do homem sofrido e marginalizado na sociedade”. Salienta o autor que as decisões ali tomadas talvez tenham tido maior relevância do que o Concílio Vaticano II na medida em que faz valer, pelo menos, em termos teóricos, o método da Ação Católica: Julgar-Agir. A Conferência “nos remete a (sic) criação de uma teologia católica latino americana, a Teologia da Libertação⁵⁰”, que “vai mudar os caminhos da Igreja Católica na América Latina”. Prado (2012, p. 9) conclui que “é na Conferência de Medellín querealmente as CEBs vão se tornar realidade, não só no Brasil, mas em toda América Latina”.

Nesse esteio de argumentação, Dutra e Oliveira (2012, p. 214-215) consideram que as conferências católicas de Medellín (1968) e Puebla (1979) contribuíram da seguinte forma: a primeira “preencheu o imaginário eclesial com a temática da Libertação”; a segunda, “com a evangélica opção pelos pobres”. Os dois autores salientam que, “tomando como ponto de partida as reflexões sobre os problemas da família, do trabalho e do bairro”, as CEBs tiveram um papel fundamental na criação dos movimentos sociais com o intuito de organização das classes populares para garantia dos direitos dessas classes.

Seguindo o mesmo viés analítico, o pesquisador Medeiros enfatiza que o trabalho desenvolvido pelas CEBs em Vitória da Conquista contribuiu com o processo de informação-formação das pessoas envolvidas sobre a realidade socioeconômica e política do país. Considera

⁵⁰ “A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas no terceiro mundo que, a partir dos anos 1970, baseadas na opção preferencial pelos pobres, contra a pobreza e pela sua libertação. Desenvolveu-se inicialmente na América Latina” (PRADO, 2012, p. 8). O autor considera que essa Teologia, no Brasil, tem como referência o teólogo Leonardo Boff, “agente norteador do discurso teológico latino-americano”.

que foi um movimento de muitas lutas, pois, até então, as pessoas nunca tinham sido tratadas como sujeitos: “era o povo se sentindo sujeito da coisa” (MEDEIROS, 2003, p. 29).

Considerando que os relatos dos membros da Associação da Pastoral do Menor não trouxeram informações a respeito da contribuição dos padres italianos para o processo de fundação da Instituição, questionamos ao referido pesquisador sobre a participação deles naquela ação. Ele informou que, “de certa forma, sim”, lembrando que “foi naquele bairro que começou a primeira Comunidade de Base na cidade”.

Outra entrevistada, a Senhora Inês Santos⁵¹, pessoa que teve participação direta no trabalho da Igreja à época, afirma também a relação da atuação das CEBs com o processo de surgimento das pastorais no município. Para a narradora, Vitória da Conquista recebeu contribuições contundentes dos padres italianos. Sobre isso, tece as seguintes considerações:

Os italianos, no início, procuram um trabalho não só religioso, mas da vida das pessoas como um todo [...] a questão da dignidade do ser humano [...] todas essas ações custavam ameaças a eles. [...] formação mesmo [...] é que muito conseguimos. [...] a questão criança e adolescente eles também participaram [...] da estrutura dessa Instituição, [...] Teve a participação diretamente e continua até hoje com a Casa do Estudante⁵² [...]. Muitas coisas que tem hoje de melhoria foi a partir dos trabalhos deles e, às vezes, não aparece por questão de ciúme [...] a UESB, melhoria do Hospital de Base [...] a greve do café. [...], política partidária, criação do PT [...], hoje a Igreja cuida do religioso, o partido, das questões políticas, antes era mais integrado. Não era esse trabalho solto, [...] era ver e agir.

A contribuição dos padres italianos no município de Vitória da Conquista, segundo relata Inês Santos, foi também de grande relevância para os movimentos sociais, entre os quais pontua a área da criança e adolescente. Inicialmente, a ação deles foi diretamente com as creches e depois ampliou a participação para a atuação com os adolescentes. A referida senhora enfatizou que, às vezes, algumas pessoas da comunidade não reconhecem o quanto foi importante o trabalho daqueles religiosos na cidade, mas não deixa claro quem são as pessoas descontentes. Sublinha, ainda, que aquelas experiências foram muito importantes para o desenvolvimento da cidade.

Para discorrer sobre o surgimento da AAPM, lançamos mão das memórias do grupo e, para tanto, a partir das considerações de Maurice Halbwachs (2004). Na sua perspectiva, o depoimento não tem sentido sem a relação com o grupo do qual o sujeito faz parte, sem uma vivência em comum, ou seja, em sociedade. Sendo assim, para o autor, a memória não seria

⁵¹Coordenadora do Instituto Social Vivendo e Aprendendo e líder comunitária. Entrevista concedida em 04/04/2014.

⁵² Casa do Estudante é um condomínio que aluga apartamentos para estudantes, cujo valor arrecadado é compartilhado com três creches comunitárias de Vitória da Conquista, Bahia.

individual, mas coletiva, pois ela depende das relações vivenciadas nos diversos grupos sociais: família, escola, classe social, religião, entre outros. A memória individual se apoia na memória coletiva, porque, quando a pessoa evoca seu passado, estabelece relações com as lembranças de outros membros de seu grupo, dessa forma, entende Halbwachs que as vivências do passado não estão materializadas em nossos corpos ou mentes, mas na sociedade.

O sujeito carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, com seus grupos e instituições. É no contexto dessas relações que as lembranças são construídas. A memória individual, segundo os princípios halbwachianos:

Não está inteiramente isolada e fechada. Um homem para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. [...] O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (HALBWACHS, 2004, p. 58).

O autor considera que as memórias de um indivíduo nunca são só suas, uma vez que nenhuma lembrança pode existir dissociada da sociedade. Sendo o indivíduo um ser social, a rememoração individual se faz na contextura das memórias dos diferentes grupos com os quais os indivíduos se relacionam e interagem. Assim, nossas lembranças nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos que apenas nós vivenciamos e com objetos apenas visualizados pelos nossos olhos, porque, para o autor, na realidade, nunca estamos sozinhos. Nesse sentido, essas lembranças continuam coletivas, pois, quando uma pessoa está sozinha, está apenas aparentemente, e, “para confirmar ou recordar uma lembrança, astestemunhas, no sentido comum do termo, isto é, os indivíduos presentes sob uma forma material e sensível, não são necessários” (HALBWACHS, 2004, p. 31).

Em nossa pesquisa, os membros do grupo e os demais entrevistados, produzindo o exercício de lembrar para historicizar sobre o processo de construção da AAPM, recorreram primeiro a si mesmos, depois, apelaram para os outros membros. Uma lembrança não surge do vazio, ela se configura no arranjo da vida em sociedade. Conforme descreve Halbwachs (2004, p. 75-76), “é [...] uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, [...] preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”.

Lícia Maria Tavares da Mota⁵³, no ato de recordar sobre a criação do grupo⁵⁴ da Catedral Nossa Senhora das Vitórias em relação à ação inicial que pretendiam desenvolver, recorre à memória do grupo, nesse caso, aos companheiros da Igreja citada e afirma:

Até hoje eu acho que foi o impulso, assim, foi na reunião do Conselho Paroquial Pastoral (CPP). Estava na comunidade, eu era atuante naquela época com Pe. Benedito. E estava ali quando Bené perguntou. Eu, Dema, Edinete e Joana algumas pessoas da comunidade que iam fazer o trabalho.

Valdemar Santino⁵⁵ também apela para os membros do grupo quando rememora o processo de articulação para o trabalho com criança e adolescente em situação de rua no município de Vitória da Conquista. Assim relata:

E tudo foi começando, lutando com os dezoito né? Dezoito meninos e meninas e ai forma esse bloco e fomos acolhidos. Dom Celso era o Bispo na época deu apoio e a gente foi arrumando lugares para reuniões para acolhê-los lá um pouquinho, né? E a gente saia a noite lá para esse bairro fazer reuniões com os pais deles, na casa deles, naquele tempo. E foi crescendo os pouquinhos e hoje, nós temos a casa de apoio lá [Associação de Amigos da Pastoral do Menor] e estamos aí há 27 anos.

Analizamos, também, alguns documentos do arquivo da Associação e constatamos que essa Instituição, fundada em março de 1987, define-se como um espaço sem fins lucrativos que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade⁵⁶.

Sobre a questão da vulnerabilidade, Oliveira (1995, p. 5) comenta que a acepção econômica, ainda que seja a base material para seu mais amplo ajuste, é inacabada e insuficiente, pois ela:

Não especifica as condições pelas quais se ingressa no campo dos vulneráveis. E, ao não especificar, repousa a esperança da resolução ou atenuação da vulnerabilidade no econômico, o qual certamente é indispensável, mas não clarifica o processo pelo qual precisamente se constrói esse amplo universal que é a vulnerabilidade.

⁵³ Um dos membros do grupo de voluntários que fundou a Entidade e está na Direção desde o início. Entrevista concedida em 09 de março de 2014.

⁵⁴ Identificado como Grupo de Voluntários da Paróquia de Nossa Senhora das Vitórias, teve na sua composição cinco membros: Pe. Benedito, Valdemar Santino (Dema), Lícia Maria Tavares da Mota, João Bonfim e Edinete Pereira. Destes, dois ainda continuam na direção da Instituição até os dias atuais.

⁵⁵ Entrevista concedida em 19/03/2014. Atualmente afastado da direção da Instituição por conta da idade, oitenta e cinco anos (85), porém, lúcido, continua sócio e parceiro.

⁵⁶ Castel (1998, p. 61) considera que são “as franjas extremas da marginalidade oscilando na exclusão não representam, assim, um meio dividido por posições menos estigmatizadas, mas instáveis, que têm sua origem na precariedade das situações de trabalho na fragilidade das relações sociais. É esse continuum de situações vulneráveis vividas por amplas camadas populares que constitui o húmus da marginalidade social”.

Os grupos sociais vulneráveis no Brasil podem ser definidos como aqueles que vivem situados na linha de pobreza, porém, o autor não considera que a desigualdade como carregadores de predicados que possam ser identificados na sociedade, é a sociedade que lhes atribui essa denominação e os discrimina. Para Oliveira (1995, p. 5), mesmo que as políticas públicas “sejam uma das exigências mais prementes para a atenuação das várias ‘vulnerabilidades’, elas não esgotam o repertório de ações que se situa muito mais no campo dos direitos”.

Essa consideração se relaciona com a afirmação da AAPM contida em seu relatório anual de 2013⁵⁷. Ao se referir à área de sua atuação, afirma que são os

bairros periféricos localizados nas proximidades da Serra do Periperi e margens do Poço Escuro, região considerada crítica, onde observa-se (sic) de forma gritante os efeitos das mazelas sociais, [...] tem resultado num alto índice de ociosidade, violência e mortes, principalmente, tendo a criança e adolescente como vítima ou protagonista.⁵⁸

De acordo com Lícia Maria Tavares da Mota, a atuação com as crianças e adolescentes começou em ruas do centro da cidade de Vitória da Conquista, Inicialmente, foram atendidos sete (07)⁵⁹ crianças e adolescentes, todos do sexo masculino, pois, segundo ela, naquela época, não existiam meninas na rua. Eram todos oriundos da localidade onde a Instituição hoje funciona, motivo que levou a Diocese⁶⁰ de Vitória da Conquista a doar um terreno no Bairro Cruzeiro, na perspectiva de atender às crianças e adolescentes na comunidade onde residiam. Narra a entrevistada:

Não tinha o espaço, [...]. E aí foi indo, crescendo, crescendo, quando vimos bastante menino, Dom Celso, deu um terreno, que era o bispo na época. Aí, nós fomos para o terreno para construir. Antes, deu um pedaço para fazer uma horta, foi um projeto da UNICEF. Um projeto pequenininho que fizemos uma horta e começou o trabalho de construção da Pastoral do Menor.

A diretora da Pastoral expôs que ela e o Sr. Valdemar Santino, no momento inicial, foram às ruas da cidade procurar os meninos a fim de “conquistá-los” para as ações do grupo. Assim expõe:

Nós chegamos, [...] os meninos ficavam na rua pedindo, [...], Eu e Dema é que saímos para procurar, nesse vai e volta, pegamos eles e fizemos um trabalho para aproximar. [...] conversar com eles na Catedral. Fomos conversando junto com Estevam, [...] fazendo uma catequese com os meninos pra ver se dava, se ia florir o trabalho.

⁵⁷ Este relatório trata das atividades desenvolvidas na Instituição no ano de 2013.

⁵⁸ Informações retiradas do relatório citado na nota 45.

⁵⁹ Porém, constam nos relatórios da Instituição de 1994 e 1995 que a Pastoral começou atendendo dez (10) crianças e adolescentes.

⁶⁰ Passou a ser Arquidiocese em 07 de abril de 2006.

A benemerência como ação de solidariedade, segundo os princípios spositianos, foi se instituindo como prática de dominação. Para Sposati (2006, p. 35), a partir “do século XVIII, a filantropia e a assistência social associavam-se intimamente às práticas de caridade no Brasil. Dependiam de iniciativas voluntárias e isoladas de auxílio aos pobres”. Ao discorrer sobre instituições de caridade, Sposati (1992) salienta que elas foram abertas desde a Idade Média, tanto pelas companhias religiosas quanto pela caridade leiga. Nesse sentido, o assistir o outro é compreendido pela autora como uma prática antiga da humanidade que:

Não se limita nem à civilização judaico-cristã nem às sociedades capitalistas. A solidariedade social diante dos pobres [...], dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades. Ao longo do tempo grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio (SPOSATI, 1992, p. 40).

Em se tratando da ação assistencial da Igreja no Brasil, Iamamoto e Carvalho (1985, p.169) comentam:

As obras caridosas mantidas pelo clero (e leigos) possuem uma longa tradição, remontando aos primórdios do período colonial. A parca e precária infraestrutura hospitalar e assistencial existente até a fase bastante avançada do Império se deve quase exclusivamente à ação das ordens religiosas europeias que se implantaram e disseminam pelo país.

Os autores observam que a origem dessas instituições se dá na primeira fase do movimento de “reação católica”, da publicação do pensamento social da Igreja e da construção dos alicerces organizacionais e doutrinários do apostolado laico. Destacam que essas instituições “têm em vista, não o socorro aos indigentes, mas [...] atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente, no que se refere a menores [à população infanto-juvenil] e mulheres” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 170).

Mestriner (2011, p. 14) caminhando por essa análise, enfatiza que é comum no Brasil a identificação da assistência social – prática social de ajuda científica ou empírica – com a filantropia⁶¹ e a benemerência⁶². Em nossa sociedade, têm sido tratadas como sinônimas, como substitutas uma da outra, como “irmãs siamesas”, porque escamoteiam, de fato, “na

⁶¹Mestriner afirma que a filantropia se relaciona “ao amor do homem pelo serhumano, ao amor pela humanidade [...] É a preocupação de praticar o bem. E aí se confunde com a solidariedade”. Constitui-se [...] “como o altruísmo e a comiseração, que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação” (MESTRINER, 2011, p.14).

⁶² A benemerência se constitui, para Mestriner (2011, p.14), “na ação do dom, da bondade, que se concretiza pela ajuda ao outro”.

relação Estado-sociedade-a-responsabilidade pela violenta desigualdade social⁶³ que caracteriza o país”.

A Igreja católica confere à filantropia um sentido de caridade e benemerência, na visão da autora. Acrescenta, ainda, que, no Brasil, o Estado, tradicionalmente, tem sido o último a responder diretamente pelas atenções sociais. Na área da assistência social,

tem prevalecido o princípio da subsidiariedade entre o estatal e o privado, em que o Estado transfere para a sociedade as responsabilidades maiores, restringindo-se à execução de ações emergenciais. [...] Como o estado sempre destinou para esta área restritos recursos financeiros, que levaram à seleção de entidades sociais e pagamentos simbólicos de per capita, ele estabeleceu, com o conjunto de entidades, uma atitude ambígua e discriminada de acomodação de interesses econômicos e políticos, atravessada pelo clientelismo e fisiologismo (MESTRINER, 2011, p. 21),

A autora considera que o Estado fez com que a assistência social sempre “transitasse” no âmbito da filantropia, da solidariedade e da benemerência. A revitalização da subsidiariedade, segundo Mestriner, acontece em outro momento histórico, apresentando uma complexa conjuntura social e econômica, período em que o país vive uma “modernização do capitalismo”. A ação do Estado é reduzida, a proteção social e a garantia de bem-estar são restritas. Nesse caso, outra forma de atuação, “nem estatal, nem privada, porém, pública, porquanto operada por um setor social comunitário considerado sem fins lucrativos e, portanto, paralelo ao mercado e parceiro do Estado” (MESTRINER, 2011, p. 23).

Silva (1999, p. 62), também estudioso da temática, assinala que a política social no Brasil desenvolveu-se de forma precária, tardia e lentamente, e isso se deve ao fato de que a questão social⁶⁴ foi tratada, primeiro, como assunto de política. “A par do aparato de repressão, inerente ao Estado, ganha relevo o seu lócus de produção do consenso, da coesão social, da hegemonia”.

Arcorverde (1999, p. 78), nessa vertente de discussão, comenta que:

⁶³ Para Santos (2005, p. 38), a desigualdade social “representa o solo matrizador, produto da sociabilidade do capital”. Faleiros considera que a base das desigualdades está na exploração e não no indivíduo, pois, “a reprodução da força de trabalho reproduz também a situação de classe e as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista” (FALEIROS, 1985, p. 68).

⁶⁴ Yamamoto e Carvalho (2005, p. 27) a entendem como sendo “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Para Yasbec (2012, p.1), a questão social surgiu na Europa Ocidental na terceira década do século XIX, em 1830, para dar conta do fenômeno do pauperismo, que caracterizava a classe trabalhadora. A autora analisa que a problemática da questão social, do ponto de vista histórico, está vinculada, de forma estreita, à exploração do trabalho. Entende, inclusive, “que sua gênese pode ser situada na segunda metade do século XIX quando os trabalhadores reagiram à exploração do trabalho”.

No fundo, a questão social brasileira, em suas variadas formas, tem na desigualdade e na injustiça social ligadas à organização do trabalho e à cidadania seu núcleo orgânico. Resulta da estrutura social produzida pelo modo de produção e reprodução vigentes e pelos modelos de desenvolvimento que o país experimentou: escravista, industrial-desenvolvimentista, fordista-taylorista e o de reorganização produtiva.

Conforme o ponto de vista da autora, as expressões da questão social são oriundas das relações de produção e reprodução social seguida de concentração de renda pela classe detentora de poder, que produz e generaliza a pobreza na classe dominada. Ao abordar a temática, Demo (2003) ressalta que a pobreza se encontra, de forma estreita, vinculada ao volume de recursos disponíveis e à maneira como eles são distribuídos. A sociedade de classes, desse modo, para o autor, baseando-se nos escritos de Karl Marx, “é tipicamente sociedade cindida em dois lados irreconciliáveis, um detentor dos meios de produção, outro que vende sua força de trabalho, no contexto da mais-valia” (DEMO, 2003, p. 102).

Nessa fronteira de teorização, a pobreza, para Ammann (2003), é marcada por fatores históricos, estruturais e conjunturais. A pesquisadora pondera que, o fenômeno, historicamente, tem sido tratado a partir de distintas intervenções, adaptando-se “à definição das funções do Estado e da sociedade na relação com os ‘carentes’” (AMMANN, 2003, p. 137).

Yasbec (2012), seguindo essa base de análise, afirma que, historicamente, a experiência colonial e a escravidão delongada incumbiram à classe trabalhadora a sua própria sobrevivência. Avalia que, até fins do século XIX, foram desenvolvidas obras sociais e filantrópicas, ações de ordens religiosas, redes de solidariedade e familiares que deram lugar a práticas sociais ligadas à sobrevivência, sem o recurso ao “mercado”.

A autora lembra a relevância de se considerar que, mesmo com as modificações históricas e culturais, a industrialização vai dar origem à questão social. Nesse período, houve, pela primeira vez, sua nomeação, fato que acarretou uma transformação radical dos “mecanismos de proteção social dos indivíduos, desenvolvidos até então, principalmente, pelas famílias, ordens religiosas e comunidades, por meio de regime de obrigações pessoais” (YASBEC, 2012, p. 1- 2).

Neto (2008), nessa direção, salienta que o vinco da assistência social até os anos 70 do século passado estava empenhado ao favor, à benemerência e às várias formas de filantropia.

Por essa via de análise, Telles (1999), tomando como base Faleiros (1996), considera que os indivíduos têm o acesso aos serviços não como cidadãos, mas por critérios particularizados, seletivos, focalizados e definidos através de terceiros, no caso, pelos grupos comunitários, organizações não governamentais que geram os serviços.

Quanto à focalização da política social, Demo (2003, p. 97) considera que ela tende a designar “para o pobre coisa pobre, enquanto que, se se tratar de política social de qualidade, fica mais facilmente para os ricos”. Defende que ela deve ser evitada, mas que, em sociedades com desigualdades sociais tão extremas, como no caso brasileiro, é imprescindível “desde que seja de baixo para cima”. Desse modo, entende que os problemas sociais devem ser enfrentados, exigem políticas estruturais, porém, essas não se reduzem ao plano econômico de geração de emprego e renda.

De acordo com os estudos mencionados, a atitude do grupo voluntário da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias tem relação com a questão social no Brasil. Os componentes do grupo, segundo os relatos de alguns deles, agiram em função dos seus princípios religiosos, mas também movidos pela sensibilizados com a situação de pobreza das crianças e adolescentes. Naquela ocasião, entendiam sua ação como “proteção social”.

A pobreza, dessa maneira, não era assimilada como expressão da questão social, entretanto, o indivíduo continua sendo culpabilizado por uma situação não originada por ele. O estado de pauperização vivenciado por grande parcela da população brasileira era apreendido como uma “disfunção pessoal”, as pessoas eram tratadas como desajustadas, a família vista como desestruturada (denominação muito utilizada, ainda, nos dias atuais) e encaminhadas para os espaços de asilamentos. Sobre essa questão, Sposati ressalta que “os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes” (SPOSATI, 1992, p. 42).

A situação vivenciada por parte da população menos favorecida era interpretada como responsabilidade sua, por conseguinte, analisada como sendo “por não saber vencer na vida”. Para Faleiros (1985), a pessoa era culpada, avaliada e julgada pela sua situação, “legitimando-se essa ideologia por critérios morais, de uma moral natural. Como se o fato de existir pobres e ricos fosse um fenômeno natural e não o resultado do tipo de produção existente” (FALEIROS, 1985, p. 11). O problema não era analisado a partir de uma realidade socioeconômica decorrente do sistema que produzia as relações sociais vigentes no país.

Nessa linha de raciocínio, “os pobres⁶⁵ são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles

⁶⁵Conforme Yasbec (2012), abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga; pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo, pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo. Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza.

um lugar na sociedade” (AMMANN, 2013, p. 58). E, por conta desse lugar, as pessoas não são percebidas nas suas qualidades, são discriminadas pelas suas condições de vida, determinadas pelo sistema excludente, que se inscreve em uma sociedade “dividida internamente e fraturada por suas contradições e antinomias”(TELLES, 1998, p.38).

Behring e Boschetti (2011) sinalizam que as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são benefícios e configurações de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo. Yasbec (1997, p. 6), autora que, também, transita nessa discussão, avalia da seguinte forma:

Essa tradição histórica brasileira de deslocamento do Estado para atender às demandas do capital em detrimento das necessidades sociais tem sido caracterizada como implementação de políticas de ‘corte’ liberal e individualista, referente à desigualdade e às práticas diferenciadas do mercado, despolitiza as relações sociais, reforça preconceitos e desestrutura políticas no campo social.

Diante do que afirma a autora, concluímos que a política infanto-juvenil brasileira se inscreve nessa realidade descrita. Embora ela tenha sido parte da agenda do Estado, pelo menos no campo teórico, sempre se mostrou contraditória, pois, historicamente, o governo, em suas três instâncias, sempre delegou a responsabilidade para a sociedade civil. Esse mote se relaciona com a ponderação de Mestriner (2011, p. 17) sobre a assistência social no Brasil: "A Assistência Social pública se voltou historicamente para a introdução de mecanismos de apoio às organizações, e não diretamente à população”.

As necessidades da população, no contexto percorrido pela pesquisadora, continuaram mediadas por organizações sem fins lucrativos, “truncando a possibilidade da efetivação da cidadania dos segmentos fragilizados [...], num obscuro campo de publicização do privado, sem delinear claramente o que nesse campo era público ou era privado” (MESTRINER, 2011, p. 17). Por causa da ausência do Estado, no dizer da autora, surgem ações de instituições não governamentais. É nesse cenário, então, que em Vitória da Conquista, especificamente, é criada a Associação de Amigos da Pastoral do Menor, com o objetivo de “assistir” crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (naquele período, denominados de carentes).

Ao tratar sobre o movimento em prol da criança e do adolescente no Brasil, Nastari (2006) analisa que a articulação das diversas instituições que atuavam na área infanto-juvenil é estimulada pela criação da Pastoral do Menor Nacional (1977) e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985). A consideração do autor pode ser relacionada com a afirmação de um dos sócios fundadores, Sr. Santino, quando relata que o Pe. Benedito tinha

como referência, para a atuação com as crianças e adolescentes localizadas nas ruas da cidade, a proposta da Pastoral do Menor Nacional. Assim narra Santino:

Então ele fez aquele documento⁶⁶ e mandou a gente justamente como participante da Igreja, lá da Catedral agisse né e procurasse ver uma melhora para esses meninos que viviam na rua, andavam com seus avós, seus pais para pedir na rua e voltar fora de hora e não tinha como ficar essa situação. E a gente saiu, [...] pra direção do bairro Petrópolis, né?

A situação narrada por Santino é expressão da questão social no município: o poder local não desenvolvia ações na área da criança e adolescente. A Igreja, então, se propõe a atuar e, apesar de ter como discurso acolher “os pequeninos”, conforme documento⁶⁷ da Pastoral do Menor Nacional, é mantido até hoje o slogan da sua criação: Quem Acolhe o Menor a Mim Acolhe. Delega, assim, para os voluntários assumirem as ações com o grupo social em questão, sem, contudo, garantir nenhuma contribuição financeira para a ação e pessoal capacitado para atuar junto ao público a que se propôs. Entendemos que a “boa vontade” não muda a realidade, escamoteia-a.

No referido documento, em âmbito Nacional, a Pastoral afirma que é o começo de uma luta contra todos os tipos de violência a que são submetidas crianças e adolescentes no país. E considera ainda que

os três desbravadores⁶⁸ percebem e sentem-se impulsionados pela situação das crianças que transitam na Praça da Sé da grande metrópole. Percebem a dramática situação das Febens do Brasil e decidem desenvolver um trabalho de acolhimento e defesa ao menor na diocese. Percebem, no entanto, que sozinhos não chegariam a nenhum lugar, pois a realidade numérica era bem maior. Pensam em envolver os católicos nesta luta. [...] O grupo cresce. É preciso acima de tudo dar um cunho Pastoral ao trabalho. Não basta atender

⁶⁶ O documento a que faz referência o Sr. Santino é uma folha de papel manuscrita pelo Pe. Benedito Soares, onde consta um diagnóstico sucinto da realidade da criança e adolescente do bairro.

⁶⁷ Esse documento está sem capa e data, entretanto, em sua segunda página, é denominado de Princípios e Diretrizes da Pastoral do Menor no Brasil. “A criança empobrecida sempre esteve presente na história do Brasil” (p.1). E, no decorrer do tempo, “várias soluções foram aventadas e muitas postas em prática, tanto pela Igreja quanto pelos Organismos da Sociedade Civil e pelo Estado”, mas considera que **precisa** de uma postura crítica: “Podemos, porém, constatar que estas soluções, frequentemente, careciam de uma postura crítica diante da situação sócio-político-econômica em que viveu e vive o povo brasileiro”. (p.1). Pondera ainda que “Estas soluções partiam do pressuposto de que a ordem estabelecida estava dentro dos parâmetros normais. Pobreza, miséria, meninos e meninas na rua eram situações peculiares, que representava uma parte da população que não tinha sabido vencer na vida” (p.1).

⁶⁸ Segundo o documento supracitado, o trabalho da Pastoral do Menor, no âmbito nacional, começou através de três pessoas: “Se tem notícia que tudo começa com trabalhos de D. Luciano Mendes de Almeida, então bispo auxiliar da grande São Paulo, D. Ruth Pistore, Assistente Social da FEBEM/S.P e Ir. Maria do Rosário, salesiana, então professora na Universidade Católica de São Paulo - PUC” (PASTORAL DO MENOR, s/d, p.1).

um grupinho de meninos, precisa reverter o quadro (PASTORAL DO MENOR, s/d, p. 1).

Assim é que surge, no cenário nacional, um discurso novo de proteção à criança e ao adolescente pela Igreja Católica, que, de acordo com o mesmo documento analisado,

percebe a situação e prepara para o ano de 1987 a CF [Campanha da Fraternidade] com o tema ‘Quem Acolhe ao Menor a Mim Acolhe’ [...] Nascia assim, os Articuladores Nacionais que deliberaram pela criação de um Secretariado Nacional que pudesse assessorar a CNBB, além de ajudar cada um dos regionais na implantação da Pastoral do Menor, e preparar a CF 87 que vem despertar quem ainda não tinha percebido a situação. Surgem Programas em todo o país (PASTORAL DO MENOR, s/d, p. 1).

A condição do público infanto-juvenil em situação de rua não era um caso isolado no Brasil, pois, na década de 1980, essa população passa a ser preocupação de organizações governamentais e não governamentais que atuavam na área social no país. As crianças, adolescentes e jovens encontrados nas ruas de Vitória da Conquista pelo grupo que, posteriormente, criou a AAPM não surgiram do nada, são resultado de uma realidade oriunda do sistema que rege o país, do modo capitalista de governar.

No Brasil, violência contra o grupo social tratado anteriormente decorre do ajuste econômico ocorrido no país, fomentado pelo neoliberalismo nos últimos anos. Essa consideração é de Santos (2007) que, tomando como referência Wacquant (2001), avalia:

Um grupo social de ‘vulneráveis, ou ‘descartáveis que [...] estão condenados a uma ‘vida de riscos’. Essas crianças e esses adolescentes [e esses jovens] experimentam em seu cotidiano várias formas e manifestações de violência que vão deste a violência no âmbito doméstico à violência estrutural. (SANTOS, 2007, p. 74).

O autor entende que essa condição é proveniente do processo de destituição de direitos que, segundo ele, é “configurado pelo receituário e pelos seus correlatos à reestruturação produtiva e à mundialização financeira” (SANTOS, 2007, p. 63). Como resultante desse processo, advêm a precarização, o desmonte e a desregularização das relações de trabalho. Nesse contexto, as pessoas passam a ser consideradas coisas, a condição humana⁶⁹ não interessa ao capital, interessa o lucro, a mais-valia é que faz o grande diferencial.

⁶⁹ Para Hannah Arendt (1995, p.17), a condição humana abrange algo mais que as circunstâncias nas quais a vida foi dada ao homem: “Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência”. Assim, os homens, segundo os princípios arendtianos, são sempre seres condicionados, por isso, a existência humana é inviável sem as coisas e estas seriam “um não mundo”. Arendt compreende o homem como um ser em ação, plural, percebe-o na relação com o trabalho e resultado dele (obra), dessa forma, valoriza o homem enquanto ser que sobrevive, trabalha, cria um espaço comum num processo de interação com os outros. O homem é compreendido em sua totalidade, é a partir do direito que ele construirá um mundo com espaço para todos.

Costa (2012), na mesma linha de interpretação de Santos (2007), enfatiza que a dignidade humana é uma edificação cotidiana no processo de luta pela afirmação de seu reconhecimento, ou seja, é a materialização de condições de vida fidedignas para os sujeitos. Dessa maneira, entende-a não só como algo intrínseco à pessoa simplesmente por ter nascido humana, é “uma condição atribuída às pessoas na medida em que são reconhecidas desde o contexto sociocultural no qual estão inseridas [...], trata-se de um processo de busca, de afirmação e conquista” (COSTA, 2012, p. 104-105). A compreensão da autora é a de que a dignidade humana significa mais que o sentimento de vazio suscitado pela falta. Logo, é mais ampla do que a privação não compreendida como tal pelas pessoas a ela ligadas.

A autora, ao tratar das necessidades humanas, faz uma análise interessante. Consideradas, por ela, como imperativos concretos, são definidas a partir de processo individual e coletivo. Os direitos fundamentais têm caráter interdependente, assim, o direito à vida está diretamente relacionado com o direito à educação, à saúde, entre outros. Na sua leitura, um modelo de Estado, que intenciona garantir os referidos direitos, “deve pautar-se pela interdependência e avançar em estratégias para que a democracia ultrapasse o limite da formalidade e seja um espaço de construção política para a garantia de outros direitos” (COSTA, 2012, p. 113-114).

A provisão dos mínimos sociais⁷⁰, segundo Pereira (2008), é uma medida antiga decorrente das sociedades de classes: feudais ou capitalistas. Entendido como mínimos de sobrevivência, esteve sempre presente nas agendas da classe dominante para responder as consequências da pobreza extrema. Assim, podia ser “qualquer coisa” porque para os pobres, os abandonados, “os sem direitos”, não havia regulações sociais norteadas por valores, princípios ou critérios.

Santos (2007) considera que, na contemporaneidade, um grande número de pessoas é, economicamente, dispensável, encontrando-se à margem da produção capitalista. Para o pesquisador, várias categorias - mulheres, homens, idosos, crianças, adolescentes e jovens, experimentam, cotidianamente, situações adversas para a sua sobrevivência, configurando-se como uma população desprovida de seus direitos. No entender do autor, são pessoas que não pertencem a nenhum “lugar no mundo”. Sem esse “lugar”, “ficam sujeitas a viver em uma

⁷⁰ A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) estabelece, no 1º artigo, que a Política de Assistência Social “provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas”. Pois, falar em direitos e políticas sociais, na atualidade, “implica recorrer ao conceito de necessidades humanas básicas” (PEREIRA, 2008, p. 37).

realidade de violência da qual podem ser eliminadas” (SANTOS, 2007, p. 62). São os desfilados, segundo Castel (1998).

Nos municípios se apresentam os efeitos perversos desse processo de “esfacelamento dos direitos”, onde muitos de seus habitantes sobrevivem sob condições bastante críticas, em situações “perfiladas nas urgências da vida cotidiana”. Nesse contexto, para o pesquisador, é que se apresentam as facetas da violência a que o grupo social mencionado está cotidianamente submetido, a saber: doméstica, abuso e exploração sexual, física, policial, estrutural, entre outras.

Santos (2007) relaciona a realidade exposta por ele com a realidade do município de Vitória da Conquista, considerada como um polo econômico em destaque, a terceira maior urbe do Estado da Bahia. O crescimento urbano dessa cidade advém do processo de industrialização desde os anos 40 e o êxodo rural como consequência dele. O município vem, nos últimos anos, apresentando um inchaço visível e, conseqüentemente, o fenômeno da pobreza, já discutido neste capítulo. Acresce-se a esses dados o fato de estar localizada em uma BR, a 116, o que facilita a entrada de pessoas das diversas regiões do Brasil, contribuindo, assim, para o aumento das mazelas sociais e para uma aparente desigualdade social.

Em seu estudo sobre juventude em bairros periféricos de Vitória da Conquista, Lima (2010), em consonância com Santos (2007), discorre sobre a proposição de uma cidade e duas sociedades. De acordo com a pesquisadora, nos dias atuais, a cidade ainda traz na sua história a divisão de sua origem, e o processo de urbanização marca a expansão de bairros sem estrutura, decorrente disso o artifício da periferização na urbe. Assim, em sua leitura, “a cidade faz parte de uma sociedade estratificada, profundamente dividida. A ação governamental não tem ainda garantido uma cidade para todos e todas” (LIMA, 2010, p. 57).

É nesse contexto que tem se delineado a proposta da Igreja Católica e o discurso do Estado de garantia de direitos da população infanto-juvenil no país, sob *dois pesos e duas medidas*, como analisa Espinheira (2008). A infância e a juventude brasileiras, em sua amplitude, ainda não foram contempladas pelo Sistema de Garantia de Direitos formatado a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. Salientamos, diante disso, que a história requerida por Rizzini (2008) tem muito a se escrever no país das disparidades socioeconômicas e da concentração de renda nas mãos de poucos.

No trato com a política infanto-juvenil no Brasil, as contradições continuam transcorrendo nesse cenário. Após vinte quatro anos da promulgação do ECA, da Doutrina de

Proteção Integral⁷¹, a Igreja Católica, apesar de seu discurso de defesa dos “pequenos”, de acolhimento à criança e ao adolescente da classe trabalhadora, em *tempos modernos*, continua, estigmatizando-os quando, ainda, mantém o termo “menor” em seu slogan: “Quem Acolhe o Menor a Mim Acolhe” e em sua denominação: Pastoral do Menor. Isso é bastante paradoxal para os dias atuais, pois temos um sistema de garantia que orienta quanto ao tratamento e cuidado com a infância e juventude. Levantamos uma importante interrogação: Por que a Rede de Proteção não tem se posicionado quanto a essa problemática?

Estudiosos da área da infância e juventude analisam que o termo “menor”, utilizado, no Brasil, para identificar os filhos das classes populares considerados “perigosos”, tem sentido para a outra classe, a que, inclusive, deu origem à situação de pobreza e vulnerabilidade a que estão submetidos cotidianamente.

Rizzini (1993, p. 96), ao tecer análises a respeito dessa questão, avalia:

Menor não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral, e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas.

Consideramos a relevância da reflexão feita pela autora, pois a denominação menor é uma desqualificação do público infanto-juvenil, que o coloca numa condição de menor valor, nesse sentido, o mito de bandido formula o lugar para os jovens moradores das periferias urbanas.

Rizzini (1993) parece conjecturar sobre o sentimento do público atendido pela AAPM e, especificamente, dos jovens, os quais têm mais capacidade de senso crítico. Em função disso, sabem que é assim que são tratados pela sociedade brasileira quando se deparam com o nome da Instituição na qual são atendidos. Moram em um bairro perpassado por diversas mazelas sociais, são oriundos de famílias com diversas fragilidades e necessidades não satisfeitas. Desse modo, avaliamos a importância dessa ponderação, visto que podem estar

⁷¹Fachinetto (2009, p. 53) analisa que a proteção integral da infância e juventude tem como referência o pressuposto “de que todos os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser reconhecidos e se constituem em direitos especiais e específicos pela condição que ostentam de pessoas em desenvolvimento”. O autor considera para aplicação da nova doutrina a existência de um *tripé fundamental*, a saber: a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; a prioridade absoluta e a noção de sujeitos de direito.

sentindo-se “desconfortáveis” quanto à identificação com o lugar que os acolhe, com a proposta de garantia de direitos.

Ao relacionarmos o slogan – *Quem Acolhe o Menor a Mim Acolher*– com a proposta da Pastoral Nacional, a saber, “careciam de uma postura crítica diante da situação sócio-política-econômica em que viveu e vive o povo brasileiro” (PASTORAL DO MENOR, s/d, p. 1), identificamos um aspecto contraditório: a Igreja fala de uma postura crítica, contudo, continua tratando como “menores” o público a que se propõe “cuidar”.

Segundo Rizzini, Barker e Cassaniga (1999, p. 6):

A história da assistência à infância [e juventude] no Brasil revela que a ênfase tem sido sobre deficiências, desvios e problemas relacionados às crianças [adolescentes e jovens], criando-se categorias que as [os] estigmatizaram e impediram o desenvolvimento de um sentido de cidadania. Nesta linha, foram criadas políticas públicas paliativas e serviços de baixa qualidade para os pobres, que contribuíram para acirrar as desigualdades sociais.

Reconhecer a existência de categorias especiais de direito no Brasil - infância, adolescência e juventude - demanda, inicialmente, o conhecimento de sua história, levando em conta o atendimento a elas dispensado ao longo do tempo, especificamente, para os tratados como “abandonados”, abrigados, ou melhor, colocados e institucionalizados em espaços inadequados para sua condição, inclusive, condição humana. Essa realidade esteve caracterizada por intenso conteúdo que os estigmatizava e os marginalizava, “com ênfase na segregação em instituições das mais diversas matizes e sob fundamentos que, antes de protegê-las e desenvolvê-las como seres humanos, tinham como preocupação caracterizá-las como uma ameaça ao futuro da cidade” (FACHINETTO, 2009, p. 15).

Essa realidade começa a ser revista a partir da Constituição de 1988, quando a Assistência Social se inscreve como direito social a ser considerado como política social e de proteção no Brasil, juntamente com a Saúde e com a Previdência Social, compondo o tripé da Seguridade Social. Mas, somente pela promulgação da lei, a população que dela necessita não terá a garantia dos seus direitos no cotidiano de suas vidas, problemática essa que, para Koga (2006), denuncia a distância entre a garantia da política e a prática do favor e da filantropia. Configura-se, com isso, o confronto entre os dois paradigmas através das práticas cotidianas protagonizadas pelos órgãos gestores da política de Assistência Social e das diversas organizações sociais.

É a partir da promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que, em 1993, a Assistência Social vai se configurando como política no Brasil. O modelo de

institucionalização existente foi sendo revelado, contexto que marcou a transição da antiga estrutura da Assistência Social no país (BRASIL, 2007). A Legião Brasileira de Assistência (LBA) era a responsável pela área, instância que, para Mestriner (2011, p 295), tinha a capilaridade e “uma forte burocracia com segmentos articulados e resistentes aos processos de mudanças”. A sua extinção significou “um divisor de águas” no cenário nacional, contudo, romper com as velhas estruturas numa proposta nova, certamente, não é tarefa simples. Sublinha a autora que o velho e novo vão conviver em confronto, pois se contradizem.

Koga (2006, p. 50) avalia que, nesse cenário, a pobreza vai se configurando nas relações sociais, colocando a “benesse” como intervenção entre os “desfiliados”⁷² e os “filiados”, os donos do poder “como moeda de garantia da própria sobrevivência e manutenção da subalternidade”. A dificuldade em se efetivar a Assistência Social como política pública no Brasil, consoante a pesquisadora, encontra parte de suas explicações nas raízes histórico-societárias que marcam a prática socioassistencial desde os primórdios coloniais.

Nessa seara de discussão, Ferreira (2000, p.145), ao abordar a relação entre Estado e sociedade civil, analisa a relevância de se considerar duas dimensões dessa relação, a saber: 1) a relação entre Estado e o mundo da filantropia, “tradicionalmente ligado à área da assistência social”; 2) a relação entre Estado e sociedade diz respeito aos mecanismos de participação e controle social que a sociedade tem para garantir a assistência social enquanto direito. Nessa direção, pondera a autora que, no Brasil, a relação entre o poder público e as instituições assistenciais é “tradicionalmente” marcada pela lógica da filantropia e benemerência, isto é, pelo princípio do dever moral.

De acordo com a estudiosa, a consideração legal da assistência como direito não inverte imediatamente as práticas na área em questão, pois ainda está enraizada na cultura da política brasileira, entretanto, legalmente são normatizados direitos e deveres, definidos por como “os pilares sob os quais está fundada a possibilidade de reversão da lógica do favor para a lógica do direito”. Mesmo em outra conjuntura, em tempos de SUAS⁷³ e depois de aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ainda vivenciamos aspectos da realidade descrita pelos estudiosos que amparam teoricamente as análises deste capítulo, a relação das

⁷² Para Castel (1998), “desfiliados” são as pessoas que estão fora da relação de trabalho. Na perspectiva do autor, são aqueles que, além de estarem sem emprego, perderam os vínculos construídos no mundo do trabalho e com a sociedade.

⁷³ O modelo de gestão do Sistema Único de Assistência Social, para Sposati (2004), “é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais”. Conforme a autora, O SUAS discorre sobre a universalização da proteção social através da política de assistência social e define sobre sua organização, funcionalidade nas três esferas de gestão governamental.

velhas estruturas com as novas, considerada por Mestriner (2011).

Em se tratando da política da criança e do adolescente nos diversos municípios brasileiros, as ações nessa área ainda estão gestadas, em sua grande maioria, por instituições não governamentais, substituindo-se o papel do poder público como já citado. Essa realidade não é diferente em Vitória da Conquista, cidade onde a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente (RADCA)⁷⁴ tem o papel de cadastrar, coordenar e articular as ações da política infanto-juvenil no município, conforme consta no site da Instituição. A Rede, atualmente, tem cadastradas três (03) instituições governamentais e vinte e uma (21) instituições não governamentais.

No âmbito municipal, em se tratando da política infanto-juvenil, apesar de o gestor, ao longo dos três (03) mandatos, sempre ter se identificado como “prefeito amigo da criança”, registra-se apenas um programa social gestado com recursos próprios e os demais do âmbito federal, com recursos municipais de contrapartida. Está, portanto, sob a responsabilidade da sociedade civil a maior demanda. O poder público entra como parceiro de uma ação que é de sua competência, transmitindo um grande encargo às instituições filantrópicas, como em tempos passados, com todas as fragilidades já analisadas neste capítulo.

Esse fato, na perspectiva de Dagnino (2005), está relacionado com a perversidade do modelo neoliberal, que ressalta a participação da sociedade civil na relação com o Estado, com o Mercado e com a Rede Socioassistencial. Assim, conforme a autora, as relações entre o Estado e as Organizações Não-Governamentais parecem formar uma arena exemplar da afluência perversa, pois são vistas como os parceiros ideais pelo Estado empenhado na transferência de suas responsabilidades para a esfera da sociedade civil.

Nas décadas de 1980 e 1990 e na subsequente, a sociedade brasileira esteve bastante interessada e mobilizada para uma participação ativa nos espaços de exercício de cidadania, mas, na atualidade, estamos vivendo tempos críticos. Parece que houve um “esmorecimento” por parte da sociedade civil quanto a sua atuação nesses “lugares” de controle social, questão que contribui para a fragilização das políticas públicas brasileiras.

A situação vivenciada pelo grupo social atendido pela Associação de Amigos da Pastoral e demais crianças, adolescentes e jovens desse país de realidades tão díspares só será escrita com outra história, tal qual proposta por Rizzini (2008), quando o Estado assumir o seu papel com a efetivação das políticas públicas; quando a Igreja não só recomendar acolher os

⁷⁴ De acordo com o site da referida Rede, ela foi criada em 1999 pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista em parceria com o BNDES e a Fundação Telefônica. Disponível em: <www.blogger.com/profile>. Acesso em: 15 abr. 2015.

“pequeninos”, mas, realmente, concretizar o que propõe em seu discurso; quando a Academia se interessar por pesquisar seus objetos de estudos não só para colocá-los nas prateleiras de suas bibliotecas “para as traças comerem”; e, ainda, quando a sociedade brasileira repensar em sua postura frente a uma realidade tão complexa como a do nosso país.

Talvez, assim, possamos vislumbrar e concretizar a Proteção Integral prevista pelo Estatuto da Criança e Adolescente ao grupo social referido neste estudo e, possivelmente, escrever e ler para outras crianças, adolescentes e jovens, em outra conjuntura, a história da perspectiva de Rizzini. Setemos certa de que a mudança da realidade dos sujeitos aqui mencionados somente se dará assim, não podemos dizer o mesmo no tocante à efetivação de mudanças necessárias e urgentes em vários âmbitos no/do nosso país, condição ímpar para que a juventude aqui discutida tenha seus direitos garantidos e concretizados.

Apesar das análises feitas a respeito do trabalho desenvolvido pelas instituições filantrópicas no Brasil, é importante ponderar, no presente trabalho, que a ação da Associação de Amigos da Pastoral do Menor no município de Vitória da Conquista, nos seus vários anos de atuação, mesmo tendo limitações e fragilidades, tem contribuído, consideravelmente, com a área da infância e juventude nas Pedrinhas, no Bairro Cruzeiro, em seu entorno e no município.

Essa nossa afirmação passa ou não a ser ratificada a partir das narrativas dos interlocutores no terceiro capítulo, onde trabalhamos a temática da juventude, e especificamente, da juventude das Pedrinhas em Vitória da Conquista.

4 O SILÊNCIO QUE NÃO QUER CALAR: AS NARRATIVAS DOS JOVENS TECENDO OUTROS OLHARES SOBRE O BAIRRO

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais [...]; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia (Milton Santos).

Neste capítulo tratamos do tema da juventude, considerado como uma categoria social, histórica e culturalmente construída, à luz de alguns autores da sociologia contemporânea, como Dayrell (2007), Pais (1990), Guimarães (2005), Castro (2002), Martins e Carrano (2011), Abramo (2005), entre outros. Perceber a categoria mencionada como uma fase da vida que distinguiria a saída da infância até a entrada no mundo adulto, vivenciada homogeneamente, é desconsiderar as condições dos integrantes dos grupos juvenis. Nessa perspectiva, analisamos as abordagens referidas, relacionando-as com as narrativas dos jovens moradores das Pedrinhas.

4.1 JUVENTUDE: UM CONSTRUCTO SOCIAL, HISTÓRICO E CULTURAL

Partimos do pressuposto de que, enquanto categoria, juventude deve ser considerada a partir de sua pluralidade e analisada como uma construção social. Juventude, para Fachinetti (2009), não pode ser entendida como um conceito que sempre existiu e que, com o passar do tempo, continuou tendo o mesmo significado, pois, provavelmente, em outro momento histórico, suas definições tenham sido distintas das de hoje.

De acordo com Dayrell (2007), é necessário desvincular a noção de juventude de critérios rígidos e considerá-la a partir de uma perspectiva de heterogeneidade, como parte de um extenso processo do conjunto das vivências dos indivíduos nos diversos contextos sociais. Salienta o autor que a juventude constitui um período específico, porém, não se restringe a uma passagem e muito menos se finda com o aparecer da adultidade. Assim, é um “processo influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (DAYRELL, 2007, p. 158).

Zucchetti e Bergamaschi (2007) também consideram a pluralidade ao se referirem à expressão juventude. Para essas autoras, o vocábulo se diferencia no tempo e no espaço

como construção histórica, social e cultural. A constatação e a concordância da diferença nos leva a refletir sobre a ideia de “normalidade” almejada por educadores que defendem a possibilidade de se descobrir um referencial de vivenciar esse período da vida. Na análise das estudiosas, há de se reconhecer, também, que, do mesmo modo como ocorre com a infância, é presumível apresentar a juventude como uma categoria histórica. Sinalizam algumas características do período vivenciado pelos jovens: transitoriedade, inquietudes e as ritualísticas da passagem. Ponderam a existência da dificuldade em identificar os ritos de saída, pois são menos visíveis, mas sublinham que são definidos, geralmente, pela saída dos jovens da casa dos pais, pelo ato do casamento e, principalmente, pela independência econômica deles a partir da inserção no “mundo” do trabalho.

Pais (1990, p. 151, grifos do autor), ao analisar a temática, considera que é uma categoria sujeita a mudanças.

O interessante será justamente dar conta das possíveis diferentes discontinuidades e rupturas que marcam a transição dos jovens — ou, melhor, de determinados grupos sociais de jovens — para a vida adulta. Para dessas possíveis discontinuidades e rupturas dar conta torna-se, no entanto, necessário olhar a juventude não apenas como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada *fase de vida* mas também como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens; isto é, torna-se necessário passar do campo semântico da juventude que a toma como *unidade* para o campo semântico que a toma como *diversidade*.

Parase estudara realidade, o autor destaca que é preciso levar em conta a sua complexidade e, na mesma linha de Dayrell (2007) considera que não pode ser estudada de forma homogênea e coesa. Para tanto, sugere uma “sociologia pós-linear”, cuja análise verifica uma necessidade implícita de se atentar para as discontinuidades através das continuidades. Ressalta que a vida é feita de “saltos”, nesse sentido, os jovens passam de um âmbito para outro, ritualizando identidades distintas.

Pais (1990) afirma que, histórica e socialmente, a categoria em questão tem sido considerada como uma fase de vida caracterizada por certa inconstância e associada a determinados “problemas sociais”. Argumenta que o grupo juvenil pode ser estigmatizado e identificado como pessoas “irresponsáveis” ou “desinteressadas” se não se esforça para contornar os referidos “problemas”. À medida que os jovens vão assumindo responsabilidades, passam a adquirir o “estatuto de adultos”. Considera, ainda, que, na

atualidade, a problemática maior que vem afetando a juventude e que faz dela um “problema social” é a dificuldade da sua inserção no mundo do trabalho.

Em seu estudo sobre trabalho juvenil em Portugal, Pais (1991) analisa as trajetórias de vida e horizontes de futuro dos jovens. Considera que a juventude, entre as várias gerações, parece ser a mais vulnerável ao impacto da transformação social e destaca a precariedade de emprego e as diversas experiências de trabalhos esporádicas e inseguras vivenciadas pelos jovens na fronteira do legal e do ilegal, da formalidade e da informalidade. No contexto citado, segundo Molin (2006, p. 390),

no desafio de biografar jovens na contemporaneidade, Pais depara-se com o avesso das histórias de vida, do tipo ‘nasceu, frequentou a escola, chegou à universidade, publicou sua primeira obra’ ou, pelo contrário, ‘nasceu pobre, desde cedo entrou para as drogas e o crime’.

Ao tratar sobre a passagem para a vida adulta, Pais (1991), no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, sublinha que os jovens de diferentes realidades sociais vivenciam um processo de indeterminação após a saída do sistema educacional, independentemente da idade e de ter ou não concluído um curso, com diplomas desvalorizados ou sem diplomas. A passagem à qual se refere o autor não é unidimensional, da mesma forma não o é o próprio cotidiano juvenil. Cada jovem, para ele, vive um acontecimento de uma forma, portanto, cada sujeito⁷⁵ tem sua própria história, uma trajetória individual⁷⁶.

Molin (2006, p. 390), analisando o trabalho de Pais (2001) sobre os percursos dos jovens, afirma que a sua pesquisa aponta que não existem “heróis”, “bandidões”, mas jovens. E ressalta:

Suas estratégias de desenrascamentos, que lutam para ter dinheiro, consumir, fugir do fantasma paterno, cada vez mais distantes daquele sistema ideal de emprego, estudo e família, ou dos maniqueísmos vendidos em políticas de inclusão social. Na concepção do autor, é perigoso falar em inclusão em uma sociedade que exclui. Neste aspecto, a realidade é, ao mesmo tempo, sombria e animadora; sombria pela presença constante da ineficácia da

⁷⁵Dayrell (2007, p.159) compreende a relevância de se articular a categoria juventude com a de sujeito social. Desse modo, afirma: “o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade”.

⁷⁶ Segundo Sachetti (2003), relaciona-se com as “encruzilhadas” com as quais os jovens se deparam e que estão associadas com a família, a classe, entre outros. Concatena com a história do sujeito, cada indivíduo tem sua trajetória de vida.

Escola em produzir perspectivas, na precariedade e perversidade das relações de trabalho e emprego. O fio de esperança parece justamente refletido na grande energia inventiva dos jovens em batalhar por ideais que quase sempre são incertos ou inexistentes, ou na luta pela própria sobrevivência.

Os percursos cotidianos dos jovens, de acordo com Pais (2001) são feitos de “vai e vem”⁷⁷. Também as trajetórias do público estudado são descontínuas e incertas, revelam que a vida dos jovens apresenta uma característica de cruzamentos, rupturas e inconstâncias perante as estruturas sociais. Os jovens buscam deslocamentos notraçado das etapas da vida: infância, escola, adolescência, juventude, trabalho, entre outros. A relação deles com a escola – universidade – trabalho é escorregadia, e, talvez por isso, trafegam linhas lisas e subvertem as fronteiras temporais.

Nesse sentido, consideramos que a continuidade dos estudos, para os jovens das classes trabalhadoras, não é uma necessidade acessível para todos. Por isso, a sua inserção no âmbito do trabalho, formal ou não, é uma condição que se faz presente no cotidiano concreto deles por uma questão de sobrevivência.

Segundo Dayrell (2007, p. 1112-1113),

a sociedade joga sobre o jovem a responsabilidade de ser mestre de si mesmo. Mas, no contexto de uma sociedade desigual, além deles se verem privados da materialidade do trabalho, do acesso às condições materiais de vivenciarem a sua condição juvenil, defrontam-se com a desigualdade no acesso aos recursos para a sua subjetivação. A escola, que poderia ser um dos espaços para esse acesso, não o faz. Ao contrário, gera a produção do fracasso escolar e pessoal.

Para autor, o jovem da classe trabalhadora é convocado pela escola “a ser o mestre da sua identidade e de sua experiência social, ao mesmo tempo que é posto em situação de não poder realizar este projeto” (DAYRELL, 2007, p. 1122-1123). Nessa direção, afirma que, no Brasil, para um número considerável de jovens, para os que foram excluídos sem concluir o ensino básico, a realidade assinala que a experiência escolar contribui de forma insignificante na construção da sua condição juvenil. Os jovens dessa classe “já vivem sua juventude marcada pelo signo de uma inclusão social subalterna, enfrentando as dificuldades de quem está no mercado de trabalho sem as certificações exigidas”.

⁷⁷De acordo com Molin (2006, p. 392), “As trajetórias yo-yô, metáfora extraída do brinquedo que sobe e desce, vai e vem, mostram que a vida dos jovens, explícitas em seus discursos coloridos de gírias e incongruências, apresenta uma característica hipertextual como a de navegarmos em páginas da Internet, que nos levam a outras páginas e, por vezes, a caminhos muito diferentes em relação ao ponto de partida”.

Em conformidade com Dayrell (2007), Guimarães (2005) argumenta que os jovens que concluem o ensino médio têm maior oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal, apesar de enfrentarem algumas dificuldades por conta do processo da precarização do trabalho na realidade brasileira a partir da década de 1990. Reconhece, porém, que a parcela de jovens que evadiu ou que permanece no sistema educacional com defasagem de ensino-aprendizagem depara-se com obstáculos maiores. E, caso já tenha constituído família, a complexidade é maior. Assim sendo, constitui “um bolsão de pobreza e miséria que desafia as políticas públicas, demandando um foco à mais, em especial, no que concerne às políticas educacionais” (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

Dayrell (2007, p. 1124-1125), em sua análise, ainda assegura:

Para aqueles que frequentaram e frequentam o ensino médio, parece que a escola contribui, em parte, na construção e na vivência da sua condição juvenil. E é em parte, porque a escola perdeu o monopólio da socialização dos jovens, que vem ocorrendo em múltiplos espaços e tempos, principalmente, naqueles intersticiais dominados pela sociabilidade, [...]. Implica reconhecer que a dimensão educativa não se reduz à escola, nem que as propostas educativas para os jovens tenham de acontecer dominadas pela lógica escolar.

A escola⁷⁸ na compreensão do autor, em sua amplitude, precisa reconhecer que “seus muros ruíram” e que o corpo discente, portador de outras vivências, traz para o universo escolar “suas experiências sociais, demandas e necessidades próprias”. O sistema educacional, de acordo com ele, permanece “lidando com os jovens com os mesmos parâmetros consagrados por uma cultura escolar construída em outro contexto” (DAYRELL, 2007, p. 1125).

Martins e Carrano (2011) consideram que a invisibilidade⁷⁹ que a escola atribui aos jovens, ao percebê-los somente como alunos, colabora para sua rotulação, ou seja, para sua adequação negativa na medida em que evidenciam suas identidades através dos marcadores juvenis. E Castro (2002, p. 6), nesse trajeto de abordagem, salienta que se constata um paradoxo na escola, a qual, enquanto instituição, é um espaço “de aprendizagem de valores e

⁷⁸Dayrell (2007, p. 1106) afirma: “Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma ‘obrigação’ necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe”.

⁷⁹ Para Martins e Carrano (2011, p. 45), “a escola conta com mecanismos de silenciamento que promovem a invisibilidade das práticas que não se encaixam nos cotidianos escolares institucionalizados e pouco abertos para as expressividades das culturas juvenis. Nesse contexto, o jovem é homogeneizado na condição de aluno que necessita responder positivamente aos padrões do ‘ser estudante’ que a instituição almeja”.

de exercício da ética e da razão. Porém, é noticiada como lugar de incivilidades, brigas, invasões, depredações e até mortes”. É, portanto, uma instituição, onde, cotidianamente, são registrados diversos conflitos entre seus agentes.

Para correlacionar com as abordagens teóricas aqui apresentadas, trazemos as visões dos entrevistados sobre a educação, enquanto possibilidade de inclusão social, e sobre a escola, enquanto lugar de ensino-aprendizagem. Pedro entende que a educação é

o alicerce da formação do ser humano, [...] se a educação for precária, ele não vai crescer um cidadão com a mente aberta, [...] com a mentalidade boa, né? Porque eu acho que a escola [...] desde a alfabetização até o ensino médio, o cidadão, ele tá se reconhecendo de criança a adulto aí quando ele chega no ensino médio, ele já é um adulto com uma mentalidade formada, [...], se ele surge de uma escola ruim ele não vai ser um profissional bom, quando alcança, né? O que acontece também nesse bairro mesmo aqui é o índice, aqui tem poucos universitários [...]. Mas, tem muita gente aí que a gente sabe que não tá lá porque em decorrência do ensino também. Não é por falta de vontade, de estudo, o ensino é precário, precário, falta curso, falta livro, a gente sabe que falta livro necessário, material precário e dentro dessas coisa aí.

O jovem faz sua avaliação da educação enquanto espaço de formação e capacitação do ser humano. Afirma que há muita precariedade no universo da escola que frequentou, pois faltava o material fundamental para instrumentalizar o aluno no processo de ensino-aprendizagem. Percebe, dessa forma, que o ensino, de fato, “é precário” e constata que, em seu bairro, o número de pessoas que tiveram acesso ao ensino superior é insignificante. Inclusive, a partir de nossa pesquisa, detectamos que apenas um dos jovens entrevistados é universitário⁸⁰. Nessa perspectiva, discorre Carla:

Eu acho o que falta hoje em dia é a questão da educação e do desemprego que pesa muito [ênfase] na sociedade em si, não só nos bairros [...]. Porque a educação hoje em dia tem muita evasão, é, as crianças estão deixando de ir para a escola porque [...] não tem uma preparação boa [ênfase], que nem passou até na televisão. Tem escola que falta carteira para os alunos, nisso a criança já perde o interesse de estudar. O desemprego, também, é bastante, porque, hoje em dia, tem mais empregos para quem tem curso superior ou, pelo menos, um curso técnico. Não dar tanta oportunidade para pessoas que, pelo menos, tenha concluído o ensino médio ou que concluiu pelo menos o ensino fundamental, já é uma coisa, assim, muito complicada.

A percepção de Carla vai além da avaliação de Pedro, pois sublinha a precariedade do sistema educacional no qual ela e seus pares estão inseridos e relaciona-a com o fenômeno do

⁸⁰O jovem universitário estuda em uma Instituição Pública Estadual da cidade de Vitória da Conquista, o curso é História.

desemprego, problemática vivenciada por uma parcela significativa da população brasileira, que se constitui de pessoas com pouca ou nenhuma capacitação profissional, como é o caso de muitos moradores das periferias das cidades no Brasil e, especificamente, das pessoas do Bairro Pedrinhas. Inclusive, a jovem pondera que essa é uma questão complexa: “já é uma coisa, assim, muito complicada”.

Dando continuidade à sua análise, a entrevistada relata:

As escolas que eu passei, [...] algumas escolas, acho que uma das primeiras que eu frequentei a questão do estudo não era tão [ênfase], vamos dizer assim, boa. A estrutura era complicada, eram poucas salas para tantos alunos, a professora não tinha como dar atenção para todos porque eram muitos. Logo depois eu mudei, houve aquela questão de greve, aí já pegou um pouco para nós que [...] tem gente que pretende fazer pré-vestibular; tem gente que pretende fazer uma faculdade. Então, quando começa essas greve começa a deixar os alunos mais dispersos e muitos alunos quando volta não quer mais voltar a estudar porque levou muito tempo parado e acostumou com aquela questão de não ter preocupação com o colégio mais. Isso acaba agravando em um futuro melhor, né? E [...], muitas vezes, o colégio deixa a desejar, no caso uma biblioteca que poderia ter melhor e não tem. É, um professor que realmente queira [ênfase] ensinar ao aluno [...] e vai só por ir mesmo sem cumprir o seu papel.

De acordo com Carla, além das dificuldades com o baixo nível de ensino oferecido pelo sistema educacional no qual ela e os demais jovens do bairro estão inseridos, existe, ainda, o problema das greves e do número excessivo de alunos por sala, questão que interfere diretamente no processo ensino-aprendizagem. Essa realidade, segundo a narradora, desestimula os alunos e leva alguns a evadirem do sistema educacional. E, muitas vezes, bloqueia a expectativa de inserção dos alunos no ensino superior, rompendo a possibilidade de “um futuro melhor”.

Carla, ao avaliar que o colégio “deixa a desejar”, questiona: “Sem uma biblioteca estruturada no espaço educacional, como aprender sem as devidas leituras e sem professores capacitados e comprometidos com a qualidade de ensino de seus alunos?” Ressalta que existem muitas fragilidades no universo escolar da sua realidade, falta mediação competente no processo ensino-aprendizagem. Na sua avaliação, necessita-se de educadores para “ensinar ao aluno” e para cumprir com sua função, seu papel.

A jovem, porém, demonstrou que seu olhar não é unilateral e, nesse sentido, tece comentário a respeito do desinteresse do corpo discente, questão que, para ela, acaba interferindo para desestimular os professores e afetar a qualidade do ensino. Sobre isso afirma: “porque muitos professores deixam de cumprir o seu papel, até mesmo, por causa dos próprios alunos [...], e nisso, os professores [...], vamos dizer assim, deixando de lado isso”.

Também Marli comenta sobre o assunto. Por conta das visitas ao bairro, em virtude de sua função profissional, constata que

nem sempre a educação é de boa qualidade. [...] A gente sabe que tem profissionais que gosta do que faz, mas, que têm profissionais que só está ali por dinheiro ou porque está perto de se aposentar e não aguenta mais, porque eu escuto isso no meu curso⁸¹. [...]a gente vê professores que não querem nada, professores que não estão nem aí para o aluno. Ao invés de incentivar o aluno, fala assim, primeiro já fica com medo, filho de não sei quem, é bandido. A gente tem que ter cuidado! E não é assim, é olhar a criança. [...] Hoje, todo pai quer trabalhar para colocar o filho numa escola boa, porque a escola pública hoje, não são todas que vale à pena colocar um filho, não vale.

Rodrigo⁸², outro jovem, ao abordar a temática da educação, narra:

Da minha época que fui educando aqui, nenhum entrou para a faculdade. A maioria já tem famílias formadas, ou mulher ou homem. Não têm o ensino superior, mas, já têm sua profissão, uns é pintor, outros é mecânico, eu também formei. Agora trabalho como funcionário público⁸³, como monitor de recreação, mas, já trabalhei, também, em uma multinacional de transportes. E acho que hoje em dia, eles tão buscando uma faculdade porque eles estão vendo uma realidade, né? Porque, hoje em dia, quem não estuda não vai ter uma oportunidade de quem tem um nível superior, independente de sua função ou não.

Os entrevistados, por meio de suas narrativas, avaliaram a escola e falaram sobre suas vivências nos espaços educacionais que frequentam ou que frequentaram. Apesar de, ainda, não terem tido a oportunidade de cursar o ensino superior, com exceção de apenas um jovem pesquisado, eles valorizam o ensino superior enquanto lugar de oportunidades.

A partir do exposto pelos jovens, parece que falta a mediação entre escola e estudantes, não existe diálogo entre as partes. De acordo com Martins e Carrano (2011) a escola, enquanto instituição, e seu corpo docente têm condições de usar a escuta e a averiguação como instrumentos para compreender os comportamentos e identidades de suas alunas e de seus alunos jovens, pois “são simultaneamente criadores e criaturas da diversidade das culturas dos grupos juvenis presentes na sociedade urbana” (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 54).

⁸¹ Marli, ao concluir o ensino médio, inseriu-se no Serviço Público Municipal através de concurso e, atualmente, faz o curso profissionalizante de Técnico de Enfermagem.

⁸² Este jovem, atualmente, trabalha como monitor de recreação no Programa Escola Mais, coordenado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e exerce suas funções na AAPM e em outros espaços da Secretaria Municipal de Educação. Casou-se recentemente e hoje mora no Recreio, bairro de Vitória da Conquista. Mas, em sua entrevista, relatou a relação positiva que tem com o bairro, onde nasceu e viveu por 27 anos.

⁸³ Na verdade, o seu vínculo é de contrato com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, situação que não lhe garante nenhuma segurança de trabalho.

Concretizadas as mudanças propostas, a escola pode ser transformada em um lugar atrativo e prazeroso e, na perspectiva dos autores, pode colaborar para transformar-se em um “espaço-tempo”, no qual o grupo juvenil lá inserido o reconheça como seu. Percebem a relevância da disponibilidade para certificar que as culturas juvenis não estão sujeitadas às relações de poder ou de obstinação “impostas pelas culturas das gerações mais velhas”, aspecto que pode facilitar para novas práticas no universo escolar e para constituição “de projetos pedagógicos e processos culturais que aproximem professores e alunos”. Nesse sentido, a partir dessa mudança, acreditamos na possibilidade de aproximá-los, também, da direção e dos demais funcionários, pois a escola é uma instituição que precisa funcionar através do diálogo entre seus componentes, a família e a comunidade.

Em virtude de a escola, depois da família, se constituir-se como a instituição que mais tem contato com os jovens, espera-se dela uma maior contribuição na perspectiva de melhor capacitá-los para viver num mundo que requer cada vez mais sujeitos aptos para conviver com a diversidade. Na pesquisa realizada com jovens, os dados obtidos por Branco (2005, p. 140) apontam que 65% dos interesses deles se centravam na “educação com menções à cultura e ao lazer”. Considerando esse dado, vislumbramos possibilidades para a contribuição do espaço escolar para com a juventude brasileira. Para tanto, destacamos a relevância do diálogo com as várias instâncias da relação dos jovens.

Gropo (2000 apud CASSAB, 2007, p. 6), no entanto, sublinha que a escola e, principalmente, as ciências modernas colaboraram para vincular a juventude à perversão. Assim, a modernidade estabelece “o momento em que a juventude passa a ser considerada como um estágio perigoso e frágil da vida dos sujeitos”. Desse modo, os jovens das classes trabalhadoras passam a ser vistos como perigosos, estranhos, os “outros” e relacionados, conseqüentemente, com a delinquência, com drogas, tráfico e outras denominações pejorativas, realidade que contribui para depreciar os jovens e colocá-los à parte, à margem da sociedade.

Em decorrência da complexidade do mundo contemporâneo, as várias características que definem a juventude, muitas vezes, constituem motivo para relacioná-la a uma fase negativa e perigosa⁸⁴. É a partir dessa questão, conforme argumentam Zucchetti e Bergamaschi (2007), que se justifica, em alguns casos, a intervenção do Estado através da mediação de políticas públicas para o “restabelecimento da ordem social”.

⁸⁴ Segundo Dayrell (2007), nessa fase, os jovens podem se defrontar com seus próprios limites e ter a possibilidade de seguir por vias estriadas, de desvios, mas que podem, nesses percursos, dar o “salto” e descobrir outras perspectivas.

Compreender a juventude unicamente como adolecer⁸⁵, como estado de insensatez transitória, para Guimarães (2005), deveria contradizer uma apreensão mais apurada da relação entre idade biológica e idade social. Enfatiza a autora que os cortes etários ou geracionais precisam ser percebidos como resultados e não como “pressupostos de leis específicas de envelhecimento em diferentes campos, expressando as (di)visões e correspondentes em disputa em torno dos seus objetos” (GUIMARÃES, 2005, p. 153). A pesquisadora coaduna com a análise dos estudiosos que tratam os cortes etários não como estados naturais, mas como construções sociais. Assim, existem infâncias, adolescências e juventudes nas sociedades.

A realidade evidencia que não existe uma única verdade, mas situações diversas. Nesse sentido, a ideia defendida por Guimarães pode ser relacionada com o pensamento de Frota (2007, p. 149), cujo entendimento é de que o conhecimento é múltiplo, fragmentado e mutável, “inscrito nas relações de poder, que lhes determinam o que é considerado como verdade ou falsidade”. A autora destaca a relevância de se diferenciar os diversos saberes e práticas com os jovens, a fim de prepará-los para realizarem leitura crítica das produções teóricas na modernidade, objetivando, desse modo, uma compreensão contextualizada de diversas temáticas.

Frota (2007), baseando-se em Peralva (1997), sublinha que, na atualidade, as idades da vida, não são fenômenos genuinamente naturais, são inerentes ao processo lento de constituição da modernidade, acarretando influência sobre os costumes e os comportamentos humanos.

A partir desse viés, Fraga (2006, p. 53) entende que há um problema em muitos autores que discorreram sobre o tema da juventude, o de abordar ou de percebê-la singularmente, sem apreender sua pluralidade, sem esclarecer a constituição e sem diferenciar as diversas identidades juvenis. Dessa forma, compreende que a juventude, diferentemente de ser apenas “um ‘estado de espírito’, ‘representação estanque de uma faixa etária’ ou um mal que se cura com o tempo”, é um período da vida, cujo conflito ocorre com maior proporção e interferência nas escolhas e definição da identidade⁸⁶ dos jovens, tanto individual quanto coletiva.

⁸⁵ Para Bastos e Deslandes (2009), adolecer não apresenta características muito evidentes de início e término, faz parte de um fenômeno cultural muito mais amplo que as variações de idade estabelecidas, tanto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

⁸⁶ Para Souza (2004), “O conceito de identidade não pode comportar isolamento, fixação, estabilidade ou dualismo. A modernidade tentou buscar uma identidade estável, tal como um relógio, com peças fixas e movimentos previsíveis” (SOUZA 2004, p. 55-56). Para a autora, “ninguém constrói sua identidade sozinho, independente do *olhar* do outro. A identidade é, antes de tudo, uma aprendizagem constante que liga continuidade e mudança, estabelecendo entre ambas um processo relacional que distingue e une o indivíduo”.

Nesse esteio de abordagem, Martins e Carrano (2011) consideram que as várias inclusões sociais dos diversos grupos juvenis permitem a reflexão sobre as múltiplas possibilidades de entender a juventude no âmbito da sociedade regida pelo capital, perpassada pelo neoliberalismo, realidade em que o individualismo e o aumento da exclusão social são seus marcadores. Afirmam os autores:

Os jovens ou grupo de jovens estão inseridos em realidades não homogêneas, ou seja, onde questões como inclusão/exclusão, poder aquisitivo, inserção cultural e social como sujeito de direitos/não direitos, condições de saúde, moradia, trabalho, escolarização, segurança, gênero, irão influenciar sobremaneira na construção de identidades plurais (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 53).

Ressaltam os autores que a condição de ser de cada jovem, seus caracteres, ou seja, sua identidade está relacionada com o contexto social no qual está inserido, com sua trajetória de vida e com as relações sociais travadas nos espaços e tempos, cotidianamente vividos. Os jovens agregam e articulam suas vivências, suas práticas sociais, os grupos juvenis se expressam através de suas experiências cotidianas, seja na relação com a literatura, com a arte, com a cultura, com a música, enfim, na relação com os espaços de exercício de cidadania e com todos os marcadores juvenis.

Gropo (2010), nessa direção, entende que a condição juvenil é configurada numa relação dialética entre sociedade, indivíduos e grupos juvenis. Assim, é uma relação exercida no jogo dos contrários, tendo momentos de conflitos e momentos de coesão.

Na perspectiva de Abramo (2005, p. 37), a categoria juventude é

um desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal todos nós somos ou fomos jovens [...] convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas, e nas últimas décadas eles têm sido tema de alta exposição nos diferentes tipos de mídia que atravessam nosso cotidiano.

A autora chama a atenção para a dificuldade de precisar o termo juventude, em cujo processo adquire importância todo o seu aspecto escorregadio e obscuro. Argumenta que grande parte do que tem sido elaborado na Academia a respeito da temática é para alertar as diferenças, os deslizos, os disfarces, as disparidades e mistificações contidas no conceito, contudo, existem muitos motes para tratar da temática. Analisa a pesquisadora que cada disciplina das Ciências Humanas faz um recorte diferente e que “correntes teóricas ressaltam

dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se referir” (ABRAMO, 2005, p. 38).

Abramo(2005) avalia que permanece a diferença entre “condição juvenil” e “situações juvenis”, porém, na contemporaneidade, as questões colocadas são outras. Entende que, hoje, o cuidado inicial é o de falar de *juventudes* chamando a atenção para a importância de se levar em conta as diferenças e desigualdades inerentes à condição de ser jovem, afirma:

Esta mudança de alerta revela uma transformação relevante na própria noção social: *ajuventude*, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes. Agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida (ABRAMO, 2005, p. 44, grifo da autora).

O debate sobre as desigualdades e injustiças presentes na argumentação da autora pode assumir mais concretude por causa da possibilidade da participação dos jovens das classes populares, que podem expressar suas necessidades, sentimentos e desejos na perspectiva de vivenciarem uma juventude com mais dignidade, mais satisfatória e não serem vistos apenas “no registro da negação de tal identidade” (ABRAMO, 2005, p. 44).

A narrativa da jovem⁸⁷, a seguir, corrobora a defesa da autora:

Produzir, vamos supor recreações para a juventude mesmo, produzir encontros com os jovens, [...]. Algo com relação ao teatro que é muito complicado de ver aqui. [...] diversidade cultural de música, cada um tem um gosto. Uma orquestra [...], se eu assistir, foi uma única vez aqui. [...] é raro, tão maravilhoso, tão lindo! [...]. Porém, não podemos ter aqui. No caso, ampliar mais essa diversidade.

Carla, na sua condição de jovem, não se intimidou e foi discorrendo sobre o que gostaria que fosse implementado na área de cultura, para a população jovem do Bairro Pedrinhas. Prontamente demonstrou que, se os jovens forem convidados para discutir as questões que lhes interessam, eles, além de disposição, têm interesse, competência e ânimo para participar do processo de implementação de políticas públicas para os grupos juvenis. Ela afirma que a participação deles ajudaria a diminuir a distância que ainda existe entre as políticas efetivadas no bairro e a categoria a que se destinam.

Scherer (2013) considera que, no tempo presente, se fala em juventude como jamais se discorreu antes e que há um desejo frequente na sociedade atual por ser “jovem”. É um tema

⁸⁷ Perguntamos à Carla quais as propostas que levaria para Secretaria Municipal de Cultura de sua cidade, caso fosse convidada para efetivar ações para juventude de seu bairro.

que está na moda e, talvez por isso, a indústria nunca produziu tanto para um segmento como hoje se produz para a juventude, do mesmo modo, o aumento de diversos programas televisivos, rádios, revistas e jornais relacionados com essa categoria.

Segundo o autor, também, “nunca se falou tanto na juventude envolvida em homicídios, tráfico e uso de drogas, roubos, entre outras cenas que muitas vezes a juventude é protagonista” (SCHERER, 2013, p. 15). Ressalta que entre esses dois extremos há uma categoria que, na sua visão, se manifesta, diferentemente, concebida de forma preconceituosa, muitas vezes, desencadeando vários processos perversos, sombreando a complexidade da violação de direitos humanos arrolados às juventudes, fenômeno esse que se torna cada vez mais intenso na atualidade. Desse modo, chama a atenção para a invisibilidade da dimensão do humano, para a lógica do mercado, o que significa uma valorização da mercadoria e do capital. É uma desvalorização do humano, ou seja, *o ser social*⁸⁸ passa a ser visto como mercadoria.

Porém, é na relação social que o homem vai se constituir como sujeito. De acordo com análise de Dayrell (2007), há diversos modos de o indivíduo se colocar como sujeito: uma delas se refere aos contextos de desumanização, nos quais o ser humano é “proibido de ser”, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana.

Scherer (2013) afirma que, em uma situação de violência, os direitos humanos não são considerados, o aspecto econômico sobrepuja o valor social, realidade na qual o individualismo é resultante da sociedade capitalista. Essa questão, para o autor, reflete a necessidade de discussão dos direitos referidos, pois, no trato com a temática da juventude no Brasil, existem pesquisas que apontam a situação de barbárie social vivenciada por muitos jovens.

As considerações de Costa (2012, p. 66), a seguir apresentadas, podem ser relacionadas com os argumentos de Scherer. Afirma aquela:

O lugar de inferioridade e de desvalia se torna componente da identidade. E o lugar de reconhecimento dos direitos torna-se retórica e abstração. [...] também no labirinto de espelhos, a sociedade se reconhece sem saída, quando trata dessa forma os seus jovens. Sem reconhecimento do outro, com suas diferenças e peculiaridades, não há igualdade.

⁸⁸ Costa (2012, p. 101) considera que o ser humano “não é abstrato, indeterminado e absoluto”, o sujeito, para ela, “é imerso em uma intersubjetividade plural, situado e contextualizado em sua própria contingência e especificidade”.

Entende a autora que há um paradoxo no transcorrer da vida cotidiana: não se sabe o que vem antes e o que está por vir. Assim, no dilema entre causa e efeito, não existem certezas, mas direções sem perspectivas. Os caminhos da juventude brasileira, onde ela está inserida, no labirinto de espelhos, conforme discorre Costa (2012, p. 66), são trânsitos sem expectativas, “pois sem igualdades não há legitimidade no Direito, tal como foi concebido desde a Modernidade”.

Dayrell (2007), nessa base de leitura, salienta que existe uma tendência, nas trajetórias juvenis, a ser “zigzagueantes”, não têm direção determinada, fixa ou pré-estabelecida. Na concepção do autor, se essa conjectura é algo próprio da juventude, ou melhor, dos jovens oriundos das classes trabalhadoras, as questões são mais desafiadoras diante da realidade da sociedade brasileira.

Em consonância com Dayrell (2007), Branco (2005) afirma que, no Brasil, os indicadores sobre o mercado de trabalho da população juvenil revelam uma situação caótica. Considera que há uma pressão acirrada por parte dos jovens para a entrada no mercado de trabalho, mas, para ele, se o público juvenil estivesse mais dedicado às atividades da escola e de aprendizagem profissional, provavelmente, o cenário seria outro. As taxas de desemprego cairiam de forma considerável, pois os jovens estariam mais capacitados para enfrentar o mundo do trabalho, que, na atualidade, apresenta-se altamente competitivo e excludente.

No que diz respeito ao desemprego de jovens no Brasil, segundo a Diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Abramo (2014), entre os jovens de famílias mais pobres, as atividades laborativas são mais intensas e, muitas vezes, em condições desprotegidas pela Lei de Aprendizagem, inclusive, eles exercem as piores formas de trabalho. Assim, “a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora e suas taxas de participação no mercado de trabalho são elevadas. Também é elevada a proporção dos que buscam conciliar estudos e trabalho ou que transitam de uma situação a outra” (ABRAMO, 2014, p. 9). As desigualdades sociais, para pesquisadora, caracterizam intensamente a inserção juvenil no mundo do trabalho e os mais afetados pelo desemprego e pelas condições degradantes de trabalho são os jovens das classes menos favorecidas, muitas vezes, sem ter concluído o ensino fundamental.

Acerca dessa questão, Guimarães (2005, p. 14) afirma:

O desemprego é o problema mais agudamente manifesto a afligir especialmente os jovens entre 18 e 20 anos, notadamente os rapazes (claro, não exclusivamente), com mais baixa escolaridade e menor rendimento. Essa confluência de traços alia as piores condições de competição no mercado,

num segmento etário onde é mais sentida a pressão que decorre do estatuto (e necessidades) de novo demandante em busca de inserção.

O desemprego juvenil é um problema social que tem afetado, em maior proporção, os jovens com escolaridade mais baixa e do sexo masculino. Essa situação pode ser explicada por conta da baixa qualidade de ensino recebida pelos grupos juvenis ao longo de sua vida escolar. As fragilidades do processo ensino-aprendizagem são diversas e têm afetado, consideravelmente, a população de menor poder aquisitivo na sociedade brasileira, e as consequências dessa situação são percebidas num longo prazo. Como resultado dessa situação, as altas taxas de desemprego e subemprego são apontadas por pesquisadores da temática no Brasil.

Podemos estabelecer uma aproximação entre a afirmação de Guimarães e a análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), o qual observa que parcela considerável de jovens de idade compreendida entre 14 e 24 anos, nos dias atuais, enfrenta uma grande inconstância no mercado de trabalho. Esse problema, segundo Corseuil (2013, p. 2), pode ser ocasionado pela falta de qualificação, que leva a uma rotatividade por conta da idade. O autor salienta que a ocupação é um relevante elemento, mas a inexperiência e a baixa qualificação parecem “empurrar” parcela de jovens para espaços de trabalhos que não lhes garantem segurança econômica.

Dayrell (2007, p. 1113), ao tratar da questão do jovem no âmbito do trabalho, ressalta que pode ser observado o movimento com alterações frequentes dos empregos (o efeito ioiô percorrido por Pais). Essa realidade é causada pela própria precarização do mercado de trabalho, que oferece poucas oportunidades, em formato de empregos temporários ou bicos. O público juvenil vai projetando as suas trajetórias na passagem para a vida adulta e constrói as maneiras próprias de ser jovem e, assim, “testam suas potencialidades, improvisam, se defrontam com seus próprios limites e, muitas vezes, se enveredam por caminhos de ruptura, de desvio, sendo uma forma possível de autoconhecimento”.

Considerando que as relações sociais são dinâmicas, as formas de se viver a juventude foram se ampliando e diversificando no decorrer do tempo. Nesse percurso, alguns aspectos contribuíram para as novas condições de se constituir a juventude na contemporaneidade, a exemplo de mudanças ocorridas na família, na escola, no mundo do trabalho, questões que têm interferido nas formas de viver e de ser jovem.

Scherer (2013), analisando a dificuldade de se conceituar a categoria *juventudes*, entende que a diversidade, o aspecto heterogêneo se refere a demandas por necessidades e, no

mesmo segmento, existem pessoas mais vulneráveis que outras porque, na sociedade atual, a realidade se apresenta diferentemente para as várias formas de ser jovem.

Segundo Pais (2008), ao discorrermos sobre o tema em questão, estamos envolvidos em um complicado conjunto de representações sociais que se constrói e se modifica no transcurso do tempo e dos momentos históricos. O autor sublinha que um dos desafios da sociologia é “desmascarar” as práticas cotidianas, ou seja, descobrir o que elas evidenciam a partir do que escondem. Mas, para esse desvelamento, entende que é preciso “decifrar os seus enigmas”. E como fazer isso? Pais (2008) sugere três alternativas: 1) Pesquisar os modos que se fazem das “máscaras”, inicialmente, pelos “nomeações” que disfarçam a realidade a partir do momento em que a alcanham; 2) Propõe dar, também, atenção às camuflagens que diferenciamos estilos juvenis, conjecturar os contextos de significado que eles ocultam; 3) Questionar a existência das máscaras no cenário de escolas.

Os jovens, na perspectiva do autor “*são o que são, mas também são (sem que o sejam) o que deles se pensa, os mitos que sobre eles se criam*”. Assim, revelam não somente a realidade, mas a auxiliam também a constituir-se como uma fantasia ou imaginação social. Defende, entretanto, que o fundamental é não se eivar com concepções equivocadas que “confundem a realidade com as representações que a conformam ou dela emanam” (PAIS, 2008, p. 8, grifo nosso).

Partindo desse contexto, certamente, ser jovem nas Pedrinhas é diferente de ser jovem no Bairro Candeias ou em outro bairro de Vitória da Conquista. Todavia, isso não significa ser tratado como bandido, como marginal e como perigoso, da forma que, constantemente, os meios de comunicação locais divulgam. Para refletirmos sobre essa questão, valemo-nos das considerações de Fischer (2008, p. 672):

Ora, a meu ver isso está relacionado com imaginários produzidos socialmente e que circulam todos os dias nos meios de comunicação: ali também aprendemos quem existe e quem não existe, quem é reconhecido e quem não tem nome, quem é o diferente, exótico, quem é a personalidade a ser incensada, quem, assim, tem e quem não tem, quem pode ter ou quem jamais poderá ter.

Conforme o entendimento da autora, as mídias, por meio de seu arcabouço, a exemplo de canais de televisão, emissoras de rádio, jornais, blogs entre outros, constantemente, divulgam matérias tratando de jovens envolvidos em casos de violência. Considera que, com isso, clarifica-se a cisão prevista em cada imagem, em cada texto, ficando, assim, visível a separação “entre ‘nós’ e ‘eles’, entre os jovens de classe média, brancos, universitários ou estudantes de

uma boa escola particular e aqueles que desumanizamos, que literalmente consideramos inferiores” (FISCHER, 2008, p. 670).

4.2 JUVENTUDE DO BAIRRO PEDRINHAS: SENTIDOS DE SER IDENTIFICADA COMO “BANDIDA” E IDENTIFICADO COMO “BANDIDO”

Na sociedade brasileira, historicamente, filhos das famílias oriundas das classes dominantes são identificados como crianças, adolescentes e jovens, mas filhos de famílias das classes trabalhadoras, geralmente, são tratados como menores, pivetes, delinquentes e/ou vagabundos.

O discurso da menoridade, segundo Fernandes (1985), teve sua origem, no Brasil, a partir da Medicina Legal. Enfatiza que os “menores”, considerados incapazes pelo Código Penal de 1916, estão equiparados às mulheres e aos silvícolas, porém, o primeiro Código de Menores surgiu em 1927. Salienta a autora que nomear os filhos de famílias pobres, negras, moradores de favelas⁸⁹ ou de bairros periféricos de “menor” exige um apanhado histórico da realidade socioeconômica que determina a situação da infância (acrescentamos, adolescência e juventude) no Brasil.

Com essa instituição, há, certamente, o propósito de diferenciá-los dos filhos das classes dominantes, mote que ratificamos com a afirmação da autora: “o que faz de um, “menor”, e de outro, adolescente é a classe social a que pertencem, e o que os diferencia é a maneira como é vivida a sua infância e adolescência” (FERNANDES, 1985, p. 26). Os jovens negros, pobres e moradores de espaços urbanos periféricos são identificados, cotidianamente, com organizações do crime, com bandidagem, com “classes perigosas” isto é, com pessoas inferiores.

Coimbra e Nascimento (2010, p. 4) contribuem para a discussão em questão ao apontarem que a Medicina passou “a ordenar o modelo ideal de família nuclear burguesa. Detentores da ciência, os médicos tomam para si a tutela das famílias, indicando e orientando como todos devem comportar-se, morar, comer, dormir, trabalhar, viver e morrer”.

⁸⁹ Segundo Davis, as favelas “se caracterizavam por um amálgama de habitações dilapidadas, excesso de população, doença, pobreza e vício. [...] a dimensão moral era decisiva e a favela era vista, acima de tudo, como um lugar onde um ‘resíduo’ social incorrigível e feroz apodrecia em um esplendor imoral e quase sempre turbulento” (DAVIS, 2008, p. 33). A denominação da palavra favela surge a partir de um arbusto comum na região do semiárido nordestino, precisamente, na Bahia, região de Canudos. Os soldados do Exército Brasileiro que lá estiveram, ao retornarem para o Rio de Janeiro, após a Guerra de Canudos, não tendo moradia, se alojaram em barracos no Morro da Providência.

Em consonância com as considerações anteriormente apresentadas, Cassab destaca que os higienistas⁹⁰ urdiram a pobreza enquanto categoria e determinaram estratégias para a “prevenção” dos “desvios” da população pobre da sociedade brasileira. Nesse sentido, afirma:

A partir do reconhecimento de uma distinção social quanto aos vícios e virtudes, afirmava-se que aqueles oriundos de boas famílias tenderiam naturalmente a desenvolver características virtuosas (bom caráter, trabalhador, honesto). Já os oriundos de famílias desvirtuadas, desestruturadas, carregariam essa má herança e tenderiam ao crime, a atitudes amorais e aos vícios. A partir dessa noção, eram tecidas as estratégias para o trato com a pobreza e com os pobres (CASSAB, 2010, p. 41).

De acordo com Coimbra e Nascimento (2010), na Europa, teorias racistas e eugênicas despontaram no século XIX, simultaneamente, ao *Tratado das Degenerescências* originam e demarcam a expressão “classes perigosas”. A partir desse contexto, combatiam-se as misturas raciais, pois as consideravam como criadoras de enfermidades, tanto físicas quanto morais (imbecilidades, idiotias, retardos, deficiências em geral, indolência, entre outras).

No Brasil, país que traz como herança a escravidão, o controle das virtudes exercera, em sua população, um papel basilar na composição das percepções e subjetividades sobre a pobreza. As autoras ponderam que a condição de pobreza já sinalizava que o indivíduo pobre e sua família “carregavam” uma marca, um selo, uma espécie de ferragem que os relacionavam com “classes perigosas”. No período aludido, os pobres eram relacionados com periculosidade, tratando-se de pessoa jovem e pobre, essa realidade era marcante, o jovem era “caracterizado como perigoso, criminoso e, portanto, não humano”. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2010, p. 1).

Rizzini seguindo essa linha interpretativa, afirma que “estancar a degeneração moral era, pois, uma responsabilidade coletiva, tendo-se em vista o bom funcionamento da sociedade”. Prossegue a autora: “assim, os filhos nascidos de ‘boas famílias’ teriam um pendor natural a serem virtuosos, ao passo que os que traziam má herança, seriam obviamente vistos (inclusive por si próprios) como portadores de ‘degenerescências’”(RIZZINI, 2008, p. 49-53).

⁹⁰Rizzini(2008, p. 108-109)salienta que “o ‘movimento higienista’ decorre deste fantástico desdobramento da medicina e seu impacto decisivo nos séculos XVIII e XIX, sobretudo a partir do rápido avanço científico alcançado com as descobertas de Pasteur. O desenvolvimento da medicina social, tão afinada com a mentalidade do século XIX, possibilitou a irradiação da noção de higiene, impondo-a na vida de todas as pessoas. Higiene passa a ser a condição ‘sinequa non’ de poder, progresso e civilização. [...] Nesse sentido, a missão era sanear a sociedade. [...] Moldar a criança para transformá-la em ‘homem de bem’ era um investimento social necessário, sendo a criança pobre, ‘moralmente abandonada’ o alvo prioritário da assistência”.

Omissão, repressão e paternalismo são, para Faleiros (1985), as dimensões que caracterizam, na República Velha, a política para a população sobre a qual discorreremos. Destarte, a partir de uma visão higienista e sanitaria, convinha “salvar” e “proteger” as crianças de serem levadas ao caminho da vadiagem e delinquência com um discurso político de “civilizar” a sociedade republicana.

As considerações de Faleiros corroboram a análise de Rizzini (2008, p. 45) sobre o espaço reservado aos filhos das classes trabalhadoras, no Brasil, na passagem do século XIX para o XX. “Aos olhos da elite”, ressalta que a população que mais precisava da proteção do Estado com o intuito da correção ou reeducação eram “os ‘expostos’, os ‘orphaosinhos’, os ‘pobres meninos abandonados’, as ‘crianças criminosas’, os ‘menores delinquentes’”. Nesse sentido, a classe dominante, ainda hoje, quando se refere ao grupo infanto-juvenil dessa realidade, sempre toma como base o ponto de vista periculosidade, concebido como pervertido, vicioso e criminoso, bandido ou na expectativa de vir a ser.

Santos (2007), reportando-se aos séculos abordados na citação imediatamente apresentada, afirma que, tanto no Brasil como em qualquer outro país do mundo, a questão social⁹¹ se transformou em um problema no interior da dinâmica do sistema capitalista, passando, assim, a questão das crianças e dos adolescentes (acrescentamos dos jovens) das classes subalternas, identificados pelo mesmo sistema de “menores abandonados”, a ser uma “preocupação” da classe detentora de poder. Todavia, não na perspectiva da garantia de direitos, mas na probabilidade da contenção do perigo que eles representam para a sociedade, conforme o seu próprio “olhar”.

Por isso, enfatiza Rizzini (2008): corretivo para uns e privilégio para outros. Então, o Estado, na direção de manter a ordem e controlar os “insubordinados”, as pessoas de índole duvidosa, toma as medidas cabíveis.

Naquela conjuntura, conforme estudo de Costa (2007), a educação “preventiva” ocupou o espaço da educação punitiva e repressiva. Nesse deslocamento, a aprendizagem profissional da população em questão representava uma das “escassas alternativas existentes”. O Exército, para o autor, configurava-se como um lugar estimado de inserção dos jovens oriundos das famílias de baixo poder aquisitivo. A entrada desses jovens nos arsenais (espaços de produção de subjetividades) cumpria uma dupla função para prevenir os efeitos

⁹¹ O seu embasamento está nas relações de exploração do capital sobre o trabalho e se manifesta em suas refrações, mas “sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico, [...] o de constituição das relações sociais capitalistas - e que tem continuidade na esfera da reprodução social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

prováveis da miséria e da pobreza: de um lado, prepará-los para o exercício de uma profissão; de outro, controlar e disciplinar os jovens pobres.

A produção histórica nos Arsenais de Guerra do Exército, segundo Costa (2007, p. 65), além de dar visibilidade aos artefatos sociais de um passado próximo, produtores de domínios de saber, passa a estabelecer sobre a população infanto-juvenil uma condição e a instituir, na *ordem do discurso*, o que é “verdade” em suas vidas. Desse modo, “os pobres incorriam em pena por vadiagem, que era o próprio trabalho. Condições de vida, pena por transgressão e instrumento de ressocialização”. (COSTA, 2007, p. 63). O Estado inquirir o público aqui referido e, por meio do “mito” das “classes perigosas”, institui diferentes discursos de verdade e modos de intervenção. Utiliza a “pedagogia da punição”, a pedagogia da periculosidade como prática, conforme o autor.

No Brasil, historicamente, para os filhos das classes trabalhadoras, sempre foi encontrada uma denominação específica para diferenciá-los das crianças e jovens das outras classes sociais. Então, é constituída, no país, uma institucionalização que tem como escopo combater a “delinquência”, resultante do próprio sistema que rege a sociedade brasileira. Há, dessa forma, o estabelecimento de categorias discriminatórias para identificar os indivíduos que, em decorrência das condições socioeconômicas, são, muitas vezes, “distanciados” do universo educacional e do trabalho e, por isso, sempre são considerados como delinquentes em potencial pela mesma sociedade.

A mídia brasileira tem tido um papel relevante de repassar a imagem do público referido do modo como discutido pelos diversos autores abordados no capítulo em curso. Nessa direção, Neder (2008, p. 163) enfatiza que dois aspectos da estigmatização refletida pelo discurso jornalístico devem ser destacados:

Em primeiro lugar, a estigmatização contribui para a despolitização e [para] a criminalização da juventude pobre e excluída. Em segundo lugar, esta redução enunciativa revela o pouco caso com que o problema da situação de risco de crianças e adolescentes [e de jovens] é tratada pelos jornais.

Sob o ponto de vista do autor, “menor” é a importância da temática para a mídia no Brasil. Pondera que o mote dos direitos da criança e do adolescente fica comprimido, ainda, em sua dimensão em outras áreas do saber, nas quais suas falas são resumidas nas ideias circulantes na imprensa. Ampliamos essa afirmação de Neder (2008), também, para a questão da juventude “pobre” brasileira, pois, “naturalmente”, as pessoas que estão mais expostas, por

conta de sua condição socioeconômica, passam a ser identificadas como “marginais”⁹², “vagabundos”, “delinquentes” e “bandidos”.

Tratando-se da juventude do Bairro Pedrinhas na relação com o discurso midiático local, Ariel⁹³ considera que os meios de comunicação, como formadores de opinião, no município pesquisado, passam sempre uma imagem que deprecia o bairro e seus moradores. Amídia, para o jovem, enquanto veículo de comunicação: “Alarma muito! Só está presente no bairro quando acontece algo de ruim. Das várias vezes que tem divulgação, é só pra divulgar coisas ruins que aconteceram, como fosse habitual”.

Ariel critica a mídia por divulgar apenas os aspectos “negativos” do bairro, sem, contudo, conhecer a realidade da população que ali vive. “Tem histórias ruins, mas também histórias boas”, afirma ele. Por que não fazem reportagens e divulgam a outra *página do livro*, que é as Pedrinhas, como descreveu o professor Ruy Medeiros em nosso primeiro capítulo?

Aguiar e Neder (2009) consideram que conjecturar na notícia como processo de construção da verdade não constitui admiti-la como exclusiva, objetiva, neutra e nem aceitar seu contrassenso. A notícia, como um discurso, em que poder e saber se articulam, na perspectiva dos autores, pode ser pensada para produzir a “verdade”. Assim, ponderam que é possível avaliar o discurso jornalístico como uma configuração de saber-poder. A verdade jornalística, nesse contexto, é produzida e estabelecida na relação entre poder e saber, como considera Foucault (1979).

Para os autores, é necessário lembrar que as considerações a respeito da realidade “são seletivas e parciais, por conseguinte, dependem das relações de força que condicionam a imagem que uma sociedade faz de si”. (AGUIAR e NEDER, 2009, p. 80). Assim, convocam os historiadores e jornalistas, enquanto formadores de opiniões e, por que não dizer, construtores de verdades, para arquitetar “a verdade provável”. E, nesse trânsito, reportam-se a Gianzpourg (2002, p, 43) quando esse afirma que “é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu”.

Em se tratando das relações de força produzidas na sociedade conquistense, a narrativa que se segue nos possibilita clarificar o quanto está arraigado no imaginário das pessoas da cidade em estudo a questão de associar os moradores de localidades periféricas com a “bandidagem”. Marli relata sobre uma de suas experiências na relação de ser moradora das

⁹² Para Castel, o termo remete “às populações cujo modo de vida é marcado pela vagabundagem, a mendicância, a criminalidade e os ofícios infames” (CASTEL, 1998, p. 56). Na concepção do autor, a marginalidade tem sua origem nas estruturas da sociedade, portanto, produto histórico da sociedade, noção relacionada à de “classes perigosas”.

⁹³ Entrevista realizada em 28/10/2014.

Pedrinhas e ser considerada como “bandida”, mesmo que se trate apenas de uma criança. Informou que, exercendo uma atividade de trabalho, fez uma visita a uma escola do seu bairro e lá se deparou com uma situação que lhe causou bastante inquietação. Sobre essa experiência comenta: “E não é assim, é olhar a criança”. A “queixa” de Marli pode ser relacionada à análise dos autores que fundamentam nosso estudo quando salientam que as pessoas de baixo poder aquisitivo são diferenciados e estigmatizados ao serem identificados como criminosos, inclusive, por uma professora.

Lima (2010, p. 33), nesse viés de análise, a partir de seu estudo na mesma realidade de nossa pesquisa, sublinha que, “no imaginário coletivo da população, o jovem negro representa o estereótipo de bandido” e se reporta ao espaço escolar com uma citação de um dos seus interlocutores: “as professoras têm medo da gente, elas pensam que porque moramos em comunidade pobre e de maioria negra, somos bandido”.

Nesse contexto, basta ser procedente das classes de menor poder aquisitivo para tal identificação. Mesmo nos locais de produção do saber, lugar que seria de proteção, acolhimento e desmistificação da realidade, como é o caso da escola, os alunos, ou seja, criança, adolescente ou jovem possuem significados políticos e sociais distintos por conta de sua condição de classe, étnico-racial e, também, muitas vezes, de gênero. Por isso, para Frota (2007, p. 153), passou a ser um princípio social assistir “à infância abandonada, pobre e desvalida, mas a partir de um olhar de superioridade, na tentativa de salvamento ou de ‘adestramento’”.

Rizzini (2008) afirma que tudo relacionado com a infância ou com a juventude da realidade a qual estamos nos referindo, implicitamente, trazia presente a “ideia de periculosidade”. Quanto a esse aspecto, consideramos que continua trazendo, pois, conforme a autora, em se tratando de políticas dirigidas à infância, tem prevalecido no Brasil o interesse, por parte da classe dominante, de controlar a população pobre e “perigosa”.

Na contemporaneidade, reiteradamente, propostas assistenciais e compensatórias têm sido impostas na ausência de ações efetivas e capazes de garantir direitos, visando condições de vida mais dignas para o público infanto-juvenil, em especial, o oriundo da classe que vive do trabalho.

No tocante a essa questão, Galeano (1999, p. 11) enfatiza que:

Dia a dia nega-se às crianças [aos adolescentes e aos jovens] o direito de ser [...]. Os fatos, que zombam desse direito, ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana. O mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro, para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua. O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo, para que se transformem em lixo [...].

Muita magia e muita sorte têm as crianças [adolescentes e jovens] que conseguem ser crianças [adolescentes e jovens].

Poucas crianças, adolescentes e jovens têm sua cidadania garantida na sociedade brasileira. Ressalta o autor que apenas os filhos das classes dominantes usufruem de direitos que, teoricamente, seriam para todo o grupo social em discussão. Essa leitura de Galeano (1999) nos permite apontar que a denominação “classes perigosas” se refere somente aos filhos das classes populares e não aos jovens em sua totalidade. Assim sendo, é, no mínimo, discriminação e se configura como exclusão social⁹⁴ na/pela sociedade em questão. A história das crianças, dos adolescentes e jovens (negros, pobres e moradores de bairros periféricos) é “escrita” sob um processo excludente de um país no qual se fala muito em inclusão social⁹⁵ e cidadania.

Em se tratado da questão de ser pobre e negro (a), tanto nas Pedrinhas quanto em outras localidades do Brasil, a jovem Marli emite sua opinião:

Principalmente, as pessoas de pele negra. Hoje a gente ainda é um Brasil muito preconceituoso, a pessoa de pele negra não tem vez, tem que ser escravo. A gente ainda vive no sistema de escravidão, escravidão porque o próprio preconceito já vem dizendo você tem que fazer aquilo que é baixo, porque o negro não tem que tá numa altura.

Quando a entrevistada se coloca a respeito da discriminação vivenciada pela população negra do seu bairro, ela amplia a discussão e observa que essa é uma realidade experimentada pelos negros no Brasil. Mostra, com isso, a sua capacidade para avaliar uma questão, que é histórica na sociedade brasileira. O interessante é que Marli não é negra, não é uma “pessoa de pele negra”⁹⁶, ela é branca e não “advoga” em causa própria, percebe que essa é uma realidade do cotidiano do “povo” brasileiro.

A situação vivenciada pelos jovens pobres e negros(as) na sociedade brasileira foi abordada do ponto de vista teórico, no primeiro capítulo⁹⁷, com base em Miraglia (2008) e Bento e Beghin (2005). Na abordagem, em que discutimos a questão da violência, observamos que, se ao morador das Pedrinhas é atribuída, em parte, a onda de violência da

⁹⁴Na perspectiva de Sposati (1995, p. 138), é “a naturalização de uma elite, de um lado, e da ‘massa sobranceira’, de outro, construindo um fosso intransponível entre uma e outra. Os excluídos são tidos como os leprosos da Idade Média e vivem barreiras sociais, econômicas, judiciárias, tendo como consequências a violência e os problemas originados por ela”.

⁹⁵Pereira (2008) coloca que a função da inclusão social está sob a responsabilidade das políticas públicas e, particularmente, da assistência. É, para ela, uma tarefa desafiadora, urgente, relevante e impostergável. Porém, não acredita que essa função garanta por si mesma o pertencimento social da população excluída.

⁹⁶Foi dessa forma que a entrevistada se expressou para falar da questão racial.

⁹⁷Ver *Medo e violência nas Pedrinhas: o olhar de jovens moradores do bairro*, tópico 1.2, Capítulo I.

cidade, o que o configura, aos olhos de muitos cidadãos de Vitória da Conquista, como “inimigo”, o morador pobre e negro é observado como mais “inimigo” ainda.

Sobre essa questão, é interessante mencionar dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira (2003) que, de acordo com Santos, Borges e Santos (2005), verificou que dos 34,1 milhões de jovens brasileiros, 47% são pessoas negras⁹⁸, isto é, são 16 milhões de jovens pretos e pardos. Segundo as autoras, no que diz respeito à discriminação racial, foram identificadas diversas vivências desagradáveis e, também, desrespeitosas. Elas afirmam que, ao abordarem os entrevistados sobre experiências de humilhação/discriminação racial, “36% dos jovens negros confessaram ter passado por essa experiência e que apenas 31% dos jovens brancos reclamaram de tal fato” (SANTOS; BORGES; SANTOS, 2005, p. 299)..

Apesar de Marli ter considerado que, no Brasil e na cidade de Vitória da Conquista, existe discriminação racial, tanto ela quanto os demais entrevistados afirmaram que a discriminação é muito maior pela localidade onde moram, por ser um lugar considerado violento. Parece, então, que não percebem que a questão está diretamente relacionada com a condição de classe e étnico-racial, algo impregnado no imaginário da população brasileira.

Vejamos a forma como Ruan se expressou quanto ao quesito *ser negro (a) e, ao mesmo tempo, habitar em um bairro periférico*: “Não, nunca senti isso não, [...]. Comigo não!” Ele argumentou mais sobre o aspecto individual e não se pronunciou quanto à identidade racial, apenas falou “anh, anh?” e calou - se. Posteriormente, no que diz respeito à questão *relação da cidade de Vitória da Conquista com as pessoas negras*, o mesmo narrador silenciou por algum tempo e respondeu: “Em comparação a Salvador não tem muito esta questão, acho que Conquista não é muito voltada para esta questão racial, não”. Por ter passado uma temporada em Salvador⁹⁹, o jovem comenta: “é tipo assim, negro em Salvador é mais comum. [...], lá tem muita coisa voltada para cultura negra, estas coisas [...], eu acho, assim, é mais interessante”.

⁹⁸ As autoras informaram que, diferentemente, do IBGE, utilizaram a palavra “negro” para computar os quesitos pardo e preto, pois consideram ser mais representativo da reconstrução identitária da população negra, tomando como referência o Movimento Negro Brasileiro.

⁹⁹ Ruan foi selecionado para a Orquestra Neojiba, mas, segundo ele, desistiu por ter descoberto que a música é uma atividade muito monótona e repetitiva. A Orquestra, segundo seu site, foi criada em 2007 pelo Governo do Estado da Bahia, “tem por objetivo alcançar a integração social por meio da prática coletiva e de excelência da música”. O programa “é uma ação da Secretária de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, sua gestão é realizada pelo Instituto de Ação Social pela Música (IASPM), entidade sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social”. O NEOJIBA, afirma o site: “Beneficia mais de 4.600 crianças, adolescentes e jovens em seus Núcleos de Prática Orquestral e Coral e através de ações de extensão, como a Rede de Projetos Orquestrais da Bahia e o Projeto NEOJIBA nos Bairros”. Disponível em: <<http://neojiba.org>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Apesar de Ruan considerar que na cidade onde mora não se sente discriminado em função da sua raça, o mesmo jovem sublinhou que Salvador é mais interessante pela grande presença negra, pelos seus marcadores e pelas suas manifestações culturais. Parece que se identificou mais com Salvador, considerou-a mais atraente por oportunizar-lhe vivências que a cidade de Vitória da Conquista não tem-lhe garantido, inclusive, nos aspectos voltados para a cultura negra, como afirmou.

Nesse percurso de análise, retornamos à discussão sobre a escola, pois, de acordo com Santos (2006), é uma das instituições que exclui a diversidade juvenil, ignora as visões de mundo dos jovens e não certifica suas ações e símbolos. Para a autora, a falta e as aberrações da História africana nos livros didáticos evidenciam o descompromisso e o despreparo de autores e editoras no trato com a temática, questão que compromete o processo de formação/informação dos estudantes no âmbito nacional. Soma-se a isso a não capacitação dos professores, “a maioria dos profissionais de história e áreas afins não teve contato com disciplinas específicas sobre a História da África. Há uma carência imensa de conhecimentos sobre a cultura e a história da África e dos afrodescendentes” (SANTOS, 2006, p. 8). Por outro lado, muitos dos espaços que o público infanto-juvenil frequenta nos turnos opostos ao da escola, como suporte de inserção social e, também, para possibilitar aos pais, principalmente, às mães tempo para o trabalho, apresentam muito mais fragilidades do que as unidades de ensino formal.

O argumento acima justifica as falas dos nossos narradores no trato com o tema aludido, tendo em vista certa unanimidade em afirmar que não percebem na sociedade conquistense o preconceito racial. Às vezes, são contraditórios nas suas afirmações, ao que associamos à análise da pesquisadora, pois consideramos que há uma lacuna na história brasileira quanto ao processo de formação de seu povo e um conformismo para lidar com os vários tipos de violência aos quais está submetido cotidianamente.

Nesse sentido, compreendemos a forma como Daiane se expressou sobre o assunto na relação com a urbe de Vitória da Conquista quando afirma: “Não, essa questão de cor, eu acredito que não. [...]. É essa questão mesmo do rótulo, vestimento, [...]. A cor, acho que não! “. Adiante, no entanto, afirma:

Frequentemente, assim, eu não sei nem se só por conta da cor. Até, assim o vestir, eu sou uma pessoa muito relaxada, eu não tenho muitas preocupações. Eu já passei algumas situações em minha profissão. Até de chegar no Hospital, foi recentemente. De chegar com uma criança negra, ela tava muito suja [...]. Teve um dia que eu cheguei, [...] eu e outra colega, [...] branca muito bem vestida, de salto, tal. [...] a enfermeira já indagou, [...] essa que é

a mãe? Então, [...] porque eu sou negra, eu tinha que ser a mãe da menina negra? E já passei muito por isso, muitas.

Apesar de, inicialmente, negar o problema racial, em seguida, admite que, em seu exercício profissional, já vivenciou várias situações que lhe deixaram aborrecida. Para ela, por ser negra, foi associada à genitora da criança. Agrega, ainda, a aparência da criança, no momento do internamento, para que a enfermeira se colocasse do modo como o fez. De acordo com seu relato, além de a criança ser negra, encontrava-se suja e desidratada e, por ser uma ação de emergência, a garota teve que ser levada às pressas para os primeiros socorros, situação que causou aborrecimento, irritação e muita indignação em Daiane.

Levando em conta as falas dos jovens sobre o preconceito racial no exercício da vida cotidiana, percebemos que há certa confusão quanto a esse aspecto, questão que nos leva a relacionar com a cultura produzida na sociedade brasileira, a saber, a de sermos considerada como uma população “cordial”¹⁰⁰. Avaliamos, dessa forma, que a sociedade brasileira está distante da realidade e que a escola tem uma grande parcela de responsabilidade no que se refere ao lugar de produção e reprodução do saber.

Amorim e Carvalho (1998, p. 195) salientam que enfrentar os exercícios discriminatórios é um dos desafios para sua superação na direção da igualdade. Para tanto, “É preciso desnaturalizar a exclusão social. Ela não é uma forma natural, mas produto histórico da sociedade”. Para confirmar essa consideração das autoras no que diz respeito às situações de discriminação vivenciadas pela população que vive à margem na sociedade brasileira, trazemos outras experiências e percepções de alguns dos nossos interlocutores. Marliassim expressa: “é pelo bairro mesmo, é pelo bairro. Acredito que é pela questão do mito que tem no bairro, de um bairro, ser violento”. E acrescenta:

Hoje, [...] até questão de trabalho, quando a gente fala, ah moro nas Pedrinhas, muitos não querem, porque acha que você vai roubar; que você não tem um caráter, [...] esquece da pessoa. Ou se você [...] entra mal arrumada numa loja, você é mal vista, o pessoal fica atrás de você. Até nos supermercados aqui perto.

Ao ser solicitada para falar sobre a realidade do bairro no contexto da cidade de Vitória da Conquista, a interlocutora acima rapidamente discorreu sobre o significado de fazer parte de uma localidade que é vista como lugar de perigo, por ser um bairro habitado por

¹⁰⁰ Holanda (1975) apresenta a mediação de classes sob a perspectiva do "homem cordial", aquele cuja característica é o horror às distâncias, que tem suas raízes na esfera do íntimo, do familiar e do privado, cujas origens, por sua vez, estão relacionadas antes com a especificidade da casa-grande, com traços patrimoniais herdados da cultura portuguesa.

peças de baixa renda ou sem renda nenhuma e, principalmente, por “peças de pele de cor negra”, como nos afirmou Marli. Ao falar de questões que lhe afetam, profundamente, expressou sentimento de revolta, pois a entrevistada mora no bairro desde que nasceu e, por isso, já vivenciou, certamente, várias experiências negativas pessoais, de seus pares e de muitos dos moradores de sua comunidade.

A jovem trouxe, ainda, em seus relatos, outra experiência que, segundo ela, deixa explícito quanto a sociedade da qual faz parte tem um olhar negativo e estigmatizante para com a população de seu bairro. Diz Marli:

Eu falo porque hoje estou num curso técnico de enfermagem à noite, faço ali [...] no Modelo¹⁰¹ e tenho algumas colegas de classe social melhor que moram em outros bairros, que quando eu falo ali, parece que é como se fosse em Salvador, é a Rocinha ou em Rio. [...] Que moro nas Pedrinhas, entendeu? Você vê assim que ainda tem isso.

É possível apontarmos um diálogo entre esse argumento desta entrevistada e o relato de Carla, quando esta afirma não se importar com as posturas das pessoas que se surpreendem ao falar o nome do bairro onde mora. Apesar de ter afirmado “eu, particularmente, não ligo”, percebemos que, ao relatar os fatos da vida cotidiana, por conta de sua condição de ser moradora de um dos bairros que, no contexto da cidade, é reconhecido e demarcado como lugar de perigo e de violência, a jovem deixou transparecer certa irritação. Diante dessa reação, insistimos com outro questionamento: *Em nenhum momento você sente incômodo?* Respondeu negativamente:

Não, eu simplesmente iria tentar mudar a visão da pessoa, né? Esclarecer que não é deste modo que tá pensando, que as pessoas, vamos dizer assim, uma coisinha acaba virando uma coisa enorme [ênfase]. Acaba transbordando, de um simples fato, acaba crescendo e aumentando a história literalmente. Que não é deste jeito, que é, literalmente, diferente do que ela imagina, do que ela vê e do que ela ouve.

Ariel, por sua vez, ao ser indagado¹⁰² a respeito da discriminação do Bairro Pedrinhas, e, na sua condição de ser negro, “pobre” e morador de uma localidade reconhecida como espaço de periculosidade, expressou:

Acho que por ser negro nem tanto, mas, que esta questão por ser morador do bairro, traz um certo estigma. Mesmo que as pessoas tentam colocar de

¹⁰¹ Colégio Estadual Eduardo Magalhães.

¹⁰² A pergunta que lhe fizemos: *Você é negro, mora em um bairro que é periférico, mas, é, também, centro. Sente-se diferenciado ou discriminado pela população conquistense por ser negro e por ser morador do bairro?*

brincadeira, forma mais jocosa, brincando em relação a periculosidade do bairro. Mas, pelo fato de ser negro, pelo menos, eu não sinto isso, a discriminação.

Ariel demonstrou não se incomodar, em sua avaliação, com aspecto do preconceito racial, apesar de usar os termos “nem tanto”. Rodrigo, também, considerou que a cor da pele não é um problema enfrentado pelos moradores das Pedrinhas. Conforme sua percepção, a aparência, o tipo de roupa que usam os fazem diferentes perante a sociedade conquistense: “Acho que a cor, não! Eu acho que é as vestes mesmo, né?”.

O jovem Ariel traz, em sua fala, a questão da periculosidade relacionada à população moradora dos bairros periféricos no Brasil, aspecto tratado aqui neste capítulo. Afirma que se depara com o problema do preconceito por morar naquela unidade urbana, apesar de afirmar não se sentir discriminado pelo fato de ser negro. Salienta, ainda, o preconceito disfarçado, perpassado na/pela sociedade brasileira e expressado, de forma sutil, através de brincadeiras feitas de “forma jocosa”, como nos informou o entrevistado, e pelo/no “jeito” brasileiro de mistificar a realidade, aspecto que fica exemplificado na configuração descrita pelo jovem, quando relata a forma de lidar de algumas pessoas¹⁰³ da sua relação com sua condição de ser morador de um bairro marginalizado.

Em seguida, insistimos se, de fato, não há incômodo por *Pedrinhas*, ainda, ser considerado um bairro estigmatizado e, no imaginário da cidade, lugar perigoso, local de “marginais” e de pessoas “delinquentes”. Ariel parou para pensar e afirmou: “Já tem algum tempo isso, então já me habituei com essas brincadeiras. Não incomoda tanto desse viés, mas ajuda a propagar essa visão do bairro perigoso. Mas, de fato, não muito”. Analisamos que há um desconforto, apesar de ele ter afirmado que “não muito”. Reforçamos um diálogo com nosso entrevistado¹⁰⁴ a esse respeito, e, em função disso, continuou: “Eu acho que sim, no sentido de que quando fala do bairro, que moro naquele bairro, leva para este lado, de falar da insegurança. E no sentido que, mesmo que morem nos bairros que têm alto índice de violência, eles não colocam, não expõem este aspecto”.

Percebemos, nas narrativas dos três jovens em foco, que, apesar de afirmarem que não se incomodam com o modo como são vistos pela população conquistense, existe um “mal estar” “camuflado” diante da realidade descrita. A fala de Ariel corrobora a narrativa de Carla, que observa: “Nos demais bairros da cidade de Vitória da Conquista existem também os ‘vândalos’”. A jovem pondera:

¹⁰³ Colegas da universidade. O jovem relatou que é muito introspectivo, tem poucas relações, mas que usa muito a internet, as redes sociais como entretenimento.

¹⁰⁴ Ele é o único estudante universitário do universo de nossa pesquisa.

Com certeza tem porque você mesmo vê na televisão, você mesmo vê de pessoas que são seus amigos, que moram em outros bairros; falar também que existe criminalidade, que pessoas que morrem. Mas que existem pessoas de bem, não adianta focar só em um bairro só por causa do que acontece nele e esquecer que o mundo inteiro tem perigo nas ruas, seja da classe A ou da classe inferior.

Na opinião de Carla, a relação com a criminalidade não é específica de um bairro, uma cidade, um estado, um país ou de uma classe social e nem circunscrita a eles, é, na sua visão, uma questão de âmbito mundial e que envolve não somente pessoas moradoras de áreas periféricas. Para essa jovem, pessoas “do bem” não estão livres de envolver-se com um ato de violência, isto é, com a criminalidade.

Contradizendo os seus pares, Daiane admite o seu incômodo ao ser identificada como “bandida” e “marginal” por ser moradora do bairro onde mora, mesmo quando isso ocorre por amigas em tom de brincadeira. Vejamos o seu relato:

Daquela forma muito descontraída, das brincadeiras e das piadinhas, mas, [...]. É, vamos jogar contra um time lá de S. F. do Conde, as meninas costuma bater, ah, se preocupa não, que tem uma das Pedrinhas. Então sempre tem, mesmo de forma bem descontraída, das amigas. Parou um pouco porque assim, todo mundo na brincadeira, todo mundo ria e tal. As meninas, acredito achavam que tava natural, até que um dia, *eu não gosto dessas brincadeiras*. Sempre, sempre, sempre.

Percebemos que, inicialmente, também demonstrou certa indiferença ao preconceito constituído na cidade de Vitória da Conquista contra o bairro onde reside, entretanto, no decorrer de sua entrevista, admite o quanto se senteperturbada. Observemos: “Eu tento não me importar muito, acho que é vivência, é histórico. Mas, eu me incomodo, me incomodo um pouco sim”. E adiante volta a assegurar: “Já, é uma coisa que me incomoda muito, porque uma coisa é você já conhecer e falar sobre aquilo, outra coisa é você falar e já ter essa questão mesmo deste ataque sem esse conhecimento”. Fica claro, então, que ela sofre preconceito por habitar num bairro estigmatizado.

Talvez Daiane queira dizer que há uma definição estabelecida, por parte da sociedade conquistense, no trato com a população das Pedrinhas, quando seus cidadãos tecem comentários sobre o bairro e seus moradores, sem, no entanto, conhecer a realidade deles. Para ilustrar a fala de nossa interlocutora, no decorrer de nossas idas ao bairro, ouvimos, muitas vezes, comentários de pessoas de nossa relação sobre o perigo do nosso deslocamento para aquele “local”, “lugar de periculosidade”. Portanto, está enraizado no imaginário dos moradores da cidade de Vitória da Conquista que Pedrinhas e sua população representam

ameaça para “os cidadãos de bem”. Esse posicionamento nos faz refletir sobre a afirmação de Pasternak e Bogus (2006, p. 195): “No imaginário popular, bastante preconceituoso, o favelado seria negro, nordestino, desocupado e marginal”.

Trilhando pela temática, Rocha (2006, p. 11) observa que

o imaginário social dominante brasileiro interpreta o ‘favelado’ como um tipo social homogêneo e a favela como lugar de ausência e caos social. A favela é quase sempre definida pelo que ela não teria: um lugar sem infraestrutura urbana — água, luz, esgoto, coleta de lixo —, sem ruas pavimentadas e bem delimitadas, globalmente miserável, sem ordem, sem lei, sem regras, sem moral, enfim, o lugar da carência, do vazio, do perigo. Muitos autores (ZALUAR; ALVITO, 2003; CECCHETTO, 2003; RINALDI, 2003; ZALUAR, 2004, 1997, 1985) já apontaram para esta questão da estigmatização e rotulação sofrida por estes indivíduos moradores de favela. Há, para estes autores, uma espécie de imaginário preconceituoso, alimentado tanto por aqueles que não querem ser associados à favela quanto pelo poder público, como ainda pelos que lá não moram.

Nessa direção, habitar, morar em favela, segundo Zaluvar (2006, p. 307), é carregar a “marca do perigo”, o escudo¹⁰⁵ do estigma, é ter uma identidade social pautada pela ideia de pobreza, miséria, crianças na rua, família desagregada, criminalidade, delinquência. Tais imagens são realimentadas pelos veículos de informação, que trazem notícias sobre o “morro” sempre do ponto de vista negativo, enfatizando o tráfico de drogas e a violência. Por causa dessas crenças, o fato de um indivíduo morar numa favela o transforma num estigmatizado, sendo-lhe atribuída uma condição desviante, de anormalidade e periculosidade. Portanto, morar na favela significa predestinação a ser um criminoso, a ser um delinquente, a ser um traficante de drogas, conseqüentemente, a ser um indivíduo perigoso.

Consideramos que, no Brasil, a história das classes que vivem do trabalho é marcada pela dominação, desigualdade, exclusão e violência, sinais que acompanham a trajetória do país, desde o período colonial até à atualidade, mantendo a diferença pela desigualdade.

Kowarick (2002, p. 28), ao discorrer sobre vulnerabilidade e risco no âmbito do urbano, ressalta que conhece a capacidade dos espaços novos para a garantia de proteção socioeconômica. Considera que “são os estatutos legais de defesa de crianças e adolescentes, das mulheres e dos consumidores ou a recente legislação que procura enfrentar os graves problemas urbanos nas cidades”, mas avalia que, no Brasil, no domínio dos direitos sociais,

¹⁰⁵ Daiane, em consonância com Zaluvar (2006, p. 307), considera que, como moradora das Pedrinhas, há um sentimento de que carrega constantemente um estigma: “sempre com um *escudo* por conta mesmo dessas questões, muita gente que nunca veio nas Pedrinhas, mas, que já tem aquela visão nas Pedrinhas só tem bandido. Então, a gente já anda com esse escudo já pronto”.

mesmo que haja vias possíveis de reclamação e defesa, existem, ainda, muitas fragilidades, situação que “permite enfatizar a vigência de amplo e variado *processo de destituição de direitos*”.

Baseando-se em Telles (1996), o autor afirma que, a partir da questão social, as sociedades, em sua história, podem ser lidas, descritas, problematizadas em seus dilemas e em suas perspectivas de futuro. A dificuldade em expandir cidadania é considerada como sendo talvez o mote maior que sobressai no âmbito da relação Estado e sociedade na história brasileira. Os direitos básicos estão previstos na Constituição de 1988, no entanto, não foram efetivados para todos. Defende o autor: “A condição de subcidadania urbana é importante para fundamentar uma forma de controle social pela história da vida privada das pessoas” (KOWARICK, 2002, p. 20). Nesse sentido, se existe alguém desprovido de seus direitos, há possibilidades para o domínio e manutenção da situação que interessa à classe detentora do poder.

Os argumentos do autor sobre a questão social podem ser relacionados com as considerações de Castel(1998), que afirma que a “desfiliação” significa perda de raízes, desligamento, desabilitação dos indivíduos para as redes básicas da sociedade.

O desenraizamento social e econômico dos indivíduos aos quais se reporta Castel têm dois sentidos: primeiro, significa enfraquecimento dos laços da sociabilidade primária (família, parentes, comunidade, mundo do trabalho); segundo, significa desemprego por muito tempo, trabalho informal ou ocasional por parte da grande maioria da população.

Em se tratando do público juvenil, propomos pensar a questão a partir de uma relação entre Fachinetti (2009, p. 69) e a análise de Castel. Aquele autor afirma que o jovem se encontra numa “realidade ‘sem lugares’ para todos”, porque estão sujeitados a diversas violências. Ainda não foram efetivados os seus direitos básicos - educação, saúde, moradia, enfim, não lhes foram garantido uma vida digna, o que se configura como violação dos direitos fundamentais. Essa garantia, teoricamente, está prevista na Constituição denominada Cidadã, que, legalmente, deu-lhes o título de “sujeitos de direitos”, no entanto, ainda, há um percurso longo a ser trilhado na prática.

4.3 PERCEPÇÕES DOS JOVENS DAS PEDRINHAS: *O OLHAR DE CIMA PARA BAIXO*

Em Vitória da Conquista, Pedrinhas é sempre vista de baixo para cima como lugar “marginal”, de muitas violências. Agora, a proposta é inverter essa lógica e percebê-la de *cima para baixo*, olhando em outra dimensão, por meio das *percepções* dos entrevistados, ou

seja, sob o olhar juvenil. Para falar sobre o bairro no qual mora, a jovem Marli inicia o diálogo discorrendo sobre a cidade:

Conquista, hoje, é uma cidade que tem muito para ser melhorado, precisando de saúde, de educação, lazer, tá crescendo! Com essas praças, com os eventos que eles fazem e não é uma cidade de muita oportunidade, não! Tem as oportunidades, tem, vai crescendo, então, eles vão ter que dar novos horizontes de direcionamento. Mas, não é uma cidade de muito crescimento, não! A gente ver gente saindo para trabalhar fora. Hoje, com essas vez que tem carteira assinada, parou de ter pessoas para ganhar duzentos, trezentos reais, que é escravidão. [...] fora do bairro Brasil, que tem algumas coisa. Você ver alguma coisa em Conquista no final de semana para você ir, para você passear, a não ser o shopping? Você não tem, é vazia de lazer.

De acordo com a jovem, na atualidade, Vitória da Conquista cresce, mas apresenta problemas em diversas áreas - saúde, educação, lazer e no mundo do trabalho, pois existem conquistenses se deslocando para outros lugares por falta de oportunidade local. Valoriza a construção de praças, os eventos que nelas são realizados e reconhece que a questão salarial melhorou, “não é mais escravidão”, salienta, porém, que Vitória da Conquista é deficiente em lazer. Olhando *de cima para baixo*, afirma:

Não tem uma vista privilegiada como essa, quantas vezes a gente veio de campeonato à noite de Salvador, vinha por aqui e quando chegava na ponta da BR e você vê a cidade linda! Aí, eu falo e não nego, é muito bonita! Mas, quando você entra em cada bairro, você vê as feiuras que tem, as coisas feias. Hoje, não têm mais ruas sem asfalto nos bairros, são poucas, mas quando você entra nas localidades você vê e se frustra. [...], Então, deixa a cidade mais feia.

A mesma entrevistada, falando de sua percepção sobre a cidade, comenta que a vista da urbe a partir de seu bairro é única, privilegiada e avalia que, do *alto*: “a cidade é linda!”. Ela tem tido oportunidade para deslocar-se para outras unidades urbanas da cidade e, por isso, fala das mazelas estruturais percebidas nos diversos bairros periféricos de Vitória da Conquista.

Ariel também descreve a cidade de *cima* e afirma que gosta de apreciar a vista panorâmica do *alto* das Pedrinhas à noite, como se segue:

Gosto da vista à noite, lá tem uma boa vista. [...]. Fica aquele estado de admiração. Eu falo que prefiro Conquista à noite do que de dia. Esta questão gera um certo distanciamento, [...], de se sentir *apartado* (grifo meu) daquilo e ter uma outra visão sobre aquilo, sobre a cidade. [...]. Hoje em dia, esta questão do dinamismo, é uma cidade que está em constante expansão. Acho que é interessante, [...] você parar um tempo, poder contemplar aquilo que está ao alcance dos seus olhos, acho que é bom [...]. Também gera um olhar para si mesmo. Acho interessante!

Na oportunidade, dialogamos com esse interlocutor sobre o significado de sentir-se “apartado”, como ressaltou na citação acima. Para ele, todos os indivíduos têm dificuldade para interagir socialmente, isto é, relacionar-se com “todos os setores da sociedade”: “Em muitos aspectos eu não sou muito diferente, neste sentido, de estar em interação”. Percebemos, no decorrer da entrevista, que Ariel não queria aprofundar algumas questões e essa foi uma delas. Desde o início de sua narrativa, disse que é uma pessoa muito “introspectiva”, que gosta de ficar só e que tem poucas relações, inclusive, mesmo com sua genitora e irmãos morando no mesmo bairro, reside¹⁰⁶, desde muito pequeno, com sua avó materna.

Pedro, por sua vez, diz que, quando olha para cidade do seu bairro, pensa e fala: “sou uma formiguinha pequena, mas que contribui com o crescimento de tudo isso. Minha visão é essa”. Esse entrevistado se vê como coparticipante do processo de desenvolvimento da cidade.

De um modo geral, os entrevistados falaram da beleza percebida *do alto* da Serra do Periperi: a vista da cidade iluminada “enche os olhos de todos à noite”. Não deixando, contudo, de perceber o funcionamento da cidade diurnamente, no concreto vivido, falam de outros aspectos do seu cotidiano, além dos já percorridos neste trabalho.

Quanto às políticas públicas na unidade urbana onde residem, consideraram que, atualmente, em termos de saneamento básico, ocorreu melhoria: quase todas as ruas foram asfaltadas, a limpeza pública também apresenta aspecto positivo. Mas criticaram muito o serviço de saúde, educação, lazer e segurança pública.

Vejamos o que afirma Ariel no que se refere ao quesito *se existem políticas públicas desenvolvidas nas Pedrinhas*:

Acho que, em algum sentido, sim, [...] no aspecto da infraestrutura, do asfaltamento, da melhoria de saneamento; neste aspecto sim. Mas, acho que deixa um pouco a desejar na questão da segurança. [...] já algum tempo foi implantado o posto de saúde [...], apesar de ser um pouco deficitário por causa que abrange um grande contingente, [...]. Acho que a infraestrutura física atende bem, mas deixa um pouco a desejar nesta questão de pessoal para atender mais gente.

Diferentemente de seus pares, Rodrigo informa que, no âmbito municipal, educação em Vitória da Conquista é muito boa, mas comunga com os demais jovens no tocante à defasagem nas demais áreas de atenção à população. Ressalta o jovem:

¹⁰⁶ Ariel considera que ter ido morar com sua avó foi algo muito positivo em sua vida, pois ela é sua grande incentivadora para continuar estudando e para fazer um curso universitário. Relatou que o ambiente sossegado da casa dela lhe agrada e favorece muito para fazer suas leituras, porque sua família é composta de vários membros, com muitos irmãos. Expressou, dessa forma, muito afeto em relação à avó. Entretanto, em sua entrevista, não se reportou, em nenhum momento, a sua genitora.

Bom isso aí são problemas [...] no Brasil [...] porque eu nunca vi saúde no Brasil, ela melhora, mas em alguns lugares ainda têm os índices baixos. Isso depende muito da gestão municipal, do governo estadual e federal. Quanto ao governo municipal em questão de educação eu vejo que está 80 por cento a 90 bom, eu não trabalho só aqui, eu trabalho em escola de zona rural e também vejo que estrutura realmente tem, jogos educativos, salas modernas e salas de informática. [...] Quanto à segurança pública, isso deixa muito a desejar, acho questões mesmo do profissional [...] pela polícia militar. Vejo que a polícia dá pouca ênfase a segurança das pessoas.

Daiane, a respeito das políticas públicas no bairro, também coaduna com o que foi exposto pelos nossos entrevistados, conforme o trecho que se segue:

Eu estava conversando, outro dia, com uma colega. A gente está com um problema muito grande com Essa Minha Casa Minha Vida, inclusive, no que tange o direito à educação porque foi feito as casas, não se pensou em escolas, não se pensou em creche, não se pensou em transporte público. E aí, tá uma dificuldade muito grande, porque não tem escola e [...] tem que ir para uma escola mais longe. [...] além da ausência da escola, a estrutura que falta muito ainda.

Pedro, na mesma linha de avaliação do grupo, tece seus comentários no que diz respeito às políticas públicas, considerando que falta a participação da população para manutenção dos serviços implantados no bairro.

Em termos de organização mudou 50%, a gente coloca 50% porque o bairro não era asfaltado totalmente, saneamento básico, não falta energia, não falta água, assim, padrão. O bairro tá padrão! [...] a gente fala do bairro, [...] só que cabe a pessoa [...] tá buscando, também, porque o bairro não vai ficar lindo de uma hora para outra. O bairro vai ficar lindo quando todos os moradores ter consciência e cuidar do bairro, entendeu? Porque, às vezes, falta isso. Porque foi construído aí, quadra poliesportivas, posto policial e tudo o mais só que os moradores não cuidam; aí tem aquele descaso, entendeu? Ai, às vezes, depois volta a falar o bairro tá ruim, o bairro não tá ruim. Falta consciência da gente e a gente cuidar do bairro [...] A população não tá contribuindo pró bairro porque não tá cuidando do bairro.

Entretanto, adiante salienta:

A gente sabe que falta médico, é pouco, [...]. Neste Posto aqui do bairro, [...] falta médico, praticamente a semana toda. A saúde tá precária não só no bairro, como no nosso Brasil. A gente sabe que é no país todo. A gente sabe que a saúde é precária [...]. As estruturas, também, que são organizadas essas estrada [...]. A segurança e a saúde tá andando junta também; tá a mesma coisa. Falta segurança, a gente sabe que só tem segurança na cidade no centro, que não é seguro também. Mas, nos bairros não tem segurança nenhuma.

Daiane corrobora Pedro e enfatiza que, além de políticas públicas, falta, por parte dos moradores do bairro, a conscientização de que é imprescindível cuidar dos equipamentos públicos. Cita o exemplo dos serviços depredados na parte alta das Pedrinhas, inclusive, considerada como zona de conflito por vários dos entrevistados, local onde até o posto policial foi depredado pela população como manifestação contra a polícia. Mas o interessante é que, segundo os dois últimos entrevistados, o espaço físico desse posto foi transformado em um “ponto de leitura¹⁰⁷”, que não sabem se continua funcionando.

Em se tratando de *lazer* nas Pedrinhas e na cidade de Vitória da Conquista, especificamente, voltado para os jovens, Ariel comenta que o “forte é o São João”¹⁰⁸; quando se organizam, fecham as ruas. Diz ele: “Alguns vão para o campo jogar futebol. Outros saem, [...] vão para outros espaços. De forma geral, é isso!”. Com base nesse comentário, entendemos que o lazer é sazonal.

Daiane, citando o futebol como uma atividade de lazer que acontece aos domingos no bairro, afirma:

Futebol, [...] que cada um tem o seu baba e, atualmente, uma vez no ano tem o campeonato nas Pedrinhas que movimenta bastante o bairro. Envolve não só as pessoas que jogam, mas, as pessoas que vão assistir. Então, hoje, também, tem um grande número de bar; barzinho mesmo de ficar à noite inteira final de semana e se resume a isso, futebol e bar.

Pedro, por seu turno, afirma que os jovens de Vitória da Conquista não têm lazer:

A gente sabe que a diversão tanto para o jovem como para o adulto ou, qualquer que seja, no final de semana só tem bar aberto. Na minha visão, acho que nos domingos deveria ter um projeto voltado para os jovens, pra tá atraindo eles, entendeu? Até porque [...] o jovem acorda e não tem nada, você olha para um canto, olha para outro, a cidade é parada. A gente sabe que não tem nenhum evento, a gente sabe que só tem bar [...] Quem joga futebol, joga futebol. E fica aquela coisa assim, às vezes, eu paro e fico pensando: *falta um projeto no domingo, a cidade falta um projeto, um projeto de cultura em cada bairro*. É uma coisa que fica na minha mente, assim, todo domingo em cada bairro diferente tá levando cultura. Tá levando o que? Um pessoal que trança, uns que desenham, uns que canta, uma pessoa

¹⁰⁷ Através da leitura, pode ocorrer um despertar de interesse em alguns meninos para ser o policial descrito na perspectiva deles: o policial “comunitário”, que trabalha em interação com a comunidade.

¹⁰⁸ Todos os jovens salientaram que o São João é o evento que mais mobiliza a população do Bairro Pedrinhas. Segundo Daiane, para a realização dessa festa nos últimos três anos, a juventude do bairro se articulou muito. Afirma a jovem: “Esse ano mesmo no S. João eles fizeram uma festa muito boa e foi toda pensada e organizada pelos meninos. Teve a contribuição dos moradores, questão financeira, mas foi toda pensada e organizada por eles. Inclusive, eles já estão discutindo o S. João deste ano. São eles que fazem todo o processo de enfeitar, de acordar de madrugada. Que tinha perdido isso, a gente não fazia [...] essas festas lá, até porque do risco que corria e tudo. No ano passado, eles fizeram uma festa muito boa. Eles já estão organizando e eles têm este pensamento sim, eles pensam, é essa mesma turminha que vai lá para Praça da Juventude”.

que faz uma poesia; acho que em cada bairro tem pessoa que se destaca em alguma coisa. E, na minha visão, se tivesse um projeto desse, em cada bairro, acho que traria atraindo mais jovens (grifo nosso).

A avaliação de Pedro é muito interessante, na medida em que, com muita rapidez e capacidade de prever ações, delineando propostas para realização de eventos com a juventude nos bairros. Destarte, se a Política Municipal de Juventude disponibilizasse recursos financeiros e humanos para a efetivação das ações com sua participação efetiva na elaboração, articulação e realização de eventos, certamente, além de contemplar os interesses dos grupos juvenis, eles, os jovens, sairiam da sensação descrita por Pedro, a de olhar para um lado e para outro e restar apenas um vazio, que pode impelir para outras vias, como as drogas, o tráfico, a criminalidade, entre outras.

Falando de política pública para juventude, os jovens, de modo geral, ressaltam que não existem ações específicas para o Bairro Pedrinhas. Lembramos a eles a construção da Praça da Juventude no entorno do Bairro Cruzeiro. Reconhecem que é um equipamento de qualidade e muito bonito, mas reclamam da falta de planejamento de eventos para dar “vida” àquele espaço e da burocracia para autorização de uso da quadra e do campo, os quais precisam ser solicitados¹⁰⁹ previamente. Sobre essa liberação, informaram: “Tem uma pessoa específica da Prefeitura que faz essa divisão por horário”.

Daiane enfatiza também que a praça mencionada foi construída em uma zona de conflito, existem naquele entorno grupos rivais por conta do tráfico de drogas. Alguns dos entrevistados informaram que têm medo de ir para lá. A jovem, inclusive, afirma: “Por conta de conflito, tem um pessoal do Peru que tá em conflito com o pessoal das Pedrinhas e pode encontrar lá”. Continua discorrendo:

Uma dificuldade que a gente tem com a juventude hoje, chama-se drogas. É uma coisa muito complicada e que tá levando muitos jovens. Mas, pensando no bairro Pedrinhas, é, a gente tem uma juventude muito boa, para cada 10 jovens que tá envolvido a gente tem 100 que não tá, são meninos que tão trabalhando, são meninos que estuda num turno e vai para escola no outro. São meninos que se reúnem na pracinha¹¹⁰, como eles dizem, para bater resenha.

¹⁰⁹ Entendemos que é para sua preservação, mas podem ser planejadas ações para promover a interação entre os jovens das diversas áreas do bairro e da cidade, até para fazer jus a sua denominação: **Praça da Juventude**. Manter apenas para enfeitar a cidade e ficar como ponto turístico é uma grande contradição, numa cidade de tantas carências para os grupos juvenis, como tão bem colocaram nossos interlocutores.

¹¹⁰ De acordo com Daiane, no bairro, situada perto da casa de sua avó tem uma praça, que “o pessoal apelidou Praça da bala perdida por conta de ser uma pracinha [...] bem simplesinha que a Prefeitura deu uma arrumada, colocou umas árvores e uns banquinhos que não tinha nada, [...] menos de um ano veio e arrumou. É bem pequeninha mesmo [...] e aí bate aquela sombra e os meninos vão. [...] é uma praça que tava bem na divisão do bairro, então, era onde os meninos se encontravam para atirar

Um achado interessante em nossa pesquisa é que os jovens conseguem perceber que, em momentos pontuais, aparecem agentes públicos para propor ações na perspectiva de atender às demandas das Pedrinhas, porém, depois desaparecem, e a vida no bairro continua no seu “curso normal”, na tessitura cotidiana, sem, todavia, sua população ser percebida, além do que se afirma, constantemente, como problema social e não como possibilidade.

Analisamos, dessa forma, que a população de Vitória da Conquista precisa sair de suas redomas, dos seus “muros” altos, de suas cercas elétricas, de suas defesas e medos e encarar a situação caótica vivenciada no município, no Estado da Bahia e em toda nação brasileira. A realidade crítica pela qual passa a cidade, na contemporaneidade, certamente, não foi criada pelo “outro”, pelo “estranho”. O processo é inverso, foi criado pelo capitalismo que, quando não vê o “outro”, o “estranho” na possibilidade do consumo, da vida produtiva, da “boa aparência”, dos “bons modos”, do comportamento “adequado” e usufruindo das “benesses do capital”, coloca-o para fora, distanciando-o cada vez mais da cidade centro, deslocando-o para as suas margens. Às vezes, mesmo localizado no centro, ainda é afastado da interação com a urbe, como é o caso do bairro pesquisado.

Constatamos que esse movimento reflete a “cidade partida”, conforme Almeida e Najjar (2012). Nela, as condições de melhoria não são da vontade de quem nela habita. Para viver na cidade, segundo os autores, a ausência de infraestrutura pública é transformada em investimento privado. Desse modo, quando o transporte público não atende às necessidades, “alguns de seus habitantes precisam possuir automóveis particulares; se não há hospitais públicos suficiente, contrata-se (sic) planos de saúde e médicos; se não existe policiamento, constrói-se (sic) muros, paga-se (sic) vigias e câmeras de vídeo de vigilância” (ALMEIDA; NAJJAR, 2012, p. 130). É essa lógica da divisão entre o público e o privado que os autores usam para denominar de “cidade partida”.

No sistema que favorece a realidade da qual estamos nos referindo e, especificamente, na cidade onde se localiza o bairro analisado neste estudo, onde muitos não têm acesso ao público e, muito menos, ao privado, existem outras poucas possibilidades de inserção social, como as Organizações não Governamentais. Assim, o *bater à porta da Associação de Amigos da Pastoral do Menor tem sentido*, porque, indiscutivelmente, todos os entrevistados desta

e que hoje é uma praça onde os jovens sentam para conversar e bater resenha. Então, o apelido dela é *Praça da Bala Perdida*. Mas, já tem um bom tempo que a gente teve uma situação assim complicada lá”. Na oportunidade, questionamos a Daiane sobre por qual motivo não denominam àquela praça com outro nome, pois o que a colocaram está relacionada com violência. Ela respondeu: “É, né, Rebatizar?”

dissertação discorreram sobre o reconhecimento de ter passado ou de estar, ainda, na AAPM. Para eles, a instituição foi a “luz no fundo do túnel” num bairro que, se ainda hoje, vivencia a ausência de atenção para com sua juventude, imaginemos na década de oitenta, quando essa Associação começava a despontar na localidade com uma ação inicial de atrair os “garotos” para vender jornal. Mudou bastante a forma de atuar, mas, como outras instituições de atendimento, na atualidade¹¹¹, “rende-se” à pressão de uma sociedade que valoriza muito mais a inserção dos jovens em atividades de exercício laborativo, considerando a realidade socioeconômica do seu grupo familiar.

A motivação para bater à porta mencionada se deu por meio da família dos interlocutores desta dissertação. Com essa iniciativa, vislumbravam melhores condições para a vida de seus filhos e, conseqüentemente, da família. Para João, por exemplo, a Pastoral é sua referência no bairro e, caso saia dele para morar em outro local, a única lembrança positiva será a da Instituição: “[aprendi] a conviver com as pessoas, aprendi música aqui”.

Na visão de Aline, a Pastoral tem ensinamento e objetivo, conforme aponta no trecho que se segue:

E aqui ensina isso, ensina você a ter mais concepção da vista do mundo lá fora. Porque o mundo lá fora não é fácil, hoje, principalmente, [...] do jeito que as coisa tá [...]. E, hoje, estudar é tudo, [...] também a educação que passa, você tem reforço. Eu ainda faço pesquisa¹¹² aqui [...]. Eu já tô dois anos trabalhando [...] pelo Mais Educação¹¹³.

Ruan assim declara: “A Pastoral foi a minha vida, [...] Meus momentos na Pastoral foram bons, porque eu tive acesso a atividades esportivas, artísticas, tive acesso a música. É, foi a partir da Pastoral que eu tive a música”. Esse jovem aprendeu a tocar flauta e, atualmente, repassa seu conhecimento musical por meio de aulas na Instituição.

Ressalta Daiane que é fácil comentar sobre a Associação de Amigos da Pastoral do Menor,

porque diante das circunstâncias, da família, da vivência e tudo [...], a Pastoral foi [...] o que direcionou a minha vida, [...] aqui eu tive toda orientação que eu precisei e até atenção, porque em casa foi um tanto complicado [...]. Até esta questão mesmo, de sentar e conversar as *lembranças* que eu tenho é de funcionários da Pastoral, de questões, assim,

¹¹¹Outro aspecto da atualidade, no que se refere a essa discussão, é a campanha para reduzir a maioridade penal, que objetiva aprisionar os jovens identificados como “classes perigosas”.

¹¹² A AAPM montou uma pequena biblioteca em seu espaço físico, na qual todos que estão inseridos nesse projeto e os que dele já participaram têm acesso.

¹¹³ Programa do Governo Federal já citado por Rodrigo. Essa jovem desenvolve, também, atividades de futebol por esse Programana Pastoral.

que eu vejo que seria de conversar com a mãe ou até com a irmã mais velha, foram coisas com a Pastoral. Então [...] foi quem deu direção, foi quem deu um rumo e pra mim, foi muito importante até por conta de abrir os horizontes, de perceber que poderia ser diferente, que poderia fazer diferente.

Ela também fala sobre a modalidade de música aprendida na Instituição:

Eu fico imaginando [...] quando eu ia conhecer e saber o que é um *saxofone*, porque [...] a gente não tem esse contato, essa vivência. É, às vezes, eu tô ouvindo *músicaclássica* e as pessoas passam e se assustam. Aí, eu fico imaginando se não fosse pela Pastoral, será que eu tinha conhecido este estilo musical? E que nem é tão assustador [...] entendeu? Então, pra mim, foi o pilar mesmo! Foi em cima daí que eu fui construindo a minha vida. Até nessa passagem de criança pra adolescência, tive meus momentos de diversão aqui, tive os momentos, também, de brincadeira com o pessoal [...] até para um patamar um tanto adulto, também. Então, para mim, foi importantíssimo, foi não, ainda é [...]. Não tive referência de mãe, até porque meu irmão mais velho¹¹⁴ sempre deu muito trabalho, a atenção dela é toda para ele, até hoje [...]. Então, foi a referência [...] e até hoje ainda é a Pastoral.

Carla, nessa esteira de comentários, avalia que a AAPM contribuiu muito, pois lá aprendeu a tocar clarineta. Segundo a jovem:

Tocodesde criança [...]. Eu acho com sete, oito anos, mais ou menos, eu comecei a tocar. Com o tempo, eu passei a querer a tocar outros instrumentos, no caso *mais clássico*. [...] Eu comecei a aprender tocar violino, só que eu parei com o tempo. Então, [...] no projeto me disponibilizou um instrumento que, no caso, *eu amo tocar*, sou apaixonada me abriu a visão para outro mundo, para uma filarmônica, uma orquestra que é maior, ainda. E, assim, a conhecer músicos, instrumentos diferentes *e ver que, música não é só essa que a gente houve no bairro, que tem algo mais além e que pode contribuir bastante na nossa vida*(grifos nossos).

Acrescenta Marli que a música é sua referência e que não fez, ainda, o vestibular para essa área porque na cidade não tem o curso: “Música, eu acho que é muito limitado, principalmente, nesta cidade que a gente mora”. Em decorrência da situação financeira da família, não pode se deslocar para estudar fora.

Pelos relatos dos pesquisados fica demonstrado o quanto eles reconhecem que, no emaranhado de descasos com a população jovem nas Pedrinhas, a Associação de Amigos de Pastoral do Menor tem feito diferença naquela localidade ao longo dos anos. Desse modo, tem contribuído com o processo de formação do conjunto de seus atendidos, embora apresente

¹¹⁴ Assassinado no bairro pela polícia, no início de 2014. A forma como foi morto foi citada por todos os jovens pesquisados, que não defendem a postura de alguns dos moradores do bairro. Expressaram que tem que haver punição nas situações consideradas fora da “normalidade”, como no caso do jovem citado, mas externalizaram indignação com o fato ocorrido, pois não concordam que uma pessoa, “um ser humano” seja tratado como animal, “como porco”, como foi narrado.

limitações quanto ao quadro de pessoal e à capacitação do mesmo para melhor colaborar com o grupo que assiste. Além disso, ao administrar o cuidado com o público atendido, garante aos genitores e/ou responsáveis por ele possibilidade de trabalho, visando, com isso, melhorar as condições de vida das famílias que conseguem inserir-se em alguma atividade laboral.

A nossa dissertação aponta, ainda, que os jovens entrevistados, de um modo geral¹¹⁵, não têm envolvimento com atos infracionais, pelo contrário, são pessoas que estão focando suas energias em busca de inserção no mercado de trabalho, como lhes é repassado, logo cedo, por meio de suas famílias e pela AAPM, realidade vivenciada, também, pelas demais instituições que trabalham com o público referido.

Importante afirmar, com base em dados do Distrito Integrado de Segurança Pública (DISEP), que, apesar de toda “fama” e divulgação circulada pela urbe de Vitória da Conquista de que Pedrinhas é um bairro muito violento, no ano de 2013, dos cento e dezoito (118) assassinatos no município, seis casos (6) foram no bairro Cruzeiro/Pedrinhas; dos quais, três (3) foram jovens envolvidos com o tráfico de drogas. No ano de 2014, os dados registrados até o mês de julho foram: cinquenta e sete (57) assassinatos, dentre os quais três (3) casos foram no bairro Cruzeiro/Pedrinhas, desses apenas um (1) era jovem e sem registro de tráfico de drogas.

A partir desses dados, podemos apontar que, apesar de toda “fama” e divulgação circulada pela urbe de Vitória da Conquista de que Pedrinhas é um bairro muito violento, os dados da pesquisa referida evidenciam que o número de infrações cometidas no bairro é baixo. Com isso, parece que se desmistifica uma questão que perpassa o imaginário coletivo da cidade aludida nesta dissertação. Sabemos o quanto a mídia local favorece na divulgação das Pedrinhas com a denominação que marginaliza sua população. Por outro lado, percebemos que, no bairro, não há reação de seus moradores, silenciam por estratégia ou por falta de informação. Em relação ao fato de não existir um contramovimento, no quesito por que a população, principalmente, os jovens não reagem frente ao estigma de ser bairro marginal, todos os entrevistados disseram que, nas Pedrinhas, existe uma Associação de Moradores, contudo, não funciona. Apenas em época de eleição, divulga-se alguma atividade. E não trouxeram informação de qualquer outra ação sobre a temática.

¹¹⁵ Detectamos apenas um envolvido com o tráfico de drogas, apesar de que ele não se posicionou a respeito do assunto. Faz a avaliação do fenômeno, mas colocando-se à parte do processo da criminalidade. Somente um dos entrevistados informou fazer uso de maconha, esporadicamente, porém, avaliou que “sabe até onde vai” na relação com a droga referida. O uso, segundo ele, não o prejudica. Percebemos, ainda, em outros jovens, certo juízo de valor perpassado pela mídia e, também, pelas instituições que interagem, família, escola, religião, entre outras, quando abordam sobre a temática das drogas.

Ariel contribui com sua fala dizendo que concorda ser “estranho” a não reação dos moradores, mas acrescenta:

Mas acaba essa questão tentando ser indiferente. Eu, realmente, não saberia como colocar desta questão da organização, porque não se organizam [...]. Acho que, essa questão da polícia, passa pelo medo. Acho que as pessoas, de uma forma em geral, não querem tomar uma posição de liderança, ser visado pela polícia. Então, acho que, individualmente, as pessoas têm esse receio e, acabam, não tentando se organizar.

Outro jovem que emite opinião a respeito é Rogério. Assim se coloca:

Acho que ninguém nunca pensou nisso, fazer uma reação pra mostrar que o bairro aqui não é o que todos pensam, apesar que, acho que quem criou isso foi a mídia porque se for para falar, ela fala do bairro e quem está ouvindo não sabe se é verdade ou não. As pessoas aqui, acho que já acomodaram, já se acostumou com isso, de uma certa forma, de falar que o bairro é perigoso. Eles, justamente, não procura fazer nada. Agora, assim, eu vejo que quem se sentir incomodado [...] não tenha vergonha de falar onde mora. Eu, fui do judô, competi no judô onde lá tinha juiz, advogado, gerente e todos sabiam que eu era das Pedrinhas nem por isso, ninguém nunca me desfez. Pelo contrário, eles me olhavam.

Rogério demonstra que, mesmo havendo todo um discurso em relação à população do bairro e, mesmo morando em outra unidade urbana considerada de classe média alta, ele faz questão de se assumir como membro das Pedrinhas.

Mesmo considerando que os jovens das Pedrinhas têm outras portas para bater, o fato de ter encontrado as portas abertas da AAPM tem um significado importante para muitos deles que por lá passaram e para os que se encontram inseridos naquele espaço institucional, a exemplo de Carla, que avalia:

Isso faz uma grande diferença num bairro porque a criança em si já tem uma oportunidade maior, vamos dizer, assim, aula de música, aula de esporte e reforço escolar que é complicado para conseguir. Esporte, a depender do esporte, hoje em dia, é meio complicado, porque você não tem condições financeiras para poder pagar. Música, dependendo do instrumento que você for tocar, também, é complicado. Então, o projeto social já nos disponibiliza isso, no caso, nos ajuda a querer crescer, querer a ter algo maior no futuro, acaba nos dando, vamos dizer assim, um alicerce para um futuro melhor.

Diante do exposto, fechamos este capítulo ressaltando que, diferentemente do que divulga a mídia local, nas Pedrinhas, além de drogas, tráfico, violência, “bandidos”, existem, também, trabalhadores, trabalhadoras, crianças, adolescentes, jovens, estudantes, empregados, desempregados, homens, mulheres, idosos, enfim, seres humanos, como nos demais bairros

de Vitória da Conquista. É só olhar para perceber o universo e a diversidade daquela localidade. Pedrinhas, nesse sentido, tem jovem que pensa e planeja além do que os meios de comunicação delineiam para eles, como afirma Carla:

É, [...] eu me vejo como uma semente que pode acabar mudando um pouco esta história. [...] eu tenho uma visão, tenho metas na minha vida e posso está transmitindo isso para outros jovens e crianças e informar que a vida não é o que elas vê ou ouve falar. Que elas podem, sim, lutar por um futuro melhor, fazer uma faculdade, independentemente, se for particular ou pública, mas que ela tem esse direito e ela pode conseguir isso.

A fala dessa jovem e dos demais entrevistados nos leva a pensar em uma estrofe da música “É”, do compositor e cantor brasileiro Gonzaguinha¹¹⁶, que declara:

É! A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação. É!

Todavia, lembrando o que nos descreveu o professor Ruy Medeiros no Capítulo I desta dissertação e refletindo sobre o narrado pelos jovens da pesquisa, entendemos que, a partir desse contexto, são imprescindíveis os seguintes questionamentos: Por qual motivo a população das Pedrinhas e, principalmente, o público juvenil se “silenciam” ao longo dos anos? Por que não existem registros de reações de um contramovimento frente à situação que, no decorrer do tempo, tem colocado os moradores do bairro no lugar de “bandido”, “marginal”, enfim, de “classe perigosa”? Afinal, de acordo com o professor mencionado, essa população, historicamente, deu origem à cidade, atualmente, arquitetada e transformada na terceira cidade, em população, da Bahia.

Defendemos, portanto, que é tempo desse autoconhecimento, pois os jovens das Pedrinhas que entrevistamos fazem leitura, mas, imersos nas contradições da vida cotidiana, não tiveram, ainda, a oportunidade para exercitar outra prática que se configure como um contramovimento e faça “ecoar” a voz do seu “silêncio”, pois, segundo Miraglia (2008, p. 119), “aprender a conviver com a violência, significa, antes de mais nada, reconhecê-la na sua multiplicidade, mas, também incorporá-la em alguma medida, implica dialogar com ela, proteger-se e responder a ela”.

Nesse contexto, vislumbramos a relevância do papel das instituições que se fazem presentes no bairro, a exemplo das Escolas, da Associação de Amigos da Pastoral do Menor,

¹¹⁶ Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (Gonzaguinha), autor da música É.

entre outras, na perspectiva de contribuírem para o “empoderamento”¹¹⁷ dos grupos juvenis das Pedrinhas.

¹¹⁷ De acordo com Baqueiro, embora, historicamente, o empoderamento esteja associado a formas alternativas de se trabalhar as realidades sociais, a palavra foi incorporada ao discurso do neoliberalismo que se apropriou indevidamente do termo. Acrescenta que Freire (1986) trata do empoderamento de classe social e que ele não acredita na autolibertação. A libertação, para Freire, é um ato Social e “o empoderamento individual, fundado numa percepção crítica sobre a realidade social, é fundamental, mas tal aprendizagem precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade” (BAQUEIRO, 2012, p. 179-180- 181).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos compreender as concepções de juventude, violência, memória e espaço urbano, categorias analíticas trabalhadas nesta dissertação, considerando que elas estão relacionadas com a leitura que os jovens fazem de si e como são vistos pela população conquistense.

No transcorrer do nosso estudo, identificamos o caráter complexo e contraditório da juventude, percebemos que as ideias, os valores e os conceitos sobre a temática foram construídos e modificados na/pela dinâmica da sociedade. Diferentes formas de compreender, perceber e de se relacionar com os jovens foram sendo, historicamente, tecidas. Embora, na contemporaneidade, os jovens e as questões relacionadas à juventude estejam, continuamente, presentes nas agendas políticas, na mídia e nas investigações científicas, os jovens dos bairros periféricos, cada vez mais, são considerados como “classe perigosa”. Apesar da visibilidade dada às referidas categorias, observamos que as políticas públicas precisam ser mais eficientes e eficazes, para que, de fato, sejam capazes de assegurar aos jovens, sem distinção de classe, etnia e gênero, condições dignas de vida.

A reorganização do capitalismo contemporâneo, pautado nas políticas de reajuste da economia e nos impactos da globalização, acentuou as desigualdades sociais, o desemprego, a violência e, conseqüentemente, o não acesso aos direitos sociais, tornando os jovens um dos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira. No país, apesar das conquistas no âmbito do legal, em que se circunscrevem os direitos infanto-juvenis, tem-se registrado um aumento relevante dos indicadores de violação desses direitos, resultando, com isso, nas mortes “matadas” divulgadas, diariamente, pela mídia brasileira.

Se na modernidade data-se o surgimento da juventude e o reconhecimento do jovem como ator social, também se constata que a categoria é vista como “marginal”, conforme mencionado anteriormente, a depender da classe onde está inserida. O entendimento da juventude como categoria requer, também, a percepção das mudanças das relações de produção suscitadas com o desenvolvimento do capitalismo. Paralelamente ao reconhecimento da juventude, surgiram conhecimentos e teorias propagadas por diversas áreas do saber para regulamentar e direcionar a vida dos jovens nas famílias e nas instituições.

Transitando sobre a história da juventude brasileira, observamos a questão da construção de sucessivas representações sociais sobre essa categoria, manifestadas no

imaginário das pessoas e determinadas pelas condições históricas e por seus fatores econômicos, políticos, sociais e culturais.

Nesse contexto, os jovens participantes deste estudo moram em uma cidade considerada como a terceira maior urbe do Estado da Bahia, em população, que, apesar de se caracterizar como um centro regional de serviços, apresenta muitos problemas sociais, entre os quais, a violência urbana, na atualidade, é um dos maiores entraves a ser enfrentando. Essas contradições foram analisadas, nesta dissertação, quando das discussões apresentadas sobre a cidade cindida, com seus dois mundos e duas realidades: a dos jovens que podem circular de forma livre pela cidade; e a dos jovens que, por várias questões e, principalmente, pela sua situação de classe e étnico-racial, acabam “permanecendo” no mesmo lugar.

Essas contradições foram analisadas, nesta dissertação, quando das discussões apresentadas sobre a cidade cindida, com seus dois mundos e duas realidades: a dos jovens que podem circular de forma livre pela cidade; e a dos que, por várias questões e, principalmente, pela sua situação de classe e étnico-racial, são limitados a “permanecerem” no mesmo lugar.

Os jovens entrevistados consideram que é a condição socioeconômica que define o trajeto que devemos fazer e como devemos nos comportar na cidade. As suas argumentações se relacionam com os processos disjuntivos que interferem no meio urbano, afetam os valores de liberdade e de circulação, comprometem as interações entre pessoas de diferentes grupos sociais. Nos dias atuais, o fenômeno faz parte da realidade do cotidiano de qualquer centro urbano, ainda que em circunstâncias diversas.

A forma como é arquitetada e formatada a vida na cidade traz consequências significativas para os cidadãos: a fragmentação e a privatização dos espaços transformam, drasticamente, a vida pública. Dessa forma, as alterações ocorridas no espaço urbano, hoje, têm originado a segregação, a intolerância, enfim, o alto índice de violência nas cidades, de um modo geral.

Os jovens, através das narrativas, *corpus* desta dissertação, falaram das diversas faces de violência a que estão submetidos no cotidiano de suas vidas. Na relação com a cidade, destacaram a violência na escola, a violência policial, a contradição na/da segurança pública e a deficiência das políticas públicas em sua amplitude, inclusive, falta de atenção com a juventude no que diz respeito à cultura e ao lazer. Enfatizaram, portanto, a violência por parte do Estado.

Nas narrativas, os entrevistados discorreram que nunca se envolveram com o tráfico de drogas, tampouco com atos infracionais, mesmo tendo dois deles perdido um irmão,

recentemente, por conta do envolvimento deste com as redes do narcotráfico. Apesar de conviverem em um espaço propenso ao envolvimento com o ilícito, escolheram outro percurso a trilhar. Trouxeram informações sobre as suas trajetórias na relação com a AAPM e ressaltaram a relevância dessa Instituição na escolha do caminho que transitam. Expressaram como esse projeto social contribuiu na vida de cada um, principalmente, no âmbito cultural e de esporte. Os jovens falaram de sua relação com a música, inclusive, de suas habilidades em tocar instrumentos clássicos. E essa, talvez, tenha sido o “fio condutor” para o trânsito por outras vias que não o das drogas e outras situações na relação com o ilícito.

Embora detectemos fragilidades nas instituições de atendimento, elas têm relevância na ação com o público infanto-juvenil nos bairros em que atuam, como pudemos verificar por meio da relação que os jovens entrevistados demonstraram manter com a AAPM. Alguns deles, inclusive, falaram com saudosismo do tempo que participaram do espaço institucional. Nesses bairros, os projetos sociais têm um grande valor no trato com a questão da exclusão, pois possibilitam aos atendidos avanços no nível de escolaridade, no aspecto profissional e contribuem para que desenvolvam consciência mais crítica. Mesmo apontando a necessidade de a AAPM melhorar no âmbito das questões relacionadas à cultura juvenil, concluímos que a instituição tem feito diferença nas Pedrinhas.

Os jovens demonstraram mais interesse em discorrer sobre as facetas da violência a que estão, diariamente, submetidos e sobre o estigma vivido, porque, provavelmente, são experiências que têm demarcado suas histórias de vida. Mote que nos leva a pensar que o ciclo de violência estabelecido na atualidade, nos médios e grandes centros urbanos, só será rompido a partir do momento em que a sociedade brasileira tiver a capacidade de rever questões relevantes e repensar que tem o dever de considerar os rituais cotidianos do distanciamento e da separação dos moradores na cidade.

Nesta dissertação, concluímos que, na sociedade brasileira e especificamente na sociedade conquistense, o “distanciamento” e separação das pessoas por meio da definição do que é do “pobre” e do que é do “rico”, em que o que caracteriza a primeira categoria deve ser desorganizado e “feio” e o que caracteriza a segunda categoria deve ser estruturado e “bonito”, aspecto que contribui, substancialmente, para acirrar a relação entre as classes sociais e aumentar a violência na citada sociedade.

As barreiras, as cercas e os muros, muito presentes, hoje, na realidade da sociedade brasileira, constituem elementos do imaginário do homem contemporâneo para se protegerem do medo e do perigo. Esses elementos, para alguns cidadãos, significam “segurança” e tem conotação de estética e de status; para outros, significam segregação, aspecto que muito tem

contribuído para aumentar a violência e crescer o índice de criminalidade na urbe¹¹⁸, pois, quando se nega a possibilidade de ir e vir, o deslocamento de grupos diferentes pela cidade e a convivência social, temos as novas configurações urbanas baseadas no medo, que determinam a desigualdade vivenciada nos tempos de agora.

Assim, é uma realidade que segrega as pessoas e formata dois mundos, o lugar dos “ricos” e o lugar dos “pobres”, inscrevendo, assim, uma nova sociabilidade. Essa é a lógica da sociedade regida pelo capital, o qual define o local onde as pessoas habitam e em quais condições de vida. Esses fatores determinam a distinção dos destinos pessoais na vida cotidiana, a condição de classe das pessoas no mundo moderno. É isto que a sociedade capitalista proporciona aos “pobres”: as condições desiguais. Uma vez concretizadas essas condições, utiliza-se de vários adjetivos para denominá-los: “fracassados”, “incapazes”, “vulneráveis”, enfim, “bandidos”.

A análise em discussão assinala que a vida na cidade é atravessada por “dobraduras”, por vários tipos de ilegalismos, pelas facetas de violência decorrentes das transformações ocorridas na sociedade contemporânea. E a classe que vive do trabalho é a que, imediatamente, sofre as consequências dessas mudanças.

As narrativas apontam que há problemas com as políticas públicas no município, especificamente, com a Segurança Pública, cuja ação policial é orientada pelo preconceito contra os jovens, sobretudo do sexo masculino, e pelo estigma com as pessoas pobres e negras; com as condições materiais das escolas e qualidade do ensino; com a falta de acesso ao lazer e à cultura. Enfim, existe um não direito à cidade, o que fica patente nos trechos de narrativas dos entrevistados jovens, como os que se seguem: “as melhores memórias é, vamos dizer assim, a questão de poder brincar na rua sem medo nenhum, poder ficar até tarde brincando com os amigos sem ter aquele medo que algo vai acontecer” (Carla). Outra jovem narra: “E, aí, tiraram parecendo aqueles porco quando você mata e joga dentro do carro, tava todo mundo na rua, e disse matou, quando falou matou foi um desespero. Foi isso que aconteceu” (Aline). Mais um entrevistado comenta: “Aqui não, tipo, se eu for fazer uma rolinha de conversa vai dizer que eu tô fumando maconha” (Marcos Paulo).

Diante disso, cabe aos protagonistas desta dissertação, portanto, não aceitar o lugar que foi estabelecido para eles por uma sociedade que não os reconhece e não se importa com

¹¹⁸ Segundo o mapa da Violência 2015, elaborado por Júlio JacoboWaiselfisz e publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais- FLACSO, Vitória da Conquista está no vigésimo quarto (24º) lugar do ordenamento dos cem (100) municípios com as maiores taxas médias de homicídio (por 100 mil) dos 243 municípios com mais de 4.000 adolescentes entre 16 e 17 anos de idade, em 2011/2013. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2015.

suas condições de vida. Escrever e reescrever sua história e “ecoar a voz” é algo que podem fazer, e, sobretudo, devem movimentar-se, mesmo que seja sob “trajetos estriadas e não lisos”. Nesse sentido, conviver com a violência, conforme Miraglia (2008, p.119), significa não só reconhecer o fenômeno na sua multiplicidade, mas também implica ter capacidade para “dialogar com ela, proteger-se e reagir a ela”.

Para tanto, necessitam articular-se no intuito de juntos, valendo-se da pedagogia de direitos, garantir o que está estabelecido na Carta Magna Brasileira, *o direito a ter direitos*, pois o projeto de sociedade nela promulgado assegura a opção por um Estado Democrático de Direito, cujos direitos fundamentais – alimentação, saúde, educação, moradia, cultura, lazer, o de ir e vir, entre outros – precisam ser garantidos e cumpridos.

À guisa de conclusão, lembramos Veríssimo (2003, p. 23):

Imagine-se o caos, no campo e nas cidades, se de uma hora para outra fosse instalada no país, por uma mágica, a equanimidade absoluta. Não uma utópica sociedade sem classes e conflitos, não uma totalitária justiça sem recursos ou clemência, mas o simples conceito de direitos e oportunidades iguais para todos, revogados todos os sofismas em contrário.

O autor considera a dimensão ética da vida social, fala da convivência democrática nas relações humanas, aspecto fundamental para um convívio pautado no respeito às diferenças, baseado no princípio de equidade. Para que esses avanços ocorram, são necessárias mudanças estruturais profundas na sociedade brasileira para reduzir, expressivamente, as desigualdades sociais no país.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

_____. **A agenda nacional de trabalho decente para a juventude**. Porto Alegre, 29 de abril de 2014.

AGUIAR, Leonel; NEDER, Vinícius. A cobertura jornalística sobre crianças e jovens em situação de risco: discussões introdutórias. **Ser**, Goiânia, v.1, n.1, p.67-82, jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Aline Gama de; NAJAR, Alberto Lopes. Cidade maravilhosa e cidade partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. **Revista Rua**, Campinas, n. 18, v. 1, jun. 2012.

AMMANN, Safira. Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 76, p. 118-142, nov. 2003.

_____. **Expressões da pobreza no Brasil**: análise a partir das desigualdades regionais. São Paulo: Cortez, 2013.

AMORIM, Luciana dos Reis Mendes; CARVALHO, Denise BontempoBirche de. Educação social de rua: possibilidade de inclusão social e de cidadania. **Revista Ser Social**, Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço de Brasília, n. 3, p. 193-201, jun./dez. 1998.

ANTONIO, Thaís. **Especialistas debatem o fenômeno do "rolezinho"**. Agência Brasil, Empresa Brasileira de Comunicação, 2014.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. In: UNB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999. Módulo 2. p. 75-86.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012.

BASTOS, Olga Maria; DESLANDES, Suely Ferreira. Adolescer com deficiência mental: a ótica dos pais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 79-87, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. Juventude negra e exclusão radical. **IPEA**, Políticas sociais - acompanhamento e análise, 11 agos. 2005.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril, 1985.

BLOG DO ANDERSON OLIVEIRA. 07 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.blogdoanderson.com/>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BLOG DO ANDERSON OLIVEIRA. 27 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.blogdoanderson.com/>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BLOG DO MARCELO. 21 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.vitoriaadaconquistanoticias.com.br/v2/>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BLOG DO MARCELO. 27 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.vitoriaadaconquistanoticias.com.br/v2/>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-74.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome; Conselho Nacional de Assistência Social. **LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social: legislação suplementar/** [et al]. 6 ed. Brasília: MDS, 2007. 60 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2003.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1997.

CASSAB, Clarice. O Lugar da Juventude: espaço-temporalidades da noção de juventude. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 26., 2007. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007. Disponível em: <<http://www.aacademica.com>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CASSAB, Clarice. Refazendo Percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. **Revista Perspectiva**, Erechim: URI v. 34, n.128, p. 39-51, dez. 2010.

CASTEL, Robert. Os Marginais na História. **Revista Ser Social**, Brasília: UNB, n. 3, jul. a dez. 1998.

CASTRO, Mary G. Violências, juventudes e educação. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.1, jan./jun. 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 25-62, 1985.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO Maria Livia do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **Jovens, Revista de Estudos sobre Juventud**. México, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2010.

CORSEUIL, Carlos Henrique. **Sem qualificação, jovem é instável no emprego**. 2013. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2014.

COSTA, Eduardo Antônio de Pontes. **Diário de um pesquisador**: jovens pobres em devir na (in)visibilidade da formação profissional. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, 2007.

COSTA, Ana Paula Motta. **Os adolescentes e seus direitos fundamentais**: da invisibilidade à indiferença. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, p. 45-65, jan.-abr. 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2015.

DAMATTA, Roberto. Os discursos da violência no Brasil. In: _____. **Conta de mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reyes. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007. p. 155-176.

DEMO, Pedro. “Focalização” de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a “agenda perdida”. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 76, p. 93-114, nov. 2003.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo; OLIVEIRA, Sônia M. A.de. Comunidades Eclesiais de Base na Diocese de Caetité: situar-se no presente, reconhecer o passado e vislumbrar o futuro. In: MARQUES, Zélia Malheiro; FERNANDES, Marianalva Nunes e PIRES, Maria de Fátima (Org.). **100 anos de Fé e Missão nas Terras Sagradas do Sertão-Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2013.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Obra Cristo Crucificado de Mário Cravo Júnior**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br>. Acesso: 04 mar. 2015.

ESPINHEIRA, Gey. Sociabilidade e Violência na Vida Cotidiana em Salvador. **Bahia Análise & Dados Salvador - BA SEI**, v. 11, n.1, p.08-16, jun. 2001.

_____. **Violência e pobreza:** janelas quebradas e o mal-estar da civilização. Caderno CRH, Salvador, v. 18, n. 45, p. 461-470, Set./Dez. 2005.

_____. Sociologia da delinquência. **Genealogia da violência em bairros populares.** Disponível em: <<http://viverascidades.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ESPINHEIRA, Gey (Org.). **Sociedade do medo:** teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência. Salvador: EDUFBA, 2008.

ESPINHEIRA, Gey; SOARES, Antônio Mateus de Carvalho. Pobreza e Marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 15., 2006. Caxambu, MG, 18 a 22 de setembro de 2006.

FACHINETTO, Neidemar José. **O direito à convivência familiar e comunitária:** contextualizando com as políticas públicas (in) existentes. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista:** as funções da previdência e da assistência sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 9-39, abr. 1996.

_____. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. **Educação e Realidade**, v. 33, n. 2, p. 63-82 jul./dez. 2008.

FERNANDES, Éclea. A questão social do menor- depoimento de um ex- presidente da FUNABEM. **Revista Serviço e Social & Sociedade**, ano VI, n.19, dez. 1985.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção:** um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FERREIRA, Ivanete Salete Boschetti. As políticas brasileiras de seguridade social. In: UNB. **Capacitação em serviço social e política social.** Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 139-152. Módulo 3.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia, Juventude e Memória Cultural. **Educação & Sociedade**, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Brasil, v. 29, n. 104, p. 667-686, out. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRAGA, Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento do ser social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 70, p. 44-58, fev. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007.

GALEANO, Eduardo. **De pernas para o ar** - a escola do mundo às asas. Rio de Janeiro, LP&M, 1999.

GONÇALVES, R. de C; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. spe. 2007.

GIANZPOURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica e prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GROPPO, Antônio Luís. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. CIDPA Valparaíso, **Última década**, n. 33, p. 11-26, dez. 2010.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. O homem cordial. In. _____. **Raízes do Brasil**, Rio de Janeiro: ed. José Olímpio, 1975.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa**. 2010.

_____. **Brasil em síntese**. 2013 Disponível em: <www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese>. Acesso em: 12 mai. 2014.

KOGA, Dirce. A política de assistência social no Brasil: a assistência social como política de proteção social. In: ALBURQUEQUE, Maria do Carmo (Org.). **Participação popular em políticas públicas**: espaço de construção da democracia brasileira. São Paulo: Instituto Pólis, 2006. p. 47-64.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves, Aderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos**, n. 63, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Urupês, 1961.

LIMA, Susete de Paiva. **Racismo, violência e práticas de extermínio contra a juventude negra**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - UERJ, 2010.

LIMA, T. C. S.de; MIOTO, R.C. T.Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10 n. esp. 2007.

LOBO, L. F. **Os Infames da história**: a instituição das deficiências no Brasil. 1997. 2v. Tese (Doutorado) - PUC, Rio de Janeiro, 1997.

MARES, Rízia Mendes. Na segregação há o direito à cidade? O Bairro Cruzeiro em Vitória da Conquista - BA. In: VIII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA e X Semana de Geografia da UESB: Questões Epistemológicas: a prática social da geografia atual, sua relevância e contribuição para a Bahia contemporânea, Vitória da Conquista, BA, 2011.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **A escola diante das culturas juvenis**: reconhecer para dialogar. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. rev. e ampl. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, Ruy. Vitória da Conquista nos anos 1960- 1978. In: MOSCONI, L. (Org.). **Edivanda**: uma vida de fé de muitas lutas. Parábola, 2003.

MENDES, Juliana. **Juventude e tempo presente**: contribuições teóricas - metodológicas. UFF, 2012. Disponível em: <www. google.com. br>. Acesso em: 20 jul. 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, supplement. 1, p. 10-18, 1994.

MINAYO, M. C. de; SANCHES, O. Quantitativo - qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MIRAGLIA, Paula. Índices de pobreza e o idioma da violência. **Revista Sexta-Feira, Pobreza e Criminalidade**, São Paulo: Ed. 34, n. 8, 2006.

MIRAGLIA, Paula. **Cosmologia das violências**: entre a regra e a exceção. Uma etnografia da desigualdade em São Paulo. São Paulo: 2008.

MOLIN, Fabio Dal. “Ganchos, Tachos e Biscates”: os desenrascos epistemológicos e metodológicos de uma jovem sociologia da juventude. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 384-399, jan./jun. 2006.

NASCIMENTO, Flávio. **Um legado de pedrinhas e de samba**. 2013. Disponível em: <blogdofabiosena.com.br>. Acesso em: 01 mar. 2015.

NASCIMENTO, Washington Santos. O beco de vó Dola: território negro em Vitória da Conquista/BA. **ABPN**.v. 3, n. 6, p. 17-30, nov. 2011; fev. 2012. Disponível em: <www.xiconlab.eventos.dype.com.br>. Acesso em: 07 jun. 2013.

NASTARI, Marcelo. Políticas públicas de atenção à infância e adolescência no Brasil: uma breve “abordagem sobre origens, diagnóstico e perspectivas. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). **Participação popular em políticas públicas**: espaço de construção da democracia brasileira. São Paulo: Instituto Polis, 2006. p. 65-84.

NEDER, Vinícius. O estigma de “menor” na imprensa escrita. **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 161-167, 2008.

NETO, José Paulo. Prefácio. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). **O mito da assistência Social**: ensaios sobre o Estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

NOVAIS, Regina. **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ODA, Ana Maria G. Raimundo. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. **Psychiatryonline Brasil**.v. 6, n. 12,dez. 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. “Vulnerabilidade social e carência de direitos”. **Cadernos ABONG**, 8 jun. 1995.

_____. “Entre o céu e a terra: mensurando a utopia?” **Democracia Viva**. Revista do IBASE, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

_____. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. **Análise Social**, v. XXVI, n. 114, p. 945-98, 1991.

_____. Máscaras, jovens e “escolas do diabo”.Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

PASTERNAK, Suzana Pasternak; BOGUS, Lúcia Maria Machado. Continuidades e Descontinuidades na Cidade dos Anéis. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, 11. 2005. **Anais...ANPUR** Salvador, 2006.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória. Antropologia, Escala e Memória**, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, n. 2 (nova série), 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, Luiz Ricardo. **A Conferência de Medellín**: um momento de reflexão do Vaticano II a luz da realidade vivida na América Latina. Anais do III Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí: História e Diversidade Cultural, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Disponível em: <pmvc.ba.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2014.

REDE DE ATENÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (RADCA). Disponível em: <www.blogger.com/profile>. Acesso em: 15 abr. 2015.

RIZZINI, Irma. O elogio do científico -a construção do "menor" na prática jurídica. In: RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil hoje**. RJ: Univ. Santa Úrsula, 1993.

_____. **O século perdido**: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZINI, Irene; BARQUER, Gary; CASSANIGA, Neide. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. **Educar**, Paraná, n.15. 1999. Disponível em: <www.educaremrevista.ufpr.br> Acesso em: 06 mar. 2014.

ROCHA, Simone Maria. Debate público e identidades coletivas: a representação de moradores de favela na produção cultural da televisão brasileira. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, p. 1-21, jan./jun. 2006.

RODRIGUES, Edilene Alves. **A dinâmica do crescimento urbano na cidade de Vitória da Conquista**: a verticalização e as transformações no bairro Candeias. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <digitalmundomiraira.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

RODRIGUES, Valter Aparecido et al. **Relatório**. Vitória da Conquista: Secretaria Municipal de Saúde, jul. 2007. (Mimeo).

SACHETTI, Inês. José Machado Pais, Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 66, 2003. Disponível em: <http://rccs.revues.org>. Acesso em: 11 jan. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Crítica a governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, p.7-44, out. 2005.

SANTOS, Alexandre de Jesus Santos; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **Vitória da Conquista em contraste**: a “avenida da integração” e a luta de classes. 2011. Disponível em: <www.uesc.br>. Acesso em: 05 agos. 2014.

SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Maria José P.; BORGES, Rosângela. A juventude negra. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 291-321.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. **Violência no Sertão da Ressaca** – a negação dos direitos da população infanto-juvenil em Vitória da Conquista, BA (1997-2005). 2007. Tese (Doutorado) - PUC-SP, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Microfísica da violência: uma questão social mundial. **Revista Ciência Cultural**. São Paulo, v. 54, n.1, jun./set. 2002. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/sciel>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SANTOS, Sílvia Maria Vieira dos. **A juventude negra não tem a cara pintada**. 2006. Disponível em: <digitalmundomiraira.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2014.

SILVA, Ademir Alves da. As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 3- UNB, Centro de Educação, Aberta, Continuada a Distância, 1999. p. 57- 71.

SCHERER, Giovane Antônio. **Serviço social e arte: juventudes e direitos humanos em cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. **Juventude e Contemporaneidade: possibilidades e limites**. Última Década nº20, CIDPA Viña Del Mar, junio, 2004, pp. 47-69.

SOUZA, M. L. **O ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marilza Terezinha Soares de. Resiliência: introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da Psicologia. **Revista de Ciências Humanas**. Taubaté, v.12, n. 2, p. 21-29, jun./dez. 2006.

SPOSATI, Aldaiza. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Relações éticas entre as Ongs: o Estado e a Sociedade. **Caderno de Desenvolvimento Infantil**. Curitiba, v. 1, n.2, p. 4-14, 1995.

_____. Globalização da economia e processos de exclusão social. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 3 - UNB, Centro de Educação, Aberta, Continuada a Distância, 1999. p. 61-76.

_____. Contribuições para a Construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 78, p. 171-179, 2004.

_____. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 87, 2006.

_____. Espaço temático políticas sociais e questões contemporâneas. **Revista katálysis**, Florianópolis, v.14, n. 1, jan./jun. 2011.

TEXEIRA, Elenaldo. Brasil 1960-1978: crises, resistências e esperanças! In: MOSCONI, L. (Org.). **Edivanda**: uma vida de fé de muitas lutas. Parábola, 2003

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania. Dilemas do Brasil Contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, 1993.

_____. **Questão social**: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 10, n.4, p. 85-95, 1996.

_____. **Direitos sociais**: afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 194p.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: de que se trata? **Revista USP**, São Paulo, mar./maio, 1998. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 11 mar. 2014.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Características e desafios das organizações não governamentais. In: **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. 9. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 11-15.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: **Projeto História**. n. 15. São Paulo: EDUC, 1997.

VERÍSSIMO, Luís Fernando; Frei Betto; Soares, Luiz Eduardo; FREIRE, Jurandir; BUARQUE, Cristovam. **O Desafio Ético**. Rio de Janeiro: Garramond, 2003.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Tradução João Roberto Martins Filho et al. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2001.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015**. Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Rio de Janeiro: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, jun. 2015. (Versão Preliminar).

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Revista Tempo Social. Revista**. São Paulo: USP, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. Balanço das Conferências Estaduais de Assistência Social. In: **II Conferência Nacional de Assistência Social**, 1997, Brasília. Anais da II Conferência Nacional de A. Social: construindo a inclusão, universalizando direitos. BRASÍLIA, 1997. p. 121-131.

_____. **Sistema de proteção social brasileiro**: modelo, dilemas e desafios. 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 17 mar. 2014.

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 110, p. 93-114, Abr./Jun. 2012.

ZALUAR, Alba. **Entrevista São Paulo**, segunda-feira, 12 jul., 2004.

_____. Juventude e Segurança Pública. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Por que o Brasil não é um país de alto crescimento?** 1a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 526-557.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 1-30, fev. 2001.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; BERGAMASCHI Maria Aparecida. Construções Sociais da infância e da juventude. **Cadernos de Educação**, Pelotas: FaE/PPGE/UFPel, jan./jun., n. 28, p. 213-234, 2007.

FONTES ORAIS

ALINE. **Aline:** narrativa [24 fev. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

ARIEL. **Ariel:** narrativa [28 out. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

CARLA. **Carla:** narrativa [11 abr. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

DAIANE. **Daiane:** narrativa [10 fev. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de SOUZA. **Souza.** Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

ISABEL. **Isabel** narrativa [10 fev. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

JOÃO. **João:** narrativa da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

MARCOS PAULO. **Marcos Paulo:** narrativa [10 fev. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do

Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

MARIA. **Maria:** narrativa [13 fev. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro PEDRINHAS. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista-Bahia (1999-2014).

MARLI. **Marli:** narrativa [13 maio 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista-Bahia (1999-2014).

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Ruy Hermann Araújo Medeiros:** narrativa [09 maio 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

MOTA, Lícia Maria Tavares da. **Lícia Maria Tavares da Mota:** narrativa [09 mar. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

PEDRO. **Pedro:** narrativa [15 jan. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista-Bahia (1999-2014).

RODRIGO. **Rodrigo:** narrativa [20 nov. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista-Bahia (1999-2014).

RUAN. **Ruannarrativa** [13 fev. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

SANTINO, Valdemar. **Valdemar Santino:** narrativa [19 mar. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

SANTOS, Inês Maria de Andrade. **Inês Maria de Andrade Santos**: narrativa [04 abr. 2014]. Entrevistador: Carmelúcia Santana de Souza. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2015. Gravador digital. Morador do Bairro Pedrinhas. Entrevista concedida ao Projeto de Dissertação Desvelando as Pedrinhas: narrativas de jovens atendidos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral do Menor-Vitória da Conquista- Bahia (1999-2014).

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Jornal e fotografias** (Acervo catalogado).

PASTORAL DO MENOR. **Relatórios da Associação de Amigos da Pastoral do Menor**. Arquivo da Pastoral (Acervos não catalogados).

PASTORAL DO MENOR. **Estatuto da Associação de Amigos da Pastoral do Menor. Arquivo da Pastoral** (Acervos não catalogados).

PASTORAL DO MENOR. **Princípios e diretrizes da Pastoral do Menor no Brasil**. Arquivo da Pastoral (Acervos não catalogados).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CELATS. **Serviço social crítico**: problemas e perspectivas: um balanço latino-americano / Centro Latinoamericano de Trabajo Social. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Cortez: Lima, Peru, 1986.

CRUZ, Osafá Pereira; DOMINGUES, André Luiz. **O significado da luta pela aprovação do Estatuto da Criança e do adolescente e a avaliação de sua aplicação**, s/d. Disponível em: <<http://www.uel.br>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2012.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação conta a barbárie. In: **Infância, educação e direitos humanos**. CAVALIERI, Bazílio Luiz; KRAMER, Sonia. São Paulo: Cortez, 2003. p. 51-81.

LEAL, Maria Cristina. O estatuto da criança e do adolescente e a lei de diretrizes e bases da educação como marcos inovadores de políticas sociais. In: SALES, Mione; MATOS, Maurílio; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005.

NASCIMENTO, MaykAndreele do. Lembranças do Vivido:memória e cultura popular nos bairros do Roger e Tambiá. **Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, 21, 2011. UFBA, Salvador, 2011.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar, 2001.

PASSETI, Edson. "Nó cego: o menor no Brasil republicano". In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **A história da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 90-116.

PASSOS, Julia Gabriela Fernandes Gonçalves. **Produção do espaço urbano e qualificação de áreas degradadas**: o caso do bairro Santa Cruz, entorno da Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, Bahia, 2010.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. In: FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reyes. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007. p. 13-28.

RIZZINI, Irene. **Seminário Debate Violação de Direitos**. Rio de Janeiro: PUC-Urgente, 25 abr. 2011.

SEABRA, Odete. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. **Revista do Departamento de Geografia UFES**, Vitória, ES, v. 1, n. 1, p. 73-78, 2000.

SOUZA, Carmelúcia Santana de; SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. In: Famílias no âmbito da Associação de Amigos da Pastoral do Menor (AAPM): desafios e possibilidades. In: Colóquio Internacional do Museu Pedagógico. **Anais**. Vitória da Conquista, 2013.

SOUZA, Carmem Zeli Gil Vargas. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. **Última Década**, Santiago, v.12, n. 20, p. 47-69, Mar/Jun. 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Registro fotográfico

Foto 5 - Campo de Futebol, Bairro Pedrinhas, 2014



Fonte: Pesquisa de campo
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

Foto 6 - Campo de Futebol, Olívia Flores - Bairro Candeias, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

Foto 7 - Igreja Católica, Bairro Pedrinhas, 2015



Fonte: Pesquisa de campo
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

Foto 8 - Igreja Irmã Dulce, Olívia flores, Bairro Candeias



Fonte: Pesquisa de campo
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

Foto 9 - Avenida Olívia Flores, 2015



Fonte: Pesquisa de campo
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

..

Foto 10 - Avenida Olívia Flores, Bairro Candeias, 2015



Fonte: Pesquisa de campo
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

Foto 11 - Praça da Juventude, Bairro Guarani, 2014



Fonte: Pesquisa de campo
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

Foto 12 - Bairro Pedrinhas



Fonte: Arquivo Público Municipal
Fotografia: s/autor

Foto 13 - Bairro Pedrinhas



Fonte: Arquivo Público Municipal
Fotografia: s/autor

Foto 14 - Bairro Pedrinhas, 2014



Fonte: Pesquisa de campo
Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

Foto 15 - Bairro Pedrinhas, 2014



Fonte: Pesquisa de campo

Fotografia: Carmelúcia Santana de Souza

APÊNDICE B- Roteiro de entrevista

- 1- Fale sobre você: nome, idade, série em que estuda, bairro onde mora
- 2- Você nasceu nas Pedrinhas ou veio morar no bairro depois?
- 3- O que você pensa do lugar onde mora?
- 4- Você gosta de morar em seu bairro? Caso negativo, por quê? E, caso positivo, o que mais aprecia nele?
- 5- Em sua opinião, qual o maior problema que existe em seu bairro? Como ele poderia ser resolvido?
- 6- Existe algum tipo de comemoração em seu bairro?
- 7- Você conhece a cidade onde você mora? Caso positivo, qual sua impressão? Qual o bairro que mais chamou sua atenção?
- 8- Quais os pontos de referência da sua cidade?
- 9- Por que você está na AAPM?
- 10- Caso já tenha se desligado da Instituição, como você avalia sua passagem pela Pastoral e porque você foi inserido nela?
- 11- Qual sua avaliação das atividades desenvolvidas pela AAPM?
- 12- Sua família é composta por quantos membros?
- 13- Desses familiares com quem você mora? Com quem você mais conversa e troca opiniões?
- 14- Você estuda?
- 15- Qual a importância da educação pra você?
- 16- Se parou de estudar, como você avalia o serviço de saúde de seu bairro?
- 17- E a segurança pública, como é o seu funcionamento?
- 18- Fale sobre a polícia. Em seguida, qual a relação dela com a população do bairro?
- 19- Você já foi abordado por algum policial? Caso positivo, como foi?
- 20- Em seu bairro tem associação de moradores? Caso positivo, como funciona?

- 21- Você trabalha? Caso positivo, o que faz?
- 22- Fale sobre juventude.
- 23- O que é ser jovem?
- 24- Fale sobre o lazer na cidade de Vitória da Conquista. E em seu bairro. Como os jovens das Pedrinhas se divertem?
- 25- Existe no município de Vitória da Conquista uma política voltada para a juventude?
- 26- No entorno de seu bairro, foi construída a Praça da Juventude. Você frequenta aquele espaço? Caso positivo, o que faz lá? Caso negativo, por quê?
- 27- O que entende por violência? Você ou alguém de sua família já sofreu algum tipo de violência? Caso positivo, qual?
- 28- Pedrinhas é um bairro violento? Existe tráfico de drogas no bairro?
- 29- Conte alguma lembrança marcante que você viveu em seu bairro e, também, em sua família?
- 30- Você se relaciona com as redes sociais? Sim ou não? Por quê?